

Sumário

<i>Economia baiana em 2003.....</i>	<i>2</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>7</i>
<i>Mercado de trabalho: o que era veneno virou antídoto</i>	<i>15</i>
<i>Agricultura: promessas de bons frutos</i>	<i>21</i>
<i>O espetáculo da recessão: uma resenha da conjuntura de 2003</i>	<i>25</i>
<i>Resistências políticas, sociais e econômicas às políticas de combate à pobreza</i>	<i>31</i>
<i>Experiências internacionais em políticas públicas: alguns casos de agências de fomento</i>	<i>37</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia.....</i>	<i>45</i>
<i>Grifos</i>	<i>48</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>55</i>

Economia baiana em 2003

O ano de 2003 apresentou mudanças significativas do ponto de vista político para o país. No entanto, o tão propalado crescimento não pode ser observado nos principais indicadores de economia, que no caso Bahia responderam à influência do desempenho das exportações e da agricultura.

Os indicadores referentes a produção industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, mostraram que a indústria existente no Estado registrou queda de 0,9% na produção no período compreendido entre janeiro e dezembro, contra um aumento de apenas 0,3% na atividade industrial do país, diante de igual período de 2002. Esse resultado correspondeu ao sexto melhor desempenho entre os estados pesquisados, à frente apenas de Santa Catarina (-2,8%), Rio de Janeiro (-2,1%) e Minas Gerais (-1,6%) e Ceará (-1,6%).

Ainda que abaixo das expectativas, fatores como a expressiva participação dos segmentos ligados à agricultura e a existência de importantes segmentos industriais que destinam parcela significativa de seus produtos para o mercado externo influenciaram o desempenho da indústria baiana ao longo de 2003. Os poucos ramos que apresentaram uma performance melhor durante o ano estavam relacionados à evolução das exportações, tais como, automóveis, produtos metalúrgicos e químicos.

Seis gêneros da indústria baiana acumulam taxas negativas no ano: química (-2,0%), em função da redução no processamento de nafta e gasolina comum p/ autoveículos, produtos alimentares (-5,3%) em função da redução na produção de chocolate amargo p/ uso industrial e café torrado e moído, bebidas (-21,2%) em

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

decorrência da queda na produção de cerveja –inclusive chope, material elétrico e comunicação (-6,6%) e papel e papelão (-4,8%).

Os destaques positivos registrados no período janeiro-novembro/03 foram os gêneros metalúrgico (6,1%), em resposta ao aumento na produção de vergalhões de cobre e ferrocromo em formas primárias, têxtil (15,0%), borracha (2,4%), perfumaria, sabões e velas (16,1%) e minerais não-metálicos (0,1%).

Ressalta-se a performance da indústria extrativa mineral que apresentou crescimento de 1,0%, segundo dados da PIM-IBGE, em decorrência do aumento no processamento de gás natural e petróleo bruto.

Infelizmente, a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE ainda não contempla o desempenho da produção de automóveis na Bahia, que vem apresentando expressivo resultado no comércio exterior e, consequentemente, no valor agregado industrial.

Ainda no tocante ao setor industrial, conforme pesquisa do IBGE, entre janeiro e novembro de 2003 a Bahia ficou em sétimo lugar na evolução de geração de empregos formais, acusando decréscimo de 2,8%, à frente somente de Ceará (-3,2%), Rio de Janeiro (3,9%), Espírito Santo (-5,0%), contra declínio de 0,6% verificado no país. Em termos setoriais observa-se que os segmentos que mais influenciaram a queda do emprego industrial no Estado foram, na indústria de transformação que registrou queda de 3,2%, produtos químicos (-12,6%) e vestuário (-15,1%).

De igual maneira, as estatísticas de variação de volume de vendas do comércio varejista baiano demonstram um quadro tão desfavorável quanto o do restante do país (-3,7%). O declínio de 5,6% registrado pela Bahia em 2003, segundo apurações da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE foi um dos maiores entre os estados brasileiros, decorrência principalmente do decréscimo em todos os segmentos do varejo: hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,8%), combustíveis e lubrificantes (-4,6%), tecidos, vestuário e calçados (-8,8%), móveis e eletrodoméstico (-1,2%) e demais artigos de uso pessoal e doméstico (-0,7%). O setor de veículos, motos e peças apresentou resultado positivo (12,0%).

O desaquecimento do comércio varejista, tanto no Estado como no país refletem os juros cobrados no crédito direto ao consumidor que situavam-se num patamar muito elevado. As expectativas de que a inflação poderia atingir níveis consideráveis de alta e principalmente a queda na

* Carla Janira Souza do Nascimento



renda do trabalhador e o elevado nível de desemprego dificultaram o desempenho do setor.

Segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2003, os preços em Salvador elevaram-se 10,6%, ficando abaixo em 0,76 ponto percentual da taxa observada em 2002 (11,40%).

Os resultados do IPC-SEI mostram que todos os grupos variaram positivamente, destacando-se três deles como líderes de aumentos em 2003: Transporte e Comunicação (13,51%), sendo os responsáveis o ônibus urbano (36,36%), as passagens aéreas (32,16%), o cartão telefônico (26,67%), pneus e câmaras de ar (25,99%), a tarifa de táxi (25,15%), a tarifa de ônibus à distância (20,09%) e assinatura de telefone fixo (14,33%). Em seguida vem Artigos de Residência (12,89%), destacando os aumentos em móveis para copa/cozinha (24,80%), freezer (23,70%), ventilador/exaustor (21,64%), talheres (19,97%) e máquina de lavar e secar (18,18%). E, Saúde e Cuidados Pessoais (12,75%), com as maiores pressões acumuladas em sabonete (25,65%), óculos e lentes (25,59%), planos de saúde (18,42%), escova de dente (18,94%) e analgésicos (15,50%).

O grupo Alimentos e Bebidas com participação de 30,19% – maior peso no orçamento doméstico da cesta que compõe o IPC/SEI – apresentou majoração de 10,22% com destaque para os incrementos dos subgrupos Produtos Industrializados (10,83%) com maiores aumentos acumulados em: farinha de mandioca (51,45%), café solúvel (34,84%), óleo de milho (34,09%), azeite de dendê (28,00%) e chocolate em pó (24,88%); Alimentação Fora do Domicílio (10,82%) maiores altas em: refeição fora (15,64%), outras bebidas alcoólicas (13,33%) e refrigerante e água mineral (11,11%); Produtos de Elaboração Primária (9,86%) com majorações nos preços dos seguintes produtos: arroz (17,89%), vísceras de boi (17,88%), ovos de galinha (17,16%) e carne de porco (13,73%); Produtos In natura (6,05%), com maiores aumentos em: maçã (13,65%), banana da terra (13,40%), tomate (10,91%) e pescado (9,83%).

Com relação às atividades agrícolas os efeitos estiveram concentrados nas variações de 6,3% e 70,8% na produção de soja e milho, respectivamente, consequência das

As expectativas de que a inflação poderia atingir níveis consideráveis de alta e principalmente a queda na renda do trabalhador e o elevado nível de desemprego dificultaram o desempenho do setor

excelentes estimativas de rentabilidade física e de área plantada. Os resultados positivos obtidos pela soja devem-se à boa cotação do grão no mercado internacional, ao aumento da demanda externa – principalmente da China e Europa –, e ainda à redução da produção de soja nos Estados Unidos, devido à seca que assolou o país, desencadeando aumento no preço do grão. No entanto deve-se destacar o surto da praga ferrugem asiática que manteve a rentabilidade do grão em

1.830 kg/ha. No caso da milho, os fatores decisivos foram elevados preços internos e externos e o clima favorável ao plantio e desenvolvimento da lavoura da safrinha (cultivo de inverno), que ocupou inclusive espaços reservados ao plantio da soja.

Outras culturas também apresentaram bons resultados, como é o caso da cana-de-açúcar e do café que obtiveram incremento na produção de 9,5% e 7,1%, respectivamente. A colheita de mandioca não obteve boa performance em 2003, uma vez que registrou queda de 2,2% na produção com decréscimo de 2,6% na área plantada, conduzindo a uma redução no rendimento de 4,0%.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola realizado pelo IBGE, a estimativa de produção agrícola para o Estado em 2003 é de uma produção de grãos de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas, o que corresponde a uma crescimento de 27,4% na comparação com o ano de 2002 que apresentou uma safra de 2,9 milhões de toneladas.

O comportamento fortemente ascendente dos ramos atrelados à dinâmica rural pode ser também visualizado pelos resultados do mercado de trabalho. Estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam criação de 26.502 novos postos de trabalho no Estado em 2003, implicando variação de 2,9% em confronto com igual período de 2002.

Por um ângulo mais regionalizado, identificou-se a geração de 20.756 empregos no interior do Estado, o que equivale a 78,3% do total ou a um incremento de 4,9%. Já por um exame setorial, notou-se a expansão do emprego puxada pelo setor de serviços (8.658 novos postos) e comércio (7.586). A indústria de transformação apresentou incremento de 5,85% com a criação de 6.877



postos de trabalho. O setor agropecuário também apresentou dinamismo ao gerar 4.846 novos assalariados (+7,42%), mesma tendência observada na Indústria Extrativa Mineral (1.310 postos e crescimento de 11,12%). O setor de construção civil foi o único a eliminar postos de trabalho em 2003 (-3.607).

Por fim destaca-se o desempenho do comércio exterior – segundo estatísticas o Centro Internacional de Negócios da Bahia (PROMO) –, quando se observa a expansão de 35,2% nas exportações baianas contra 21,1% das vendas internacionais do país, em 2003. Os grupos que afetaram de forma marcante as vendas externas do Estado foram veículos, partes e acessórios com incremento de 244,85%, em decorrência, principalmente, das vendas da Ford; derivados de petróleo (44,4%); químicos e petroquímicos (20,8%), entre outros. Em 2003, o saldo da balança comercial da Bahia alcançou US\$ 1,334 milhões, com as exportações totalizando US\$ 3,259 milhões e as importações US\$ 1,924 milhões.

As vendas externas de grãos cresceram 34,9%, em 2003, as de sisal e derivados, 56,2%; frutas e suas preparações 52,8%. O crescimento nas vendas desses produtos decorre da boa safra, da elevação dos preços das *commodities* agrícolas, do incremento da demanda por produtos do agronegócio, principalmente grãos. Quanto ao cacau, além do mercado internacional estar favorável, a recuperação da lavoura contribuiu para um aumento de 58,6% das exportações em 2003 em relação a 2002.

O bloco NAFTA (Estados Unidos, Canadá e México) foi o principal mercado para as vendas externas dos produtos baianos, com uma participação de 41,9% no total das exportações do Estado, seguido de União Européia com 23,7% e do Mercosul com 13,6%. Os Estados Unidos foram o principal país de destino, com uma participação de 30,6%, seguido da Argentina com 13,1%, cuja recuperação é comprovada pelas estatísticas. As exportações para esse país cresceram 75,3% em relação a 2002, saltando de US\$ 244 milhões para US\$ 427 milhões.

A Argentina, foi também o principal país vendedor para a Bahia com uma participação de 17,3%, seguida da Argélia com 13,5%, dos Estados Unidos com 13,1%, do Chile com 9,6% e da Alemanha com 4,1%.

Contudo, independentemente das dificuldades, o ano de 2003 termina melhor do que começou e coloca expectativas mais otimistas para 2004. A recuperação da demanda interna, estimulada pela expansão do crédito e pela queda nas taxas de juros e da inflação, permitem

esperar um crescimento mais robusto em 2004. As perspectivas de novos investimentos também assumem papel preponderante no crescimento da economia baiana para o próximo ano, contribuindo para o aumento da renda e com a criação de novos empregos.



Publique seu artigo

A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia abre espaço para autores que queiram publicar artigos na Revista Conjuntura & Planejamento.

Editada desde 1994 e registrada no ISSN, a C&P é uma publicação mensal que tem por objetivo tornar-se um veículo de debates e de difusão de informações sobre a conjuntura e o planejamento no Estado da Bahia e no Brasil.

São aceitas contribuições abrangendo as mais diversas linhas de conhecimento em Economia e em outras áreas das ciências sociais e humanas.



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

www.sei.ba.gov.br



DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, até o mês de novembro, apresenta-se negativo (-1,3%), acompanhado pelo baixo desempenho das vendas do varejo que mantiveram taxas negativas durante todo o ano e até o momento apresenta taxa acumulada no ano de -6,8%. Os fatores que ainda determinam esse fraco desempenho do consumo são baixos rendimentos reais e as elevadas taxas de juros reais. Diante da conjuntura adversa, o Índice de Movimentação Econômica, em Salvador, apresenta-se negativo no acumulado do ano até novembro (-0,1%). Por outro lado, tem-se, como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações e do setor agropecuário.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano, até novembro, taxa negativa de 1,3% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho das indústrias química (-2,0%) e de produtos alimentares (-5,3%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciou positivamente o resultado da indústria metalúrgica (6,1%).

No comércio exterior, o ano de 2003 foi de excelentes resultados. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e dezembro, as exportações cresceram 35,2% e as importações cresceram apenas 2,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US\$ 1,334 bilhão.

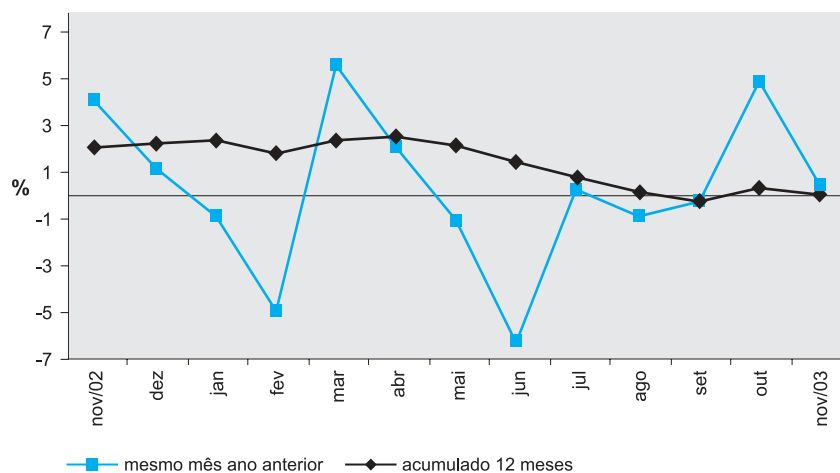
No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, no acumulado do ano de 2003, até novembro, apresentou taxa negativa de 6,8%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período: destacam-se os decréscimos nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-9,9%) e de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,3%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 11,1% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,4% em dezembro, obteve variação de 0,9% em janeiro. Nesse mesmo mês, em 2003, o IPC-SEI teve alta de 2,1%. Em janeiro de 2004, a alta nos preços de Salvador foi determinada pelos alimentos e bebidas, com destaque especial para o aumento nas despesas com saúde e cuidados pessoais (2,7%).

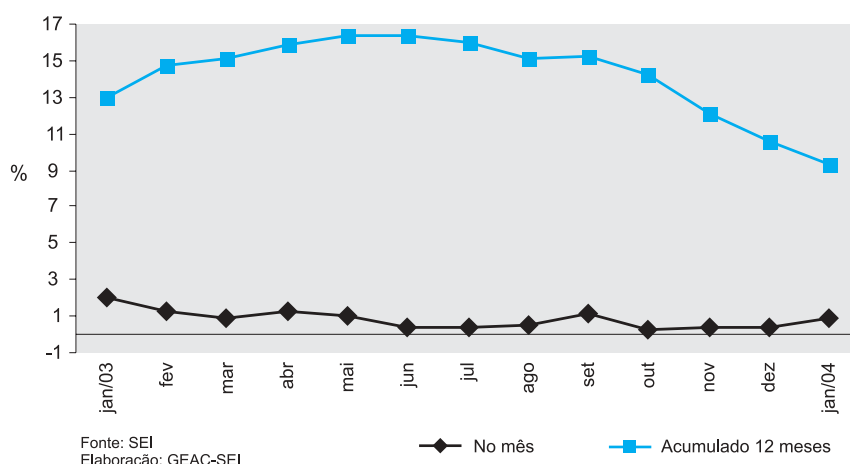
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 26,0%, em dezembro de 2003, caindo 0,8 ponto percentual em relação a novembro de 2003 (26,8%), fechando o ano com uma taxa média de 28,1%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 16,0%, em novembro, para 15,1%, em dezembro. No mesmo período observou-se queda da taxa de participação: de 63,5% para 62,9%. O número de ocupados cresceu 0,4% (de 1.249 para 1.254 pessoas) e houve um decréscimo na PEA de 0,7%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, apresentou, no mês de novembro de 2003, em comparação com o mês de novembro de 2002, acréscimo de 0,5%, resultado bastante inferior ao mês anterior que havia apresentado taxa positiva de 4,5%. No acumulado dos últimos 12 meses o resultado apresenta taxa nula.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



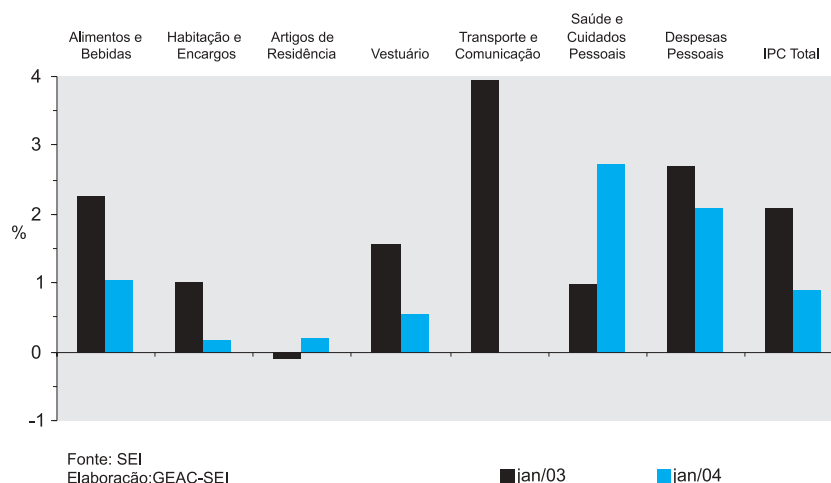
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – divulgado pela SEI –, registrou, em janeiro, incremento de 0,9% nos preços. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado ficou em 9,4%, inferior ao resultado observado nesse indicador no mês de dezembro (10,6%). Os grupos 'alimentos e bebidas' (8,9%) e 'transporte e comunicação' (9,2%) foram os que mais pressionaram a inflação nos últimos 12 meses.

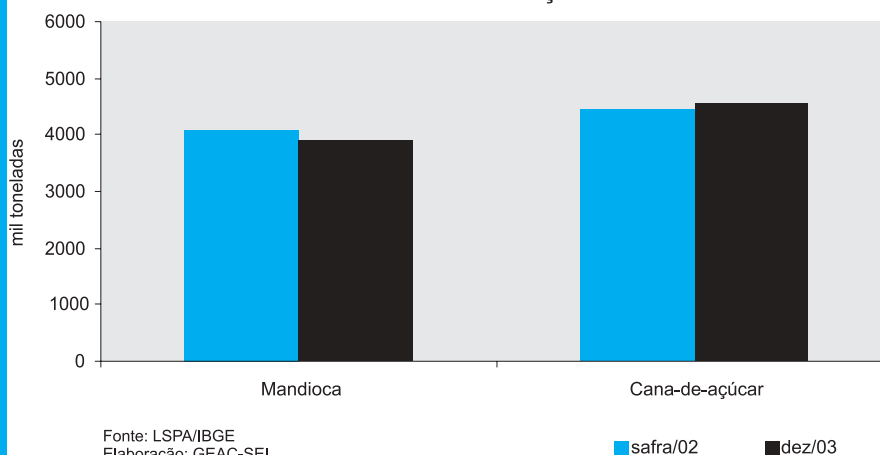
Os grupos 'saúde e cuidados pessoais' e 'despesas pessoais' obtiveram os maiores aumentos entre todos os grupos durante o mês de janeiro, com elevação dos preços de 2,7% e 2,1%, respectivamente. O item 'serviços médicos' teve alta de 10,5% e 'educação' alta de 5,0%. O grupo 'transporte e comunicação' ficou praticamente estável com ligeira queda de 0,02% em decorrência da queda nos preços de 'combustíveis' (-0,35%).

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**

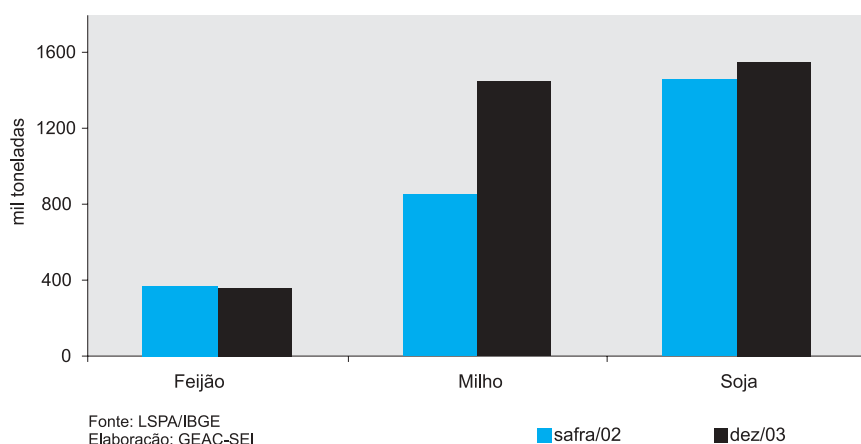


De acordo com as estimativas do LSPA/IBGE, de dezembro, para a safra de 2003, a produção de mandioca obteve queda de 4,4% em relação à safra 2002. Este desempenho está ligado à seca que atingiu alguns municípios baianos. Nas estimativas para cana-de-açúcar, houve incremento de 2,7% na produção, devido ao bom desempenho das exportações e uma pequena queda de 0,4% na sua produtividade.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e Cana-de-Açúcar - Bahia**



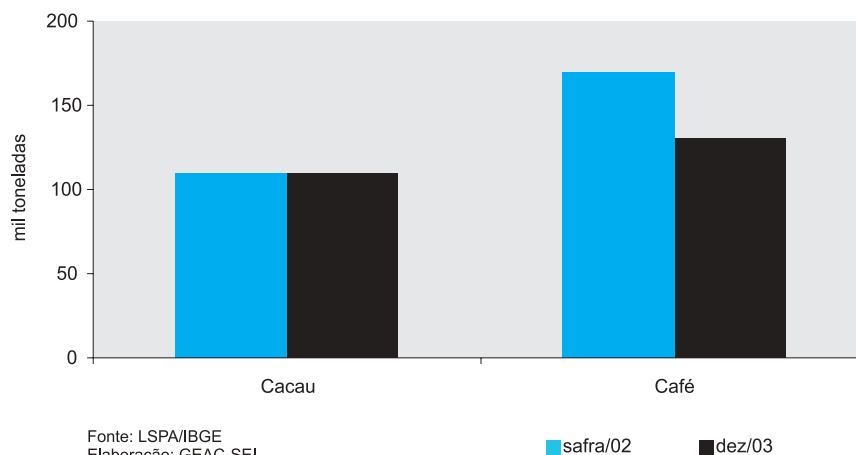
**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**



As estimativas para a safra de 2003 da produção de feijão registraram uma queda de 2,9% em relação à safra 2002, em função dos baixos preços no mercado interno. Para a produção de soja e milho ocorreu variação positiva de 6,3% e 70,8%, respectivamente, ambos em função do aumento da demanda internacional por grãos, ocasionando elevação dos preços no mercado internacional.

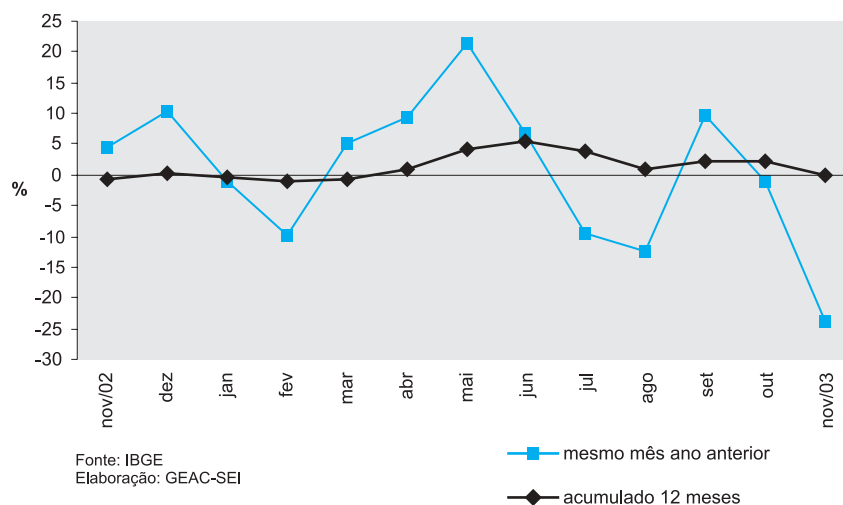
Para o cacau, as estimativas de produção para 2003, se igualaram às da safra 2002. O rendimento desse produto apresentou um incremento de 0,9%, apontando uma discreta recuperação, reflexo do programa de modernização da lavoura cacauzeira que começa a apresentar bons resultados. A safra do café registrou uma queda de 23,1% na sua produção e de 20% no seu rendimento, fato relacionado ao período de colheita concluída.

**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**

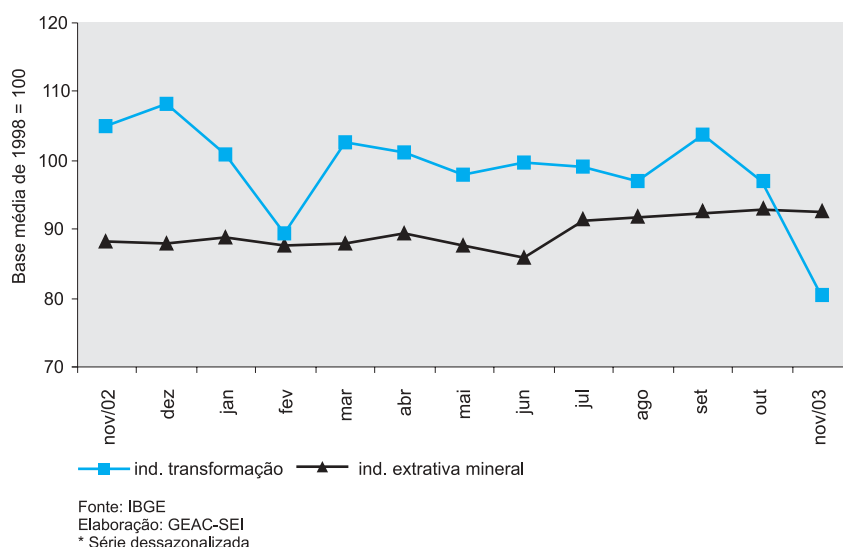


A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em novembro, a produção industrial do setor baiano de transformação registrou forte queda de 24,0%, em relação ao mesmo período do ano de 2002, mantendo a trajetória de queda iniciada no mês de setembro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses ficasse negativa em 0,2%, nível próximo ao de março quando a taxa esteve, também negativa em 0,7%.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



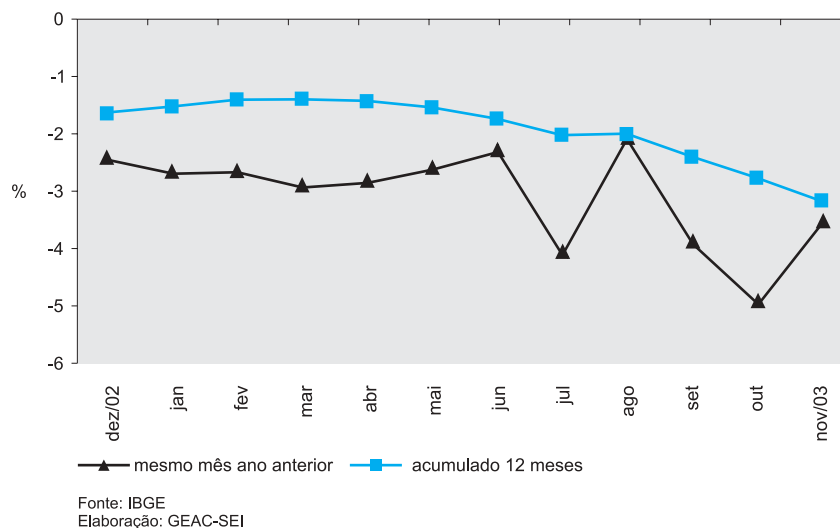
Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia



A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em novembro, mostrou decréscimo de 18,3%, com relação ao mês de outubro. A trajetória recente da indústria de transformação revela que o setor encontra-se em situação de forte queda, iniciada nos últimos 3 meses, derivada sobretudo pela baixa desempenho do segmento químico. O setor extrativo mineral obteve ligeiro decréscimo de 0,4% no mesmo período de comparação.

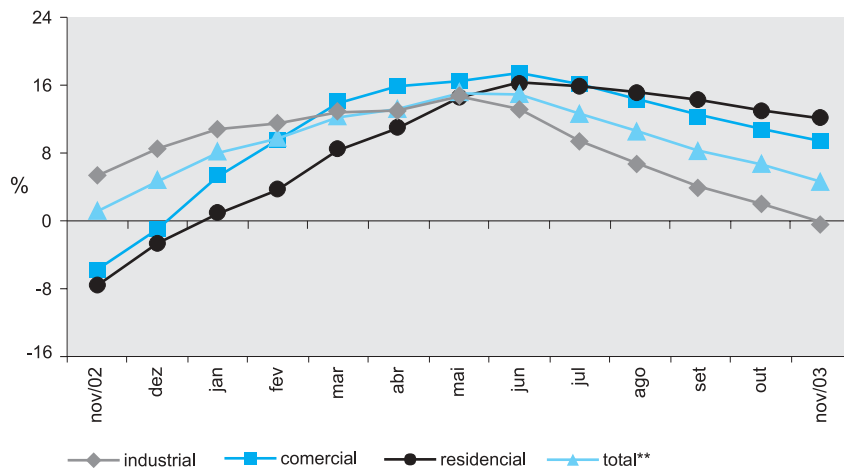
O emprego na indústria de transformação da Bahia continua apresentando desempenho negativo no ano. No mês de novembro, a taxa ficou em -3,6%, um pouco abaixo da registrada no mês de outubro (-5,0%). No acumulado dos 12 meses, verifica-se a trajetória de queda no nível de emprego, registrada desde o início do ano, e que no mês de novembro ficou em -3,1%.

Taxa de variação do pessoal ocupado da indústria de transformação - Bahia



O consumo total de energia elétrica do estado da Bahia, continua sua trajetória de queda no acumulado dos últimos 12 meses, com resultado positivo da ordem de 4,5%, abaixo dos 6,4% registrado no mês anterior, refletindo principalmente o comportamento do consumo dos demais segmentos. O consumo industrial, que vem registrando quedas desde junho, passou de uma taxa de 1,9% para 0,4%, a classe comercial de 10,7% para 9,2% e a classe residencial de 12,8% para 12,1%.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



Fonte: COELBA/CO/CTM

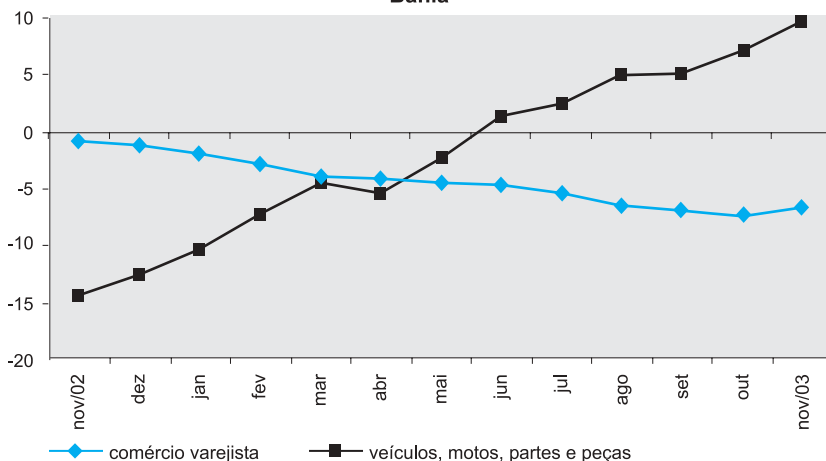
Elaboração: GEAC-SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária

O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

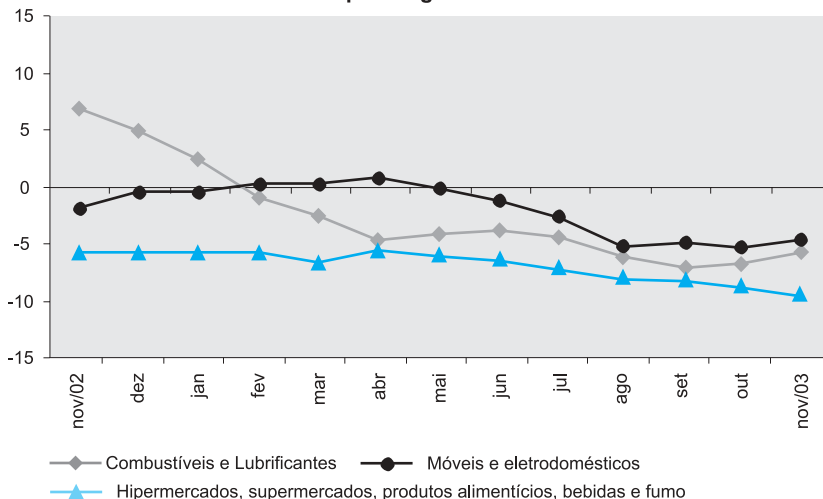
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em novembro, o volume de vendas do comércio varejista apresentou retração de 2,1% comparado com novembro de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 6,9%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 32,5% em relação ao mês de novembro de 2002, acumulando variação positiva de 10,6% nos últimos 12 meses.

Os segmentos de 'hipermercados e supermercados, produtos alimentícios' (-7,5%) e 'tecidos, vestuário e calçados' (-11,7%) foram os que mais contribuíram para o baixo volume de vendas do varejo em novembro de 2003. O primeiro segmento acumula recuo de 9,4% nos últimos 12 meses, comparado com o mesmo período do ano passado, e, o segundo, recuo de 9,2% na mesma comparação. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



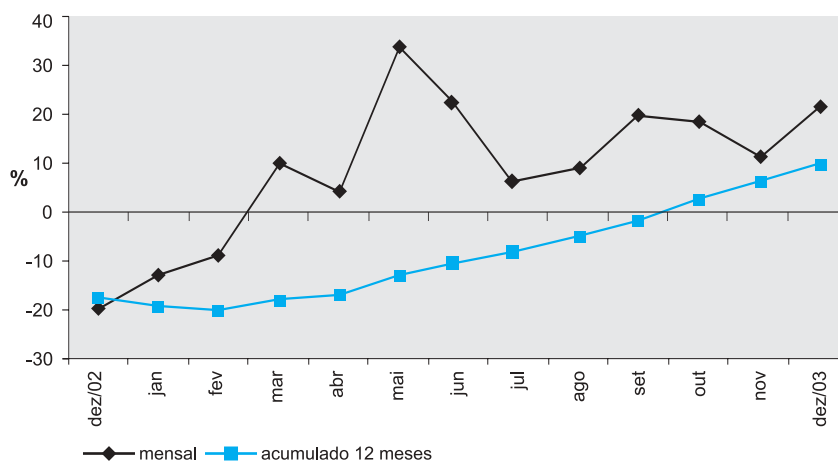
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

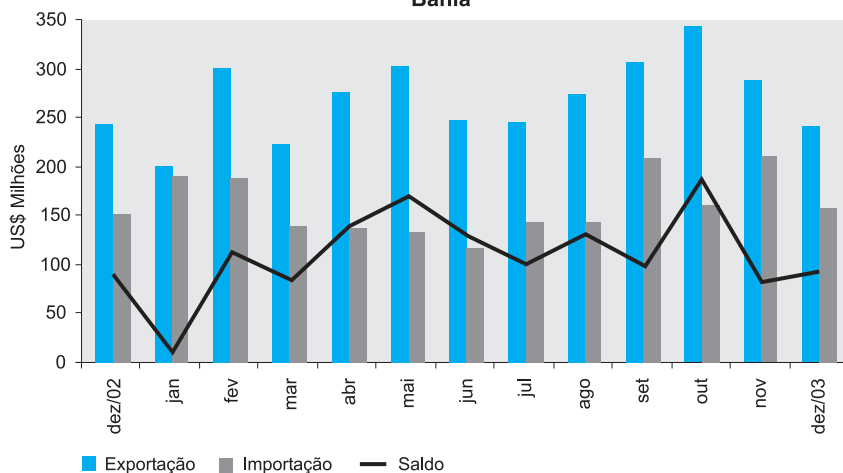
A inadimplência, medida pelo total de cheques sem fundos, mantém crescimento em 2003. Na Bahia, em dezembro, observa-se acréscimo de 21,8% no total de cheques sem fundos, comparado ao mesmo mês do ano de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação até dezembro alcançou o seu patamar mais alto no decorrer do período, ao alcançar a taxa de 10,0%.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: GEAC-SEI

Balança comercial
Bahia

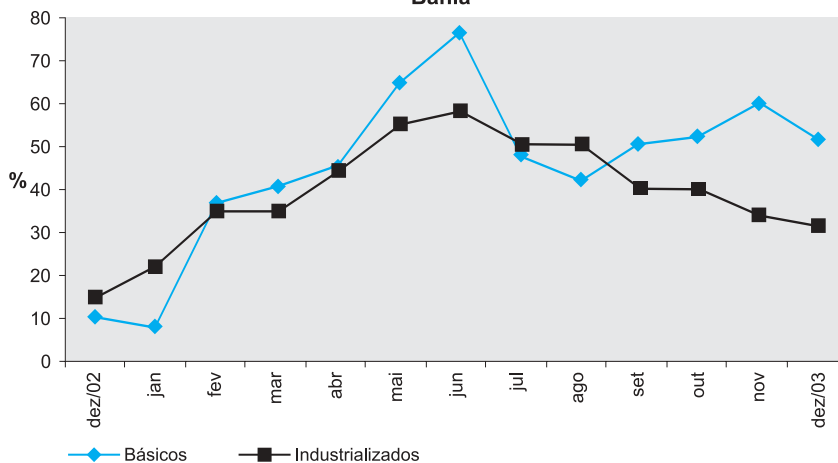


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI

A balança comercial da Bahia registrou, em dezembro de 2003, um superávit de US\$ 90,6 milhões, em decorrência tanto do acréscimo das exportações, que alcançaram US\$ 244,7 milhões (0,8% em relação a dezembro de 2002), quanto das importações, que registraram US\$ 154,1 milhões (0,7%). O expressivo saldo comercial tem se dado, principalmente, devido ao acréscimo nas vendas externas de produtos como automóveis e combustíveis.

O resultado das exportações baianas por fator agregado, no acumulado dos últimos doze meses, tem apresentado crescimento nos produtos básicos (52,6%) e industrializados (32,6%). Esse desempenho deve-se, principalmente, a alta dos preços das commodities no mercado internacional e dos acordos comerciais com mercados não-tradicionais, como China, Rússia, México e demais países asiáticos e africanos.

Taxa de Variação das Exportações Baianas por Fator Agregado*
Bahia

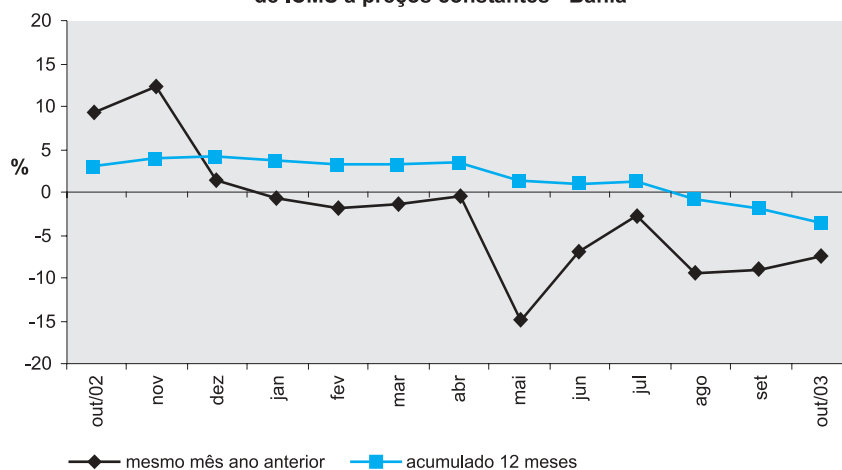


Fonte: SECEX
Elaboração: GEAC-SEI
* Acumulado 12 meses



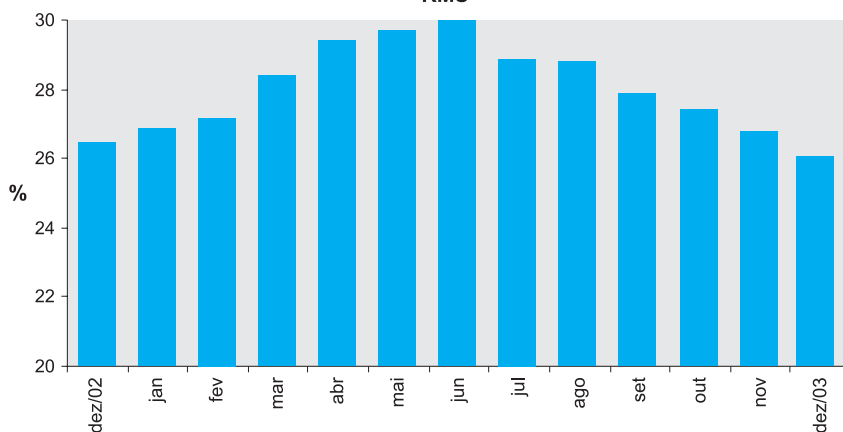
A arrecadação de ICMS, em outubro de 2003, da ordem de R\$ 497,5 milhões, ficou 7,6% abaixo daquela de igual mês do ano anterior e, no acumulado dos últimos 12 meses, 4,0% abaixo da realizada nos 12 meses imediatamente anteriores (em valores reais). Esse resultado expressa o baixo desempenho da arrecadação do Estado no ano de 2003, que já acumula uma queda de 5,9%, com um volume de R\$ 4,7 bilhões em valores reais.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

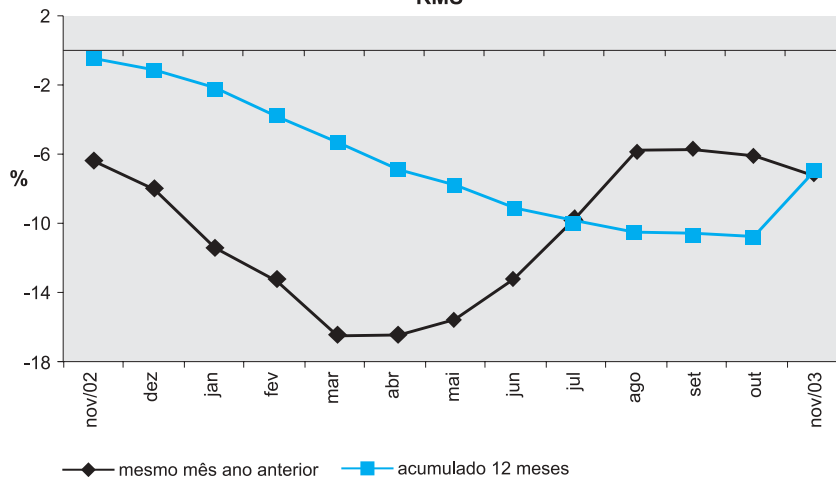


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 26,0% em dezembro. Essa taxa está abaixo da registrada no mês de novembro (26,8%), e abaixo de dezembro de 2002 (26,5%), representando uma ligeira recuperação do mercado de trabalho baiano, provavelmente impulsionado pela recuperação do emprego industrial.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de novembro, apresentou redução de 7,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 6,9% até novembro. Apesar das taxas negativas, esses resultados indicam discreta melhora na renda do trabalhador baiano, considerando-se que o acumulado em doze meses até outubro sofreu redução de 10,7%.

Taxa de variação do rendimento médio real* RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

Mercado de trabalho: o que era veneno virou antídoto

Uma das promessas de campanha que chamou mais a atenção e interessou a sociedade brasileira no último pleito eleitoral, que decidiu quem ocuparia a Presidência da República no período de 2003 a 2006 – feita, a bem da verdade, por todos os principais candidatos – dizia respeito à criação de alguns milhões de postos de trabalho. Para tanto, segundo eles, era necessário romper com a lógica da política macroeconômica levada a cabo pela equipe do então presidente FHC, sobretudo no que dizia respeito à política de definição da taxa de juros, tendo em vista que, àquela altura, estava mais que evidente a sua completa inadequação no sentido de permitir o crescimento econômico e, portanto, da produção e do emprego.

A rigor, uma tal política apresentar-se-ia como um completo equívoco se o objetivo daquele governo fosse estimular a atividade produtiva, pois todos sabem que o efeito líquido e certo da prática de juros altos é o desaquecimento da demanda agregada, mais precisamente do investimento e do consumo. Além disso, no caso brasileiro, os juros altos têm seus efeitos potencializados, posto que comprometem ainda mais a capacidade de gasto de um Estado historicamente endividado.

Pois bem, como as estatísticas indicam, crescimento econômico não era o objetivo principal do governo anterior, mesmo que, em alguns momentos, a exemplo do ano de 1998, à época da reeleição, FHC tivesse publicamente assumido que no seu segundo mandato

os esforços passariam a direcionar-se no sentido de buscar alternativas que recolocassem o país na rota do crescimento, o que, por certo, amenizaria a grave questão do desemprego.

Nesse quesito em particular, o PT “heavy”, dos tempos de oposição, denunciava em alto e bom som que os problemas inerentes ao mercado de trabalho, especialmente aqueles ligados à geração de novos postos de trabalho e renda, deveriam ser combatidos através de um rompimento com o modelo econômico de base neoliberal, principal responsável – sustentavam eles – pelas mazelas que assolavam o país naquele momento: crescimento econômico desprezível, aumento das taxas de desemprego e queda dos rendimentos dos trabalhadores.¹

A partir de uma tal perspectiva, todos esperavam que a atual equipe econômica do governo Lula caminhasse em uma direção diametralmente oposta àquela que foi implementada pela equipe de FHC, durante oito anos. Não obstante, o governo Lula, com vistas a conquistar a confiança do mercado financeiro, esqueceu-se da “retórica” oposicionista. Assim sendo, todos os esforços foram canalizados no sentido de conquistar a lealdade desses mercados através da aplicação à risca do receituário econômico ortodoxo, leia-se, altas taxas de juros, contenção dos gastos públicos mediante a elevação do superávit primário ao patamar de 4,25% do PIB, compromisso pétreo com o regime de metas de inflação, entre outras medidas. E subjacente a esse discurso, tem sido reiteradamente enfatizada a necessidade de minimizar os efeitos deletérios da “herança maldita” do período FHC, o que justificaria, momentaneamente, a aplicação de tais medidas.

Sendo esse o quadro, vê-se claramente que o governo Lula em nenhum momento sinalizou com medidas que apontassem para uma reorientação dos principais

* Doutorando em Ciências Sociais pela FFCH/UFBA e Bolsista FAPES.

** Economista e Bolsista FAPES.

¹ É sempre bom lembrar que a década de 90, reconhecida por todos como sendo o período em que as políticas neoliberais foram largamente utilizadas, registrou um crescimento econômico médio (1,8%) bastante inferior aos anos 80 (3,0%), tido na literatura econômica como a década perdida.

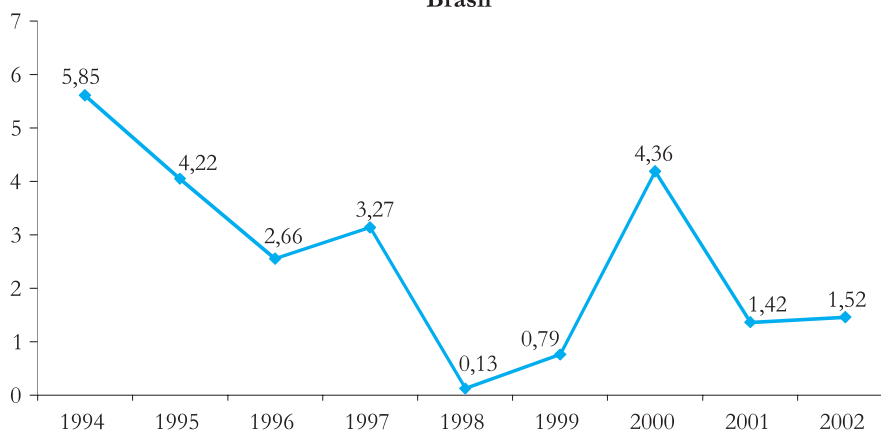


instrumentos de política econômica, notadamente as políticas monetária e fiscal, conforme corroborou o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao declarar à imprensa que, a depender de sua vontade pessoal, o aperto fiscal de 4,25% nas contas públicas perduraria por mais 10 anos!

Contraditoriamente, como podemos perceber, o veneno causador de todos os males vivenciados pela economia brasileira, ou seja, as políticas econômicas de cunho neoliberal, por ora traveste-se do antídoto amargo, porém necessário, para recolocar nos trilhos do crescimento econômico sustentável a economia nacional, à revelia das evidências obtidas no período anterior, indiscutivelmente pífio no que tange ao crescimento econômico (Gráfico 1).

Para reverter essa grave situação, o governo de Kirchner não tem se curvado completamente às políticas convencionais e conservadoras do FMI, ainda que tenha herdado uma “herança maldita” muito mais draconiana do que a brasileira, o que colaborou, de fato, para que nosso vizinho experimentasse uma recuperação econômica muito mais intensa, sustentada, por exemplo, em um crescimento econômico no ano passado em torno de 7,3%, em uma importante queda do desemprego, em uma taxa de juro nominal de curto prazo, no final do ano passado, de 4,9% ante 16,4% no Brasil e em uma meta de superávit primário (2,5%) muito mais modesta do que a brasileira. Tudo isso dentro de um contexto de controle do processo inflacionário que, na Argentina, registrou taxas de 41% em 2002 contra aproximadamente 4% em 2003 (BATISTA JR., 2004).

Gráfico 1
Variação Real Anual do PIB
Brasil



Fonte: Banco Central.

Elaborado por GESO/SEI.

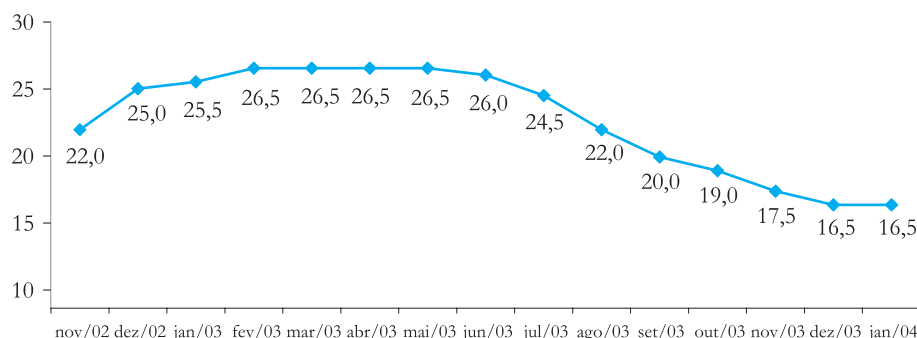
Em face desse contexto, fica difícil acreditar que o atual governo, através dos seus encaminhamentos na área de política econômica, consiga livrar-se da tão malograda “herança maldita” que hoje emperra o país. É preciso que as autoridades econômicas reconheçam, especialmente o ministro Palocci – médico de formação – que, em matéria de política econômica, para curar a doença do paciente, ou mesmo imunizá-lo, não se pode recorrer, como na medicina, ao seu próprio agente causador.

A esse respeito, lembremos a situação da Argentina há bem pouco tempo. A “fuga para frente” daquele país, aprofundando as políticas econômicas recomendadas pelo FMI, desencadeou uma crise social e econômica profunda, sem precedentes na sua história.

A bem da verdade é preciso reconhecer que tem havido um certo esforço, por parte da atual equipe econômica, no sentido de reverter a trajetória ascendente da taxa de juros, embora ainda de posse de uma excessiva cautela (Gráfico 2). Além disso, não se pode negar que alguns outros indicadores importantes da economia apresentam sinais de vitalidade, como é o caso, por exemplo, do saldo da balança comercial, e que outros, como a taxa de inflação, encontram-se em patamares civilizados.

Não nos esqueçamos, porém, que a ascensão ao poder do Governo Lula coincide com um período de euforia internacional, expressa na liquidez da economia norte-americana, no crescimento econômico chinês – puxando para cima os preços das *commodities* no mercado internacional –, na melhora dos indicadores econômicos

Gráfico 2
Evolução da Taxa Selic
Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Novo Sistema de Contas Nacionais (IBGE SCN/Cont. Anual).

Elaborado por GESO/SEI.

das principais economias, sobretudo os baixos índices de inflação que, associados, por certo contribuíram para uma melhora substancial dos indicadores econômicos e financeiros dos países subdesenvolvidos como um todo.

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS NUM CONTEXTO DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO – UM BALANÇO DE 2003

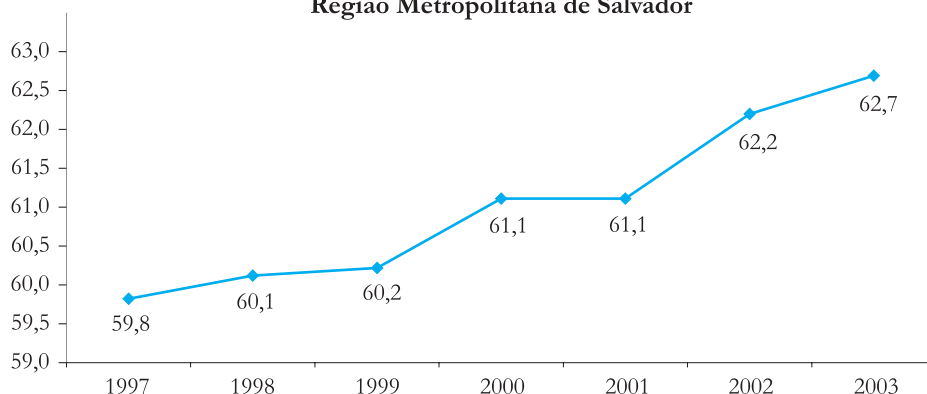
Os indicadores que permitem avaliar a situação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) são pouco animadores, tendo em vista que revelam um quadro de maior debilidade e desestruturação nas suas condições de funcionamento, pelo menos no que tange a dois aspectos fundamentais: o desemprego e o rendimento.

Conforme pode ser observado no gráfico 3, a taxa média de participação (PEA/PIA) – indicador que mede a pressão exercida pela População Economicamente Ativa (PEA) sobre o mercado de trabalho –, em 2003, foi a mais alta desde 1997. Esse resultado, como se verá, é derivado, sobretudo, do crescimento do número de pessoas que estão no mercado de trabalho na condição de desempregadas.

Reflexo das políticas econômicas adotadas pelo Governo Lula, verifica-se no ano de 2003 uma taxa média de desemprego na RMS de aproximadamente 28,1%, também a mais elevada desde 1997 (Gráfico 4). Nesse quesito, vale insistir, o resultado não poderia ser outro, dado os encaminhamentos na área da política econômica.

Analisando-se de forma mais pontual o comportamento da taxa de desemprego, percebe-se que no primeiro semestre a economia local passa a registrar taxas crescentes de desemprego, alcançando, no mês de junho,

Gráfico 3
Taxa Média de Participação
Região Metropolitana de Salvador

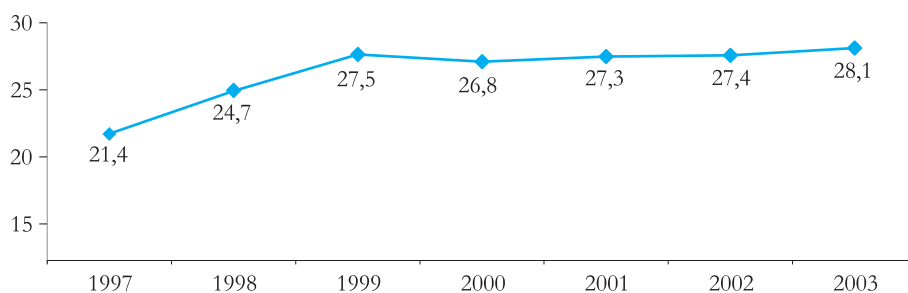


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Elaborado por GESO/SEI.



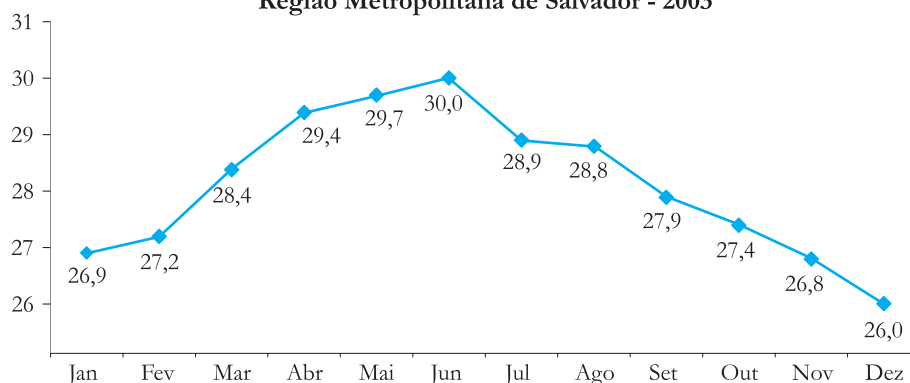
Gráfico 4
Taxa Média de Desemprego
Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Elaborado por GESO/SEI.

Gráfico 5
Taxa de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - 2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Elaborado por GESO/SEI.

o patamar de 30% da PEA. Já no segundo, a taxa de desemprego começa a ceder, ainda que de modo gradual, atingindo, no final do ano, 26% (Gráfico 5).

Avançando na análise da taxa de desemprego através de uma leitura desagregada dos dados disponíveis, podemos apurar que a inversão da tendência verificada a partir de julho deve-se, sobretudo, a um recuo da taxa de desemprego aberto. O desemprego oculto, por sua vez, registrou um comportamento bastante estável no curso do ano passado, abarcando aproximadamente 11% da força de trabalho (Tabela 1).

Do ponto de vista da distribuição intersetorial da ocupação, observa-se na RMS a preponderância do setor de serviços na absorção dos ocupados. Dentro deste, merece destaque o aumento da representatividade dos serviços pessoais, responsáveis, em termos médios, no ano de 2002, pela ocupação de 26,9% dos trabalhadores dessa região, contra 27,2% em 2003. Ainda na comparação 2002/2003, a indústria de transformação aumentou a sua participação na distribuição dos ocupados, passando a absorver, em média, no ano de 2003, cerca de 8,8% da força de trabalho

Tabela 1
Taxa de Desemprego por Tipo
Região Metropolitana de Salvador - 2003

Período	Taxa de Desemprego por Tipo				
	Total	Aberto	Oculto		Total
			Trab. Precário	Desalento	
Janeiro	26,9	15,9	8,0	3,0	11,0
Fevereiro	27,2	16,3	7,7	3,2	10,9
Março	28,4	17,2	7,6	3,6	11,2
Abril	29,4	18,6	7,4	3,4	10,8
Mai	29,7	18,9	7,3	3,5	10,8
Junho	30,0	18,9	7,5	3,6	11,1
Julho	28,9	17,8	7,3	3,8	11,1
Agosto	28,8	17,3	7,7	3,9	11,6
Setembro	27,9	16,7	7,6	3,6	11,2
Outubro	27,4	16,2	7,9	3,3	11,2
Novembro	26,8	16,0	7,7	3,1	10,8
Dezembro	26,0	15,1	7,9	3,0	10,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
Elaborado por GESO/SEI.

ocupada. Movimento semelhante se verificou para o setor outros, que passou a abarcar, em 2003, cerca de 1,1% dos ocupados da RMS. Por outro lado, os setores da construção civil, do comércio, dos serviços de produção e dos serviços domésticos reduziram, nesse mesmo lapso de tempo, a sua participação para 5,0%, 16,1%, 31,8% e 10,0%, respectivamente. (Tabela 2).

A análise da distribuição dos ocupados por posição na ocupação, por sua vez, reflete o alto grau de informalidade nas relações de trabalho da RMS. Em média, no ano de 2003, cerca de 11,7% dos ocupados se valiam de um assalariamento sem carteira de trabalho assinada e aproximadamente 23,0% da força de trabalho exercia suas atividades econômicas autonomamente. Por outro lado, o crescente assalariamento registrado pelo mercado de trabalho das RMS (60,5% em 2003 ante 59,9% em 2002), deve-se, principalmente, ao avanço do assalariamento privado com carteira de trabalho que alcançou, em termos médio, no ano de 2003, cerca de 35,0% dos trabalhadores contra 34,1% no ano anterior.

Um dos vetores da análise que mostra, de forma inequívoca, a precarização dos postos de trabalho nos últimos anos é, sem sombra de dúvidas, a perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora representada por uma acentuada queda dos seus

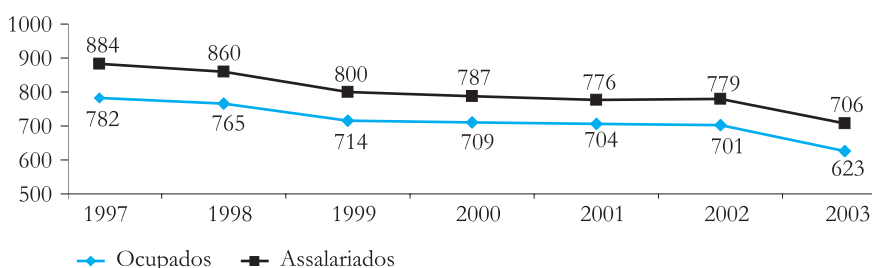
rendimentos. De 2002 para 2003, os ocupados reduziram seu poder de compra em cerca de 11%. Se dentro dos ocupados se observar, para esse mesmo intervalo de tempo, a situação dos trabalhadores assalariados, percebe-se uma redução ligeiramente inferior, da ordem de 9%, muito provavelmente em virtude do maior grau de organização dos trabalhadores assalariados com carteira e assalariados no serviço público.

Tabela 2
Distribuição Média dos ocupados por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador

Período	Setor de Atividade Econômica						
	Ind. de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção	Serviços Pessoais	Serviços Domésticos	Outros
1997	8,3	5,4	17,9	30,4	25,3	10,8	2,0
1998	8,1	5,5	17,0	31,4	25,9	10,3	1,8
1999	8,1	5,5	16,2	31,4	26,7	10,3	1,8
2000	8,0	5,5	16,1	32,7	25,7	10,6	1,3
2001	8,0	5,8	16,7	32,4	25,5	10,8	0,9
2002	8,3	5,2	16,2	32,2	26,9	10,2	1,0
2003	8,8	5,0	16,1	31,8	27,2	10,0	1,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
Elaborado por GESO/SEI.

Gráfico 6
Média do rendimento médio dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal - Região Metropolitana de Salvador



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Elaborado por GESO/SEI.

Obs.: Os dados apresentados correspondem à média dos meses de janeiro a novembro.

Tabela 3
Distribuição Média dos Ocupados por Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador

Período	Posição na Ocupação							Empregador	Domésticos	Outros
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado Priv. Com Carteira	Assalariado Priv. Sem Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. p/ Público	Autônomo Trab. p/ Empresa			
1997	56,0	29,0	10,8	16,2	24,7	19,8	4,9	4,2	10,8	4,3
1998	57,9	30,8	11,0	16,1	23,6	19,2	4,4	4,2	10,3	3,9
1999	58,3	31,7	11,3	15,3	23,9	19,2	4,7	3,9	10,3	3,5
2000	59,6	32,9	12,0	14,7	22,7	18,1	4,6	4,0	10,6	3,1
2001	61,2	34,7	12,0	14,5	21,5	17,7	3,8	4,0	10,8	2,5
2002	59,9	34,1	11,7	14,1	23,0	18,8	4,2	4,2	10,2	2,7
2003	60,5	35,0	11,7	13,8	23,0	18,9	4,1	3,8	10,0	2,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
Elaborado por GESO/SEI.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, não há como não reconhecer que pelo menos nas questões relativas ao mercado de trabalho, a esperança está dando lugar à desesperança. Muitos dos eleitores do atual governo acreditavam em uma mudança dos rumos da política econômica, pois, como era notório, os encaminhamentos que tinham sido adotados no governo FHC conduziram o país para uma situação em que se criou, por assim dizer, um passivo social de enorme proporção – medido, sobretudo, nas elevadas taxas de desemprego e na queda de rendimento da classe trabalhadora – e que nada mais é do que uma das facetas mais perversas da malograda “herança maldita” construída no período de 1994 a 2002. Essa postura decorria do fato que o então candidato a Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, afirmava com todas as letras que, para livrar-se de tal herança, a condição *sine qua non* que se colocava era o rompimento com a lógica do modelo econômico vigente.

Pois bem, para espanto tanto daqueles que depositaram suas esperanças na construção de um novo caminho, quanto daqueles que o rejeitaram,² o governo Lula está se utilizando dos mesmos expedientes, em matéria de política econômica, utilizados por FHC durante os seus dois mandatos, só que com o agravante de, justamente, aprofundar os seus ditames.³ Nessa medida, longe de livrar-se da “herança maldita” que infelizmente caiu em suas mãos e sobre os ombros da sociedade brasileira, o governo Lula, pelo menos no seu primeiro ano, é responsável pela criação de uma nova herança que, talvez, ao final do seu mandato, fique conhecida como “neoboba” e cujo conteúdo seja o que segue: crescimento nulo do PIB, elevação da taxa de desemprego para níveis recordes e diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Nunca é demais lembrar que, no plano político, o Partido dos Trabalhadores, para o bem ou para o mal, representa – ou representava – o maior partido de esquerda da América Latina, quicá do mundo, fato esse que trazia para o centro do debate político segmentos importantes da sociedade brasileira que viam nele a caixa de ressonância dos seus interesses. No entanto, a sua vitória eleitoral e a conseqüente ascensão ao poder, vêm

colaborando, apoiada fortemente pela grande mídia, para a disseminação do pensamento único no campo político. Ao taxar seus críticos de “radicais”, o partido incorre na mesma conduta do governo tucano, que rebatia as críticas direcionadas à sua administração chamando seus mais fervorosos opositores de “neobobos”. Ao invés do debate de idéias, opta-se, mais uma vez e infelizmente, pela desmoralização pessoal.

Talvez seja melhor que os atuais condutores da política econômica se acostumem a conviver com as críticas, pois o aprofundamento da política econômica do período FHC, por certo, como já pode ser visto no primeiro ano do governo Lula, em nada ajudará no equacionamento dos problemas que afetam o mercado de trabalho nacional, fato esse que contribui para esgarçar ainda mais o nosso já frágil tecido social.

Referências

BATISTA JÚNIOR. Paulo Nogueira. *Argentina: o balanço que faltou*. Disponível em: <<http://agencia.cartamaior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=boletim&id=738>>. Acesso em: 26 jan. 2004.

² Estes chegaram mesmo a afirmar, como um certo sarcasmo, que as ações do governo Lula na área econômica foram exageradas, especialmente no que toca à definição da taxa de juros.

³ Veja, por exemplo, o caso do superávit primário como proporção do PIB.



Agricultura: Promessas de bons frutos

RETROSPECTIVA DA SAFRA BAIANA

As perspectivas para a safra 2003/2004, de acordo com o 2º levantamento de intenção de plantio realizado pela Conab, estimam que a produção brasileira de grãos, nesta safra, poderá atingir volume recorde de 129,7 milhões de toneladas, com um incremento de 5,5%. As culturas que se destacam pela estimativa de produção, comparando-se com a safra 2002/2003 são: algodão em pluma (1,2 mil toneladas, com um crescimento de 35,8%), algodão em caroço (1,8 mil toneladas e incremento de 35,3%), soja (59 milhões de toneladas, com incremento de 13%), feijão total 1ª e 2ª safras (3,4 mil toneladas, com incremento de 6,6%) e milho total 1ª e 2ª safras (45 milhões de toneladas, uma expectativa de queda de 4,5%).

Em relação à área plantada, as estimativas apontam 46,6 milhões de hectares, superior em 2,65 milhões de hectares, o que corresponde a um crescimento de 6% para as principais culturas, com exceção do feijão (1ª safra) e milho (1ª safra), que apresentaram decréscimos.

Segundo a previsão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá chegar a 122,25 milhões de toneladas em 2003, o que corresponde a um aumento de 25,81% em relação à safra obtida em 2002, que foi de 97,17 milhões de toneladas. A região Sul contribuiu com quase metade da produção nacional, alcançando 57,97 milhões de toneladas; a região Centro-Oeste registrou 37,55 milhões de toneladas; a região Sudeste ficou com 15,99 milhões de toneladas; a Nordeste com 8,06 milhões de toneladas; e, a Norte, com 2,67 milhões de toneladas.

Para o estado da Bahia, a agricultura, no ano de 2003, revelou o melhor desempenho da economia do estado até o momento, de acordo com dados divulgados pela Secretaria de Agricultura (Seagri). O Valor Bruto da Produção agrícola cresceu 32% nos últimos 12 meses, passando, a preços reais, de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 12,9 bilhões em 2003. As exportações do setor registraram aumento de 27% até outubro, totalizando US\$ 784 milhões. A fruticultura foi o segmento que mais contribuiu para este resultado, atingindo um crescimento de 77% nas vendas externas. O trigo irrigado começa a ganhar destaque na pauta do agronegócio baiano.

De acordo com o levantamento realizado em novembro pelo IBGE, no LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola), em 2003 o estado da Bahia tende a uma produção de grãos de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 27,4% na comparação com o ano de 2002, que registrou 2,9 milhões de toneladas. O rendimento médio também aponta um crescimento de 19,3%, bem como a área plantada (6,7%) e a área colhida (10,4%).

Na tabela 1, verifica-se que a maioria das culturas registrou um bom desempenho nas estimativas para a safra de 2003, na comparação com o ano de 2002. O desempenho foi positivo tanto em relação à produção quanto pela alta dos preços alcançada no mercado por alguns produtos agrícolas, como no caso do algodão e da soja.

O milho apresentou estimativa de produção de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 70,8%. A sua área plantada obteve um acréscimo de 13,5%, resultado influenciado pela redução da área plantada da soja, o que acarretou um incremento no seu rendimento médio de 36,6%. Os elevados preços do milho, tanto no mercado interno como no mercado externo, levaram a um aumento da demanda internacional, sendo que o aumento da sua lucratividade média vem contribuindo para os resultados positivos.

* Graduada em Economia e bolsista FAPES.



Para o algodão, espera-se uma produção de 258 mil toneladas, o que corresponde a um crescimento de 43,5%, com um incremento de 26,2% no seu rendimento médio, e um aumento na sua área plantada de 14,5%. Este desempenho está relacionado com a utilização, na região sudoeste do Estado, de novas tecnologias para manejo do solo e o uso de sementes variadas, o que vem revitalizando e levando ao aumento da produção, além da alta nos preços do algodão no mercado internacional.

Porém, as expectativas são de redução de preço no mercado externo e recuo das indústrias de têxteis, ocasionando um desaquecimento do mercado interno que, com a forte valorização dos preços, deixou de comprar matéria-prima. O algodão, da mesma forma que o milho, teve uma área plantada maior, já que o problema da ferrugem da soja vem levando muitos produtores a reduzir o plantio deste grão. Segundo a Conab, para a próxima safra 2003/2004, as expectativas apontam o Estado como o segundo maior produtor de algodão, superando Goiás, com estimativas de crescimento em torno de 75% na área plantada.

A soja continua liderando a produção de grãos do Estado, registrando uma produção de 1,55 milhão de toneladas em 2003, o que corresponde a um incremento de 6,3% na sua produção, bem como na sua área plantada e colhida; contudo, não houve alterações na sua produtividade na comparação com 2002.

Os resultados positivos alcançados pela soja devem-se à boa cotação do grão no mercado internacional, aumento da demanda, principalmente da China e Europa, e ainda a redução da produção de soja dos Estados Unidos, em razão da seca no país, levando a um aumento no preço

do grão. Devido ao surto da ferrugem asiática, a Bahia será o único estado a reduzir o plantio para 833 mil hectares, pois muitos produtores preferiram migrar para o algodão e até para o milho. Os prejuízos causados pelo fungo chegarão a US\$ 300 milhões na safra 2002/2003, segundo informações da Aiba (Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia).

A produção de soja do oeste baiano, que chegará a 1.555.500 milhões de toneladas, tem 80% destinada às indústrias esmagadoras instaladas na região (Cargill e Bunge), para produção de óleo e farelo para abastecer o Nordeste e, especificamente o farelo, também para o mercado europeu. Os 20% restantes são comercializados no Nordeste em forma de grão. O sorgo, que vem sendo amplamente utilizado como um produto alternativo ao milho na composição das rações animais, continua a manter estimativas de crescimento, registrando um incremento de 103,3% na produção e de 105,3% na sua área plantada, em função dos bons preços do produto no mercado interno.

Para o café espera-se um crescimento de 7,1% nas estimativas de produção e de 4,9% no seu rendimento médio, o que pode estar relacionado ao aumento médio dos preços do café brasileiro no mercado externo, elevando as receitas com exportação em 15,3% nos primeiros dez meses deste ano.

A safra baiana de café irrigado, na sua maioria comercializada no mercado externo, é internacionalmente conhecida pela alta qualidade e, atualmente, vem mostrando-se como uma atividade promissora, apesar da crise no setor, pois apresenta uma produtividade três vezes superior à do grão de sequeiro, apesar dos custos

Tabela 1
Produção Física, área plantada e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia - 2002/2003

Produtos	Posição na Ocupação								
	Produção Física (t)			Área Plantada (ha)			Rendimento Médio ⁽³⁾ (kg/ha)		
	2002 ⁽¹⁾	2003 ⁽²⁾	Var. %	2002	2003	Var. %	2002	2003	Var. %
Mandioca	4.088.788	3.998.968	-2,2	345.376	336.407	-2,6	12.571	12.062	-4,0
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.868.877	9,5	80.432	81.387	1,2	55.321	59.824	8,1
Cacau	110.205	110.841	0,6	576.875	578.025	0,2	225	230	2,2
Café	169.310	181.329	7,1	153.748	153.574	-0,1	1.142	1.198	4,9
Grãos	2.901.470	3.696.858	27,4	2.432.423	2.596.237	6,7	7.515	8.966	19,3
Algodão	179.971	258.181	43,5	75.264	86.141	14,5	2.391	3.017	26,2
Feijão	373.979	362.803	-3,0	821.961	798.358	-2,9	493	510	3,4
Milho	849.743	1.451.694	70,8	705.592	800.957	13,5	1.657	2.263	36,6
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	800.000	850.000	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo	33.777	68.680	103,3	29.606	60.781	105,3	1.144	1.346	17,7

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

(1) Estimativas do GCEA/IBGE, safra/2002.

(2) Estimativas do GCEA/IBGE, dezembro/2003.

(3) Cálculo-metodologia IBGE: Produção ÷ Área Colhida.

mais elevados. As estimativas da safra brasileira de café eram de 40 milhões de sacas, mas, com a revisão de safra, a previsão é de uma produção entre 34 e 37 milhões.

Estas estimativas de redução abaixo das projeções do mercado devem estimular os preços do grão nos próximos meses. No acumulado do ano o café registrou queda de 1,5%, conseqüência da notícia de uma produção nacional de mais de 40 milhões de sacas.

O cacau aponta um incremento de 0,6% nas estimativas de produção, com rendimento médio positivo em 2,2%. Esta discreta recuperação deve-se aos primeiros resultados concretos do Programa de Modernização da Lavoura Cacaueira, que tem como principal foco a promoção do desenvolvimento do cacau clonado que, do total da área plantada, já ocupa 100 mil hectares, com cerca de 20 variedades clonadas. O estado da Bahia contribui com quase 90% da produção nacional da amêndoa.

No mercado externo, a cotação do cacau apresentou recuo de 12,3% no mês de outubro, acumulando queda de 29,8% nos primeiros dez meses deste ano. Além disso, registrou queda nas vendas interestaduais e nas exportações. Porém, as especulações de que pode vir a ser deflagrada uma guerra na Costa do Marfim, está provocando um aumento da demanda pelo cacau e pressionando os preços da amêndoa para cima.

A cana-de-açúcar registrou incremento de 9,5% na produção e de 8,1% no rendimento médio, levando a ganhos de produtividade, o que se deve ao registro de chuvas no principal período de formação dos canaviais no último trimestre de 2002. A colheita vem apresentando desempenho positivo, com aumento nas vendas de açúcar, álcool e melaço no próprio Estado, compensando a queda nas vendas interestaduais.

No mercado externo, a cotação do açúcar caiu 22,1% no acumulado do ano e 4,2% no mês de outubro. Na Bahia, o setor direciona cerca de 70% do processamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar, que há três safras vem se mantendo lucrativa, e 30% para a produção de álcool. Mas, segundo analistas de mercado, esta tendência está em processo de reversão, com a queda da rentabilidade na produção do açúcar.

O feijão apresentou queda nas estimativas de produção em 3,0% e de 2,9% na sua área plantada. O período é de entressafra, ocasionando uma escassez do produto no mercado, enquanto os preços mantêm-se estáveis, porém com viés de baixa, devendo cair com a entrada da safra das águas.

Apesar disso, o Estado apresenta estimativa positiva para o rendimento médio do feijão, de 3,4% em 2003, apesar da área cultivada apresentar-se menor em relação a 2002, o que deve ser associado a diversos fatores, dentre eles a utilização de melhores sementes, cultivo e financiamento no momento certo.

A produção de mandioca apresentou tendência de queda na sua produção (-2,2%) e na sua área plantada (-2,6%), o que está associado à seca que atingiu os municípios produtores. A raiz vem registrando preços mais favoráveis quando comparados aos da comercialização passada.

Já o trigo destaca-se como referência nacional, alcançando uma alta produtividade na primeira safra do trigo irrigado colhido na Bahia, superando a média nacional, o que traz ânimo aos agricultores para ampliarem o cultivo, que não era realizado há 15 anos. O trigo é plantado em fazendas localizadas nos municípios de Mucugê e Ibicoara, região da Chapada Diamantina, que participam da experiência de re-introduzir o trigo na pauta do agronegócio baiano. Esta primeira colheita pode levar o Estado ao primeiro passo para auto-sustentação, uma vez que a Bahia importa a maior parte do trigo que consome.

De acordo com a Seagri, enquanto os estados do Paraná e Rio Grande do Sul atingem uma produtividade, em sequeiro, entre 2.500 e 2.700 quilos por hectare, o estado da Bahia obtém, com o trigo irrigado, em torno de 5.800 quilos na mesma área, o que corresponde ao dobro. A média brasileira para o mesmo produto irrigado é de 4 mil quilos por hectare.

A experiência do cultivo do trigo na Bahia apresenta resultados significativos não só em relação à produtividade, mas também no que diz respeito à qualidade do produto final. O trigo colhido na Bahia é o chamado melhorador, com alto teor de glúten, usado pela indústria para incorporar qualidade às massas de pão. As novas variedades abrem perspectivas para o Estado investir cada vez mais nessa atividade rentável, considerando-se as altas constantes do produto no mercado interno e externo.

FRUTICULTURA

Merece destaque o segmento da fruticultura na Bahia, o qual vem se transformando, ano a ano, em um dos mais importantes para o estado. Este bom desempenho pode ser atribuído as condições favoráveis do clima, à utilização de novas tecnologias, e à oferta de água para irrigação,



levando a uma produção de frutas de excelente padrão de qualidade, sendo aceitas tanto no mercado interno como no mercado externo, gerando emprego, renda e divisas. A produção chega a 3,6 milhões de toneladas de frutas produzidas em uma área de 210 hectares, registrando um aumento de 15% em relação à produção de 2002. Na composição do Valor Bruto da Produção das lavouras, as frutas participam com 32%, o que corresponde a R\$ 1,8 bilhão.

Entre os bons frutos colhidos na Bahia, pode-se citar o abacaxi e a uva. O abacaxi atingiu uma produção de 133 mil toneladas, sendo o Estado o 4º produtor dessa fruta no país, de acordo com a Seagri (Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia).

Cultivado na região do Paraguaçu, onde se encontram os pólos de Itaberaba e Coração de Maria, com uma participação de 60% do total produzido na Bahia, o abacaxi destaca-se por ser uma atividade geradora de renda e de emprego, pois, durante o seu ciclo produtivo, existem fases em que somente pode ser utilizado o trabalho manual, não permitindo a mecanização, o que leva a absorver grande número de trabalhadores da zona rural.

Já a uva é produzida na região do Baixo Médio São Francisco, responsável por 95% de toda uva produzida no Estado, destacando-se os municípios de Juazeiro e Casa Nova. A produção do Vale do São Francisco (Juazeiro e Petrolina) já é a 2ª maior do país, ficando atrás apenas da Serra Gaúcha, devido às vantagens competitivas apresentadas pela região, como alto índice de radiação solar, escassez de chuvas e modernas técnicas de irrigação aliadas ao manejo adequado dos parreirais, o que permite a obtenção, em média, de duas safras e meia por ano, eliminando a entressafra, além da alta qualidade da fruta.

as estimativas para o setor agrícola continuam a ser favoráveis para a maioria das culturas. Isso está atrelado às expectativas de boas condições climáticas nas principais regiões produtoras, ao uso de tecnologia no campo e aos bons preços da maioria das culturas no mercado internacional e nacional

A novidade no cultivo da uva realizado no Vale do São Francisco, um dos maiores centros produtores de vinho do Brasil, é o melhoramento de suas videiras por parte dos produtores, através da substituição das parreiras tradicionais pelo cultivo de uvas sem sementes, imprescindível para que se possa aumentar e manter os níveis de exportação, haja vista que o consumidor europeu já não aceita a uva com semente.

A produção de uva na Bahia, dada sua alta qualidade, tem conquistado o mercado internacional, colocando o estado em 1º lugar no *ranking* das exportações nacionais da fruta.

Em termos gerais, as estimativas para o setor agrícola continuam a ser favoráveis para a maioria das culturas. Desta forma, o setor continuará mantendo o seu ritmo de crescimento na safra atual e ganhando mais fôlego para a safra que se inicia. Isso está atrelado às expectativas de boas condições climáticas nas principais regiões produtoras, ao uso de tecnologia no campo e aos bons preços da maioria das culturas no mercado internacional e nacional.

REFERÊNCIAS

- ÁREA com algodão cresce 120% no oeste. *A Tarde*, Salvador, 08 dez. 2003. Caderno Rural. p. 08.
- BAHIA deve superar Goiás e virar 2º maior produtor de algodão do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 out. 2003. Caderno Agrofolha. p. B-12.
- EXPANSÃO surpreendente da agricultura da Bahia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 05 de jan. 2004. Rede Gazeta do Brasil. p. B-11.
- INTENÇÃO de plantio safra 2003/2004, segundo levantamento, dezembro/2003. CONAB, 2004. p. 3-4. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2004.
- OESTE reduz área com soja. *A Tarde*, Salvador, 03 nov. 2003. Caderno Rural. p.03.
- OFERTA escassa sustenta preço interno do feijão. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 out. 2003. Caderno Agronegócios. p. B-10.
- OS BONS frutos da Bahia. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 6, n. 1, p. 3-4, nov. 2003.
- PRODUTORES de algodão estão animados. *A Tarde*, 20 out. 2003 Caderno Rural. p. 4.
- Safra de café menor que a esperada. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 06 e 07 dez. 2003. Caderno Agribusiness. p. B-10.
- SAFRA 2003 deve alcançar 122,5 milhões de toneladas. *Comunicação Social*, Rio de Janeiro: IBGE, 27 nov. 2003, p. 2. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2004.
- TRIGO volta à pauta do agronegócio. *A Tarde*, Salvador, 12 jan. 2004. Caderno Rural, p. 04.

GABRIEL OLIVEIRA*
 THIAGO GÓES**
 OSMAR SEPÚLVEDA***

O espetáculo da recessão: uma resenha da conjuntura de 2003¹

Após um ano do governo Lula, observa-se uma melhora sensível nos indicadores macroeconômicos. Através de uma política econômica bastante ortodoxa, seguindo o receituário do famigerado Consenso de Washington – implantado na América Latina de modos mais ou menos fiéis, dependendo do país – foram conquistados a estabilidade cambial, o controle inflacionário (a despeito do estouro da meta) e um inédito superávit das transações correntes. Qualitativamente, as reformas liberais estão sendo elaboradas e implementadas de forma a fazer inveja a FHC e seu famoso rolo compressor.

Em contrapartida, fecha-se o ano com recessão e esta não veio por acaso ou por fatores exógenos, ela é fruto e, ao mesmo tempo, condição necessária aos resultados positivos conquistados. Aqui será demonstrado, através de dados coletados, de que essa política econômica adotada é a principal responsável pelo pífio resultado do “lado real” da economia e contradiz totalmente a intenção do governo de promover o espetáculo do crescimento. Neste relatório analisaremos o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas que caracterizaram o ano de 2003.

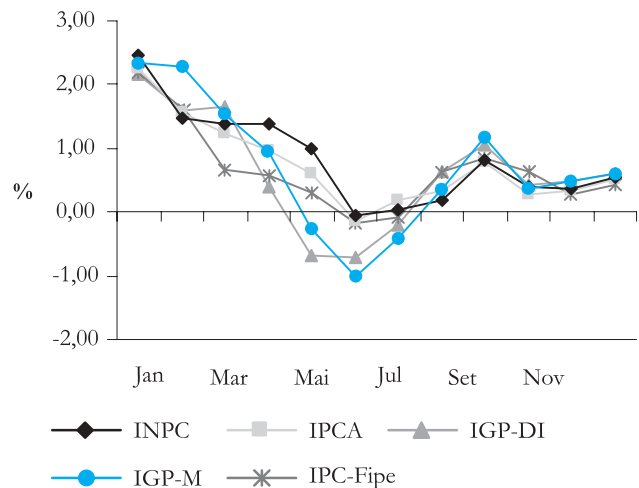
* Estudante da graduação em Ciências Econômicas pela FCE-UFBA e bolsista do NEC.

** Estudante da graduação em Ciências Econômicas pela FCE-UFBA e bolsista do NEC.

*** Professor da FCE-UFBA e integrante do NEC.

¹ Texto apresentado na Reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), em 21/01/04.

Gráfico 1
 Comportamento dos principais
 índices de preço em 2003



A INFLUÊNCIA INFLACIONÁRIA DE 2002

O ano que passou foi marcado pelo efeito negativo do segundo semestre de 2002. A incerteza quanto às eleições presidenciais afetaram alguns parâmetros macroeconômicos de 2003. A fuga de capitais e a escassez de crédito implicaram a apreciação do dólar. O problema é que a taxa de câmbio afetou a taxa de inflação, estourando a meta de 11% estabelecida para aquele ano. É conveniente destacar que o índice utilizado pelo CMN para as metas de inflação é o IPCA medido pelo IBGE, que em 2002 fechou em 12,53%.

A alta das taxas de inflação no segundo semestre de 2002 se refletiu nos primeiros meses de 2003. A inflação verificada no ano, teve todas as características de inflação de custo e não de demanda, proveniente dos impactos cambiais de 2002 juntamente com os reajustes dos preços monitorados e administrados pelo governo que pressionaram os preços.

O IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE variou, no ano de 2003, 9,3%, sendo que 6,64% só no primeiro semestre. O resultado ficou abaixo dos 12,53% do ano passado. Apesar do índice ter se reduzido 25,78% em relação a 2002, o mesmo ultrapassou a meta estabelecida pelo governo, que era de 8,5%. Segundo o IBGE, as razões

para o bom resultado de 2003 foram, principalmente, a boa safra de produtos agrícolas e a menor influência do dólar sobre os preços ao consumidor. Os grupos que mais contribuíram com o índice e suas respectivas variações, durante o ano de 2003, são expostos na Tabela 1.

Tabela 1
Contribuição por grupo para o IPCA

Grupo	Variação (%)	Contribuição
Comunicação	18,69	0,65
Transporte	12,32	1,99
Habitação	10,25	0,48
Saúde e Cuidados Pessoais	10,21	0,54
Educação	10,03	1,05
Vestuário	9,59	0,88
Despesas Pessoais	7,48	1,78
Alimentação e Bebidas	7,29	1,58
Artigos de Residência	6,9	0,4

Fonte: IBGE

Observe-se que o grupo Comunicação, com 18,69%, foi o que mais variou durante o ano; o de menor variação foi o grupo Artigos de Residência, com 6,9%. O principal impacto individual no índice no ano provém das tarifas de ônibus urbanos (20,95%), com 0,97 ponto percentual. Depois vieram as tarifas de energia elétrica (21,31%), 0,88 ponto percentual, e de telefone fixo (19,10%), com 0,57 ponto percentual. Estes três itens juntos corresponderam a 2,42 pontos percentuais do IPCA. Em 2003, ao contrário de 2002, os combustíveis não exerceram pressão importante para o crescimento do índice no ano. O gás de cozinha aumentou 2,91%, a gasolina, 1,24%, e o álcool apresentou uma queda de -12,59%.

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor),² calculado pelo IBGE, fechou o ano com inflação de 10,38%. Em 2002 a taxa foi de 14,74%. Os setores de comunicação (17,91%), transporte (14,29%) e habitação (12,64%) foram os que apresentaram maior alta em 2003. A menor variação foi no grupo de artigos de residência.

O IMPACTO REGIONAL DA INFLAÇÃO

Entre as regiões pesquisadas, Belo Horizonte apresenta o maior índice e Curitiba, o menor. O quadro abaixo nos mostra a variação do IPCA por regiões em 2003.

O INPC, também do IBGE, apresentou maior variação na região de Brasília (12,33%) e a menor, em Curitiba (7,47%).

² O INPC mede a inflação das famílias com renda mensal de 1 a 8 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Belém, além de Brasília e Goiânia.

Tabela 2
Variação do IPCA por regiões

Região	Variação (%) 2002	Acumulada (%) 2003
Belo Horizonte	11,58	11,18
Salvador	14,12	10,6
Goiânia	13,56	10,47
Belém	14,15	10,43
Rio de Janeiro	12,89	10,27
Brasília	14,79	10,2
Recife	14,26	9,98
Fortaleza	14,21	9,66
Porto Alegre	13,15	9,51
São Paulo	11,36	8,17
Curitiba	12,66	7,33
Brasil	12,53	9,3

Fonte: IBGE

O IMPACTO DO CÂMBIO

O IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna),³ calculado pela FGV, fechou o ano em 7,67%, ficando abaixo da taxa registrada em 2002 que foi 26,41%. Outro índice da FGV, o IGP-M registrou, em 2003, alta de 8,71%. No ano de 2002 o IGP-M ficou em 25,31%. É importante ressaltar que tanto o IGP-M quanto o IGP-DI são os índices que mais refletem as variações cambiais. Por isso, com a disparada do dólar em 2002, estes dois índices se distanciaram dos índices de preços ao consumidor. As elevadas taxas registradas por esses dois índices em 2002 geraram polêmica, pois é com base nesses índices que são feitos os reajustes nas tarifas dos serviços de energia, telefonia, água e esgoto, pedágios e aluguéis.

A Tabela 3 nos mostra o comportamento dos principais índices de preço em 2003.

Tabela 3
Índices de preços

Período	INPC	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPC-Fipe
2002	14,74	12,53	26,41	25,31	9,92
2003 Jan	2,47	2,25	2,17	2,33	2,19
Fev	1,46	1,57	1,59	2,28	1,61
Mar	1,37	1,23	1,66	1,53	0,67
Abr	1,38	0,97	0,41	0,92	0,57
Mai	0,99	0,61	-0,67	-0,26	0,31
Jun	-0,06	-0,15	-0,70	-1,00	-0,16
Jul	0,04	0,20	-0,20	-0,42	-0,08
Ago	0,18	0,34	0,62	0,38	0,63
Set	0,82	0,78	1,05	1,18	0,84
Out	0,39	0,29	0,44	0,38	0,63
Nov	0,37	0,34	0,48	0,49	0,27
Dez	0,54	0,52	0,60	0,61	0,42
Acumulado em 2003	10,38	9,30	7,67	8,71	8,17

Fonte: IBGE, Fipe e FGV

¹/ Média dos índices INPC, IGP-DI, IGP-M e IPC-Fipe.

³ O IGP-DI é baseado em três índices: IPA (Índice de Preço no Atacado), IPC (Índice de Preço ao Consumidor) e o INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

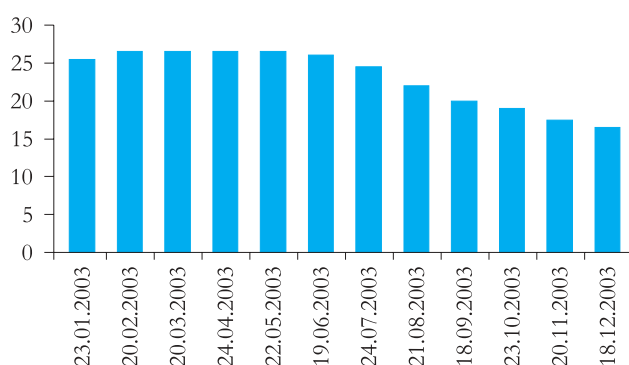
COMBATE A INFLAÇÃO E TAXA DE JUROS

Na tentativa de convergir à taxa de inflação para a meta estabelecida, o governo utilizou uma política monetária contracionista. O instrumento utilizado pelo Copom para atingir as metas de inflação foi a taxa de juros básica da economia, a Selic, já bastante utilizado pelo governo FHC. A taxa de juros alta atrai um maior fluxo de capital para o país, com isso diminui a pressão na taxa de câmbio.

A política de juro alto como forma de combate à inflação afeta de forma negativa a demanda agregada da economia. O desaquecimento da demanda agregada diminui a pressão alísta sobre os preços. O resultado de tal política refletiu-se no PIB de 2003, que registrou míseros 0,3% de crescimento.

O COPOM aumentou a Selic logo na primeira reunião no atual governo de 25% para 25,5%. Na sua segunda reunião, em fevereiro, voltou a elevá-la para 26,50%, permanecendo nesse patamar até junho, quando iniciou a cortar pontos percentuais alegando que só a partir de junho a inflação começou a tender para a meta estabelecida (8,5%). O mercado, porém, achou que os cortes demoraram a serem feitos e, quando se realizaram, se mostraram tímidos, evidenciando o caráter conservador da política monetária.

Gráfico 2
Evolução da Taxa Selic
Brasil



Fonte: Banco Central

As reduções da Selic se fizeram sistematicamente (ver gráfico 2), culminando a queda na última reunião de dezembro, quando houve o corte de 1%, fechando o ano com o patamar de 16,5%. O argumento para o corte de 1% foi que o comportamento dos núcleos de inflação do IPCA ficou favorável e que, em função dos resultados acumulados até novembro e das estimativas de mercado para a inflação de dezembro, a variação acumulada no IPCA ao longo de 2003 deveria ficar ligeiramente acima de 9%. Segundo o COPOM, foi essa trajetória benigna da inflação, a recuperação balanceada da atividade e o

quadro externo favorável que permitiu a “flexibilização da política monetária”.

ELEVAÇÃO DOS JUROS REAIS

Apesar dos cortes sistemáticos dos juros básicos da economia, durante o ano, terem chegado a 10 pontos percentuais, os mesmos cortes não foram verificados na ponta do crédito. Um dos grandes motivos são os altos spreads bancários praticados no Brasil. A estrutura dos bancos é concentrada e de pouca concorrência. Apesar da queda da Selic de 25%, em dezembro de 2002, para 16,5%, em dezembro de 2003, a taxa de juros mensal cobrada à pessoa física caiu de 8,34% para 7,75% (7% entre os índices) no mesmo período, demonstrando os altos spreads praticados esse ano.

Os juros nominais altos durante o ano afetam a taxa de juros real da economia. A taxa real de juros brasileira (taxa nominal descontada a inflação) fechou o ano de 2003 em torno de 11%. Essa taxa é superior à taxa do começo do ano, que se situava em torno de 4,5%. As baixas taxas de juros reais verificadas no começo do ano é consequência da desvalorização cambial verificada no segundo semestre de 2002, que implicou o aumento da inflação que pressionou os juros reais para baixo. A partir de abril, os juros reais começaram a subir. Esta elevação da taxa de juros real foi reflexo da desaceleração da inflação e do aumento da taxa de juros nominal por parte do governo.

O Brasil, junto com a Turquia e a África do Sul, são os países com maior taxa de juros reais do mundo.⁴ A taxa média de juros reais entre os países emergentes está em torno de 3,5% ao ano e, a dos países desenvolvidos, em torno de 0,5% ao ano.⁵

Tabela 4
Taxa de juros reais em alguns países do mundo

Posição	Países	Taxa
1º	Turquia	15,30%
2º	Brasil	11,40%
3º	África do Sul	9,80%
10º	México	3,20%
12º	Malásia	2,10%
14º	Chile	1,80%
15º	Argentina	1,70%
24º	Coreia do Sul	1,00%
38º	China	-0,30%

Fonte: Global Invest

⁴ Segundo estudo realizado pela Global Invest em nov./ dez. de 2003.

⁵ Segundo estudo realizado pela Global Invest em nov./ dez. de 2003.



Como se observa na Tabela 4, essas taxas estão bem elevadas no Brasil, ficando muito acima da média dos países emergentes.

EFEITOS SOBRE A BASE MONETÁRIA

Os efeitos da política monetária contracionista podem ser observados no comportamento da base monetária (papel moeda emitido mais as reservas bancárias mantidas junto à autoridade monetária), na Tabela 5.

Tesouro Nacional. As operações com títulos públicos federais, incluindo a atuação do Banco Central com o objetivo de ajustar a liquidez do mercado monetário, também foram expansionistas. O reflexo da flexibilização da política monetária começou a ganhar intensidade a partir de novembro.

No que se refere ao compulsório, a redução do mesmo, em agosto de 15 p.p. tinha como objetivo garantir recursos para o crédito. No entanto, a liberação de R\$ 8 bilhões através dessa medida, não engrossou as linhas de financiamento, usados pelos bancos para comprar

Tabela 5
Base monetária e componentes
Saldos em final de período

R\$ milhões

Período	Base Monetária	Variação (%)		Papel-moeda emitido	Variação (%)		Reservas bancárias ¹	Variação (%)	
		No Mês	12 Meses		No Mês	12 Meses		No Mês	12 Meses
2003 Jan	64.370	-12,2	29,5	43.639	-12,6	34,7	20.731	-11,3	19,6
Fev	67.494	4,9	40,9	43.664	0,1	36,0	23.831	15,0	50,9
Mar	66.032	-2,2	35,2	39.910	-8,6	22,6	26.123	9,6	60,2
Abr	68.229	3,3	46,0	39.048	-2,2	25,2	29.181	11,7	87,5
Mai	65.114	-4,6	26,4	38.816	-0,6	17,9	26.297	-9,9	41,5
Jun	63.838	-2,0	25,9	38.799	0,0	14,5	25.039	-4,8	49,1
Jul	67.841	6,3	29,4	39.231	1,1	13,1	28.610	14,3	61,2
Ago	58.430	-13,9	6,3	39.813	1,5	9,4	18.617	-34,9	0,2
Set	56.110	-4,0	-7,7	39.156	-1,7	3,5	16.954	-8,9	-26,1
Out	57.710	2,9	-4,8	40.140	2,5	2,4	17.571	3,6	-18,1
Nov	62.417	8,2	3,1	42.692	6,4	3,9	19.726	12,3	1,2
Dez	73.219	17,3	-0,1	51.364	20,3	2,9	21.855	10,8	-6,5

Fonte: Banco Central

¹ Inclui as reservas bancárias livres e compulsórias sobre recursos à vista das instituições financeiras. Recursos à vista = depósitos à vista, depósitos de aviso prévio.

A contração da base monetária no primeiro semestre foi de 12,7%, ocasião em que o papel moeda emitido registrou uma redução de 23,9%. Em fevereiro tivemos uma variação da base monetária de 4,9%, puxada pelo aumento das reservas bancárias. Esse aumento foi devido à decisão do Copom de aumentar o compulsório de 45% para 60% sobre os depósitos à vista. Tal decisão se refletiu no aumento das reservas bancárias que aumentou 15% em relação a janeiro. No mês de agosto, o Copom reduziu o compulsório de 60% para 45%; com isto, a base monetária registrou uma contração de 13,9% em relação a julho. Essa contração se deve à redução do compulsório de 60% para 45%, implicando uma redução de 34,9% nas reservas bancárias.

No segundo semestre, o governo flexibilizou a política monetária e a base monetária registrou alta de 16,7%, puxada principalmente pelos dois últimos meses do ano. O impacto positivo na base monetária foi devido ao conjunto das operações com o sistema financeiro que resultou, em novembro, em uma expansão de R\$ 2 bilhões, juntamente com as operações expansionistas do

títulos públicos, tirando proveito das elevadas taxas de juros. Na ocasião, de 22% ao ano.

EXPANSÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO

Ao analisarmos os meios de pagamentos na sua forma de M1 (soma do papel-moeda em poder do público com os depósitos à vista), na Tabela 6, notamos a perpetuação do movimento contracionista da política monetária. No primeiro semestre de 2003, os meios de pagamentos (M1) reduziram-se 21,7%, explicado pela queda no saldo de papel moeda em poder do público de 26,7%, bem como pela queda dos depósitos à vista em 18,4%. No segundo semestre houve uma evolução de 26,5% nos meios de pagamentos, justamente pelo reflexo da flexibilização da política. A expansão dos meios de pagamentos durante o ano de 2003 ficou em 4,7%. Os ingressos de recursos externos também contribuíram para a expansão primária das operações de crédito do sistema financeiro.

Tabela 6
Meios de pagamento e componentes
Saldos em final de período

R\$ milhões

Período	Meios de pagamento	Variação (%)		Papel-moeda em poder do público ¹	Variação (%)		Depósitos à vista ²	Variação (%)	
		No Mês	12 Meses		No Mês	12 Meses		No Mês	12 Meses
2003 Jan	92.451	-14,3	23,8	37.004	-12,6	35,6	55.448	-15,3	17,0
Fev	90.973	-1,6	23,0	36.241	-2,1	35,3	54.732	-1,3	16,1
Mar	87.107	-4,3	19,0	33.215	-8,3	22,0	53.892	-1,5	17,2
Abr	84.500	-3,0	13,0	32.515	-2,1	24,8	51.985	-3,5	6,7
Mai	83.334	-1,4	12,9	32.575	0,2	20,5	50.759	-2,4	8,6
Jun	85.625	2,7	7,5	32.003	-1,8	13,0	53.622	5,6	4,4
Jul	84.264	-1,6	1,8	32.508	1,6	12,3	51.756	-3,5	-3,9
Ago	84.339	0,1	-1,4	33.308	2,5	8,0	51.032	-1,4	-6,7
Set	85.384	1,2	-3,2	32.549	-2,3	3,3	52.835	3,5	-6,7
Out	85.530	0,2	-3,7	33.385	2,6	0,8	52.145	-1,3	-6,4
Nov*	92.334	8,0	0,4	35.386	6,0	1,8	56.948	9,2	-0,4
Dez*	109.498	18,6	1,5	43.246	22,2	2,1	66.251	16,3	1,2

Fonte: Banco Central

¹ Papel-moeda emitido menos caixa do sistema bancário.² Não inclui depósitos especiais do Tesouro Nacional, depósitos obrigatórios, depósitos para investimentos, depósitos vinculados e saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos.

* Dados preliminares.

O OBJETIVO ALCANÇADO

O governo obteve êxito na busca da confiança do mercado. O risco país recuou de 1.439 pontos, em janeiro, para 468, no dia 30 de dezembro. O principal título da dívida negociado no mercado, o C-Bond, fechou o ano em US\$ 0,98, próximo de seu valor de face. Em janeiro foram gastos R\$ 1,5 bilhão para a compra de títulos globais, a 97% do valor de face, e será renegociado a juros anuais de 8,5%. O PL de toda a indústria de títulos alcançou R\$ 503,8 bilhões. Somente nos primeiros sete dias do ano as aplicações superaram os resgates em R\$ 4,5 bilhões. A média, por dia, de R\$ 643 milhões, foi superior aos dois anos anteriores, que não chegaram a R\$ 300 milhões (em janeiro). Isso mostra a retomada da confiança, porém não se pode esquecer que estamos em um período de alta liquidez no mercado internacional.

O Ibovespa fechou em alta de 97,3% no ano, depois de três anos consecutivos de queda. A evolução do Ibovespa durante o ano de 2003 chegou a operar acima dos 20000 pontos.

Os juros altos, aliados à liquidez internacional e às baixas taxas de juros dos EUA (1% ao ano) e do bloco europeu (2% ao ano), levaram os investidores internacionais a buscarem ativos dos países emergentes. Isso possibilitou um maior fluxo de capitais para o país.

Devido a isto não tivemos pressão na taxa de câmbio, que oscilou em torno de R\$ 2,90 um dólar. Apesar desse fluxo de capitais, nossas reservas internacionais líquidas

não aumentaram muito durante o ano, fechando 2003 com saldo de US\$ 17 bilhões. Em 2002 o saldo era de US\$ 16,3 bilhões.

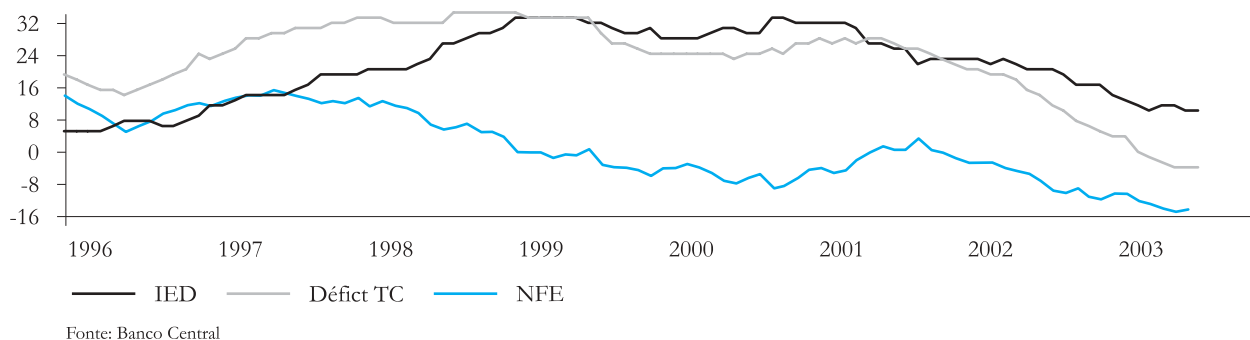
CONCLUSÃO: O MILAGRE DA RECESSÃO

Nas Transações Correntes observa-se bem o milagre da recessão. As exportações subiram, apesar da valorização cambial, e a causa, seguramente, foi a queda da demanda interna, que motivou queda nas importações. Concomitantemente, os investimentos diretos caíram, a despeito da liquidez internacional, e muitos investimentos foram em carteira (saldo de US\$ 4.706 milhões de janeiro a novembro), voláteis e sensíveis a especulações. Foi diminuta a entrada de investimentos diretos. A necessidade de financiamento externo sobe em termos percentuais do PIB (em relação a 2002), em virtude dos juros pagos.

A arrecadação desse ano, segundo o tesouro nacional, foi menor que a do ano anterior em 1,85%. O superávit praticado esse ano foi superior ao do ano passado e até mesmo a meta estipulada (4,2%), ficando em 5% do PIB. No entanto, a relação Dívida/PIB continua crescendo, deixando a impressão de círculo vicioso. No acordo com o FMI, o Brasil não conseguiu desvincular o investimento do cálculo do superávit (com exceção da Petrobrás), conforme o que o governo almejava (ou se dizia isso). O perfil da dívida pública modificou-se por conta da política monetária e cambial adotada: a dívida pública mobiliária



Gráfico 3
Investimentos estrangeiros diretos (IED), Transações correntes (TC)
e Necessidade de financiamento externo (NFE)
Acumulado em 12 meses



federal interna (DPMFi) cresceu em 2003: fechou o ano 17,36% maior que em 2002. O estoque da DPMFi alcançou R\$ 731,41 bilhões. Esse resultado, entretanto, estava dentro da margem estabelecida no início do ano, que variava de R\$ 690 bilhões a R\$750 bilhões.

O perfil da dívida melhorou. Houve um aumento na participação dos papéis prefixados e uma redução dos papéis indexados ao câmbio. Os títulos prefixados tiveram uma elevação proporcional sobre o total da dívida, devido à preferência do Tesouro Nacional em trocar títulos cambiais pelos prefixados. O Tesouro aproveitou o momento de calma na taxa de câmbio para realizar essas operações. Como consequência, os papéis indexados à Selic tiveram um aumento em sua participação sobre o estoque da dívida de 60,83%, em 2002, para 61,4%, em 2003, resultado que contrariou o Plano Anual de Financiamento da dívida (PAF), que pretendia chegar a 60%.

No que se refere aos prazos de vencimento, e de acordo com o PAF, os prazos médios da dívida deveriam ficar entre 34 a 38 meses em 2003. No entanto, fechou o ano em 31,3 meses. Já a dívida de curto prazo para os próximos 12 meses caiu de 41,1%, em 2002, para 35,3%.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2004.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 16 jan. 2004.
- IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004.
- GLOBAL INVESTE. Disponível em: <<http://www.globalinvest.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2004.



Resistências políticas, sociais e econômicas às políticas de combate à pobreza

Quando o Vice Presidente da CNBB, D. Antonio Celso Queiroz declarou que *não é possível mudar a fisionomia de um país em seis meses, um ano ou até quatro anos* e que o país esperava *indicações claras de que as mudanças começaram*,¹ traduziu a preocupação de quase todos os setores da sociedade brasileira. Em verdade, já existe o reconhecimento de que a situação social no Brasil é grave e expande-se o medo de que tudo poderá ser bem pior no final da presente década.

Contudo, apesar de mudanças efetivas esperadas a partir das eleições presidenciais de 2002, o antigo paradigma permanece: é o crescimento econômico que deverá trazer o desenvolvimento social. São os mesmos velhos conceitos que integram os novos discursos e políticas públicas e os mesmos indicadores que serviram para acompanhar o desenvolvimento econômico que estão servindo para avaliar o desempenho do desenvolvimento atual.

Nunca é demais lembrar que, tendo alcançado o patamar exclusivo dos 10 países mais ricos do planeta, o Brasil continuou a sofrer com o excessivo número de pobres (independente da forma com que esse número é calculado), com a injustiça social, com índices de violência característicos de países em guerra, com salários aviltantes e com uma concentração de renda semelhante à de países como Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia.

Infelizmente, apesar dos indicadores divulgados tanto por instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como

por instituições nacionais, a exemplo do IPEA e Fundação Getulio Vargas, os números que mostram essa concentração de renda ainda são considerados, por muitas autoridades responsáveis pelas políticas públicas no Brasil, não mais do que um *discurso acadêmico* a ser desconsiderado nas análises socioeconômicas que envolvem o planejamento e a aplicação dos recursos públicos.

O presente artigo busca sinalizar que não haverá forma eficaz de combate à pobreza enquanto as políticas públicas ainda estiverem calcadas em dois aspectos tradicionais: na falácia de que o crescimento econômico é condição necessária e/ou suficiente para alcançar o desenvolvimento social e na resistência às mudanças de ordem política, administrativa e social. Infelizmente, a vontade política demonstrada pelo Governo Federal, a partir da posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, se imobiliza diante desses dois aspectos. E os recursos financeiros despendidos em programas humanitários, como Fome Zero e Bolsa Alimentação, ficam longe de serem suficientes para modificar a realidade brasileira e alcançar o seu objetivo principal, que é a diminuição da pobreza.

A PERPETUAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Não é objeto deste artigo a análise ou interpretação da história econômica do Brasil. Ainda assim, vale a pena lembrar que o desenvolvimento brasileiro se deu em um ambiente de exploração econômica da mão-de-obra escrava e de dominação social, com resultantes claras na dominação política que, por sua vez, se refletiu na acentuação do domínio econômico. Esse círculo vicioso se estende até hoje e essa dominação se dá até mesmo através das próprias políticas sociais, ditas universais, que se revestem do objetivo intrínseco de perpetuar as condições sociais, econômicas e políticas existentes.

Com efeito, desde o seu passado colonial, passando pelo modelo de inserção do país no processo de expansão do capitalismo industrial até os dias atuais, a concentração brutal da riqueza e a persistência das desigualdades sociais e regionais são os

* Demógrafo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.



elementos mais evidentes da trajetória nacional. (GUIMARÃES, 2003)

Os números são claros nesse sentido. Em 1979, a parcela apropriada pelos 10% mais ricos da população brasileira correspondia a 47,4% da renda total. Vinte anos mais tarde, em 1999, esse número permanece inalterado. Isto é, os 10% mais ricos continuam se apropriando dos mesmos 47,4% da renda total. No outro extremo, os 20% mais pobres que se apropriavam, em 1979, de 2,7% da renda total passaram a usufruir, em 1999, de 2,4%. E nesse período, o crescimento do PIB per capita passou de R\$ 2.230 para R\$ 2.507, um acréscimo real de 12,7%.³ Ou seja, o crescimento econômico NÃO é suficiente para levar a uma melhor distribuição de renda no Brasil.

Mas, não sendo suficiente, seria necessário? Ora, o bom senso, por si só, mostraria que a redistribuição da renda existente não prescinde de seu crescimento ou diminuição. Além disso, enfatizando essa afirmação, ainda existem estudos que apontam claramente nessa direção, isto é, para o fato de que o crescimento econômico NÃO é condição para a diminuição das desigualdades sociais.

A estimativa do impacto da redução da desigualdade, por sua vez, demonstra que a implementação de políticas que alterassem a desigualdade no Brasil para o perfil da desigualdade no México, sob a condição de inexistência de crescimento econômico, implicaria a redução na proporção de pobres de cerca de 34% para 25%. (POBREZA E POLÍTICA SOCIAL, 2000)

Voltando à nossa história, apesar da herança colonial, o desenvolvimento econômico baseado na industrialização voltada para o mercado externo levou o Brasil a ocupar a oitava posição na economia mundial. Mas, já nos anos cinquenta, evidencia-se que o debate da questão social é colocado em segundo plano. O Plano de Metas que definiu o Governo de Juscelino Kubistchek vinha

acompanhado de uma reforma cambial e de um programa de estabilização econômica pois

a idéia de estimular o desenvolvimento econômico através de um conjunto de obras ou metas permitia evitar, ou ao menos colocar em segundo plano, o debate em torno do estatismo ou da questão social, que tanto marcaram o final da presidência de Vargas, em favor de uma perspectiva mais executiva para a atuação governamental. (DLAS, jan. 1996)

Os anos de governo militar e pós-militares se incumbiram de dar continuidade a essa visão, quando os sucessos contínuos na política econômica reforçaram a perpetuação das formas de dominação econômica, fortalecendo-a e ampliando-a ainda mais nas áreas política e social.

Uma das formas de perpetuação dessa desigualdade – não a única nem a mais importante, mas, talvez, a mais evidente – são as próprias políticas sociais *universais* brasileiras. Os investimentos e benefícios de algumas dessas políticas, por exemplo, são definidos de acordo com os grupos sociais para os quais são dirigidas. Assim, políticas sociais como o ensino superior gratuito e o financiamento da casa própria através do antigo Sistema Financeiro de Habitação beneficiam, diretamente, as camadas mais favorecidas da população. No outro extremo, políticas sociais, também *universais*, mas direcionadas às classes menos favorecidas – ensino fundamental gratuito, sistema único de saúde, por exemplo – não atendem simples requisitos de qualidade ou de eficácia.

Claro, existe o crescimento da capacidade de acesso a bens e serviços por parte da população de baixa renda. Mas, sem dúvida, este crescimento acompanha a divisão do quadro social definido por uma dominação econômica secular, onde a distância entre os mais ricos e os mais pobres é crescente e a distribuição dos benefícios das políticas sociais ou econômicas segue o mesmo caminho

... ampliando, ainda mais, a desigualdade de oportunidades e a impossibilidade de inclusão econômica e social dessa população de pobres em um projeto de sociedade, visto que a economia de mercado não comporta excepcionalidades nem concessões sociais. (FADUL, 2002)

os 20% mais pobres que se apropriavam, em 1979, de 2,7% da renda total passaram a usufruir, em 1999, de 2,4%. E nesse período, o crescimento do PIB per capita passou de R\$ 2.230 para R\$ 2.507, um acréscimo real de 12,7%

O FIM DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

O final do século XX viu crescer, ao lado do debate em torno da necessidade de combate à exclusão social e à pobreza, o surgimento de novas visões sobre o papel do Estado, de acordo com os conceitos impostos pelo



neoliberalismo. O fim das facilidades de acesso aos créditos internacionais e o fortalecimento do capital financeiro não-produtivo, trouxeram a escassez de maiores recursos para serem investidos em todos os setores sociais.

Esse debate sobre a reforma do Estado dominou as mesas de discussão durante os anos noventa e tem, no início do século XXI, influenciado algumas decisões políticas e administrativas de forma decisiva. Sua relação com as decisões no âmbito das políticas sociais é fundamental, pois

o modelo de Estado-provedor, que desempenha papel central no atendimento das necessidades fundamentais de salubridade dos cidadãos e na possibilidade de acesso universal a serviços essenciais, não foi capaz de eliminar essa pobreza crônica ou reduzir a desigualdade histórica; mas ao ser substituído, contemporaneamente, pelo mercado, as conseqüências estruturais sobre essa sociedade desigual podem ser ainda mais perversas. (FADUL, 2002)

Daí o surgimento da imperiosa necessidade de transformar o aparato estatal, até então pesado e burocrático, com enfoque mecânico e simplista, em estruturas públicas ampliadas e multifacetadas, que possam admitir e assimilar os avanços das ciências gerenciais e a análise, fundada em fatos, dos processos de instrumentação das políticas públicas. (KLIKSBERG, mar. 1998)

Da necessidade de transformação às mudanças... Como se sabe, qualquer mudança esbarra, sempre, em fatores de resistência. Mudanças de cunho individual ou coletivo se chocam com interesses estabelecidos e, invariavelmente, com reações diversas. No caso específico das reformas sociais, políticas ou econômicas, as dimensões culturais e de poder – social, político e econômico – se revelam resistentes às inovações características das novas relações Estado/Sociedade Civil.

Conceitos como participação, avaliação, monitoramento, acompanhamento, descentralização e redes, não conseguem ultrapassar as barreiras impostas por instituições públicas e não-governamentais, nas quais prevalece o modelo organizacional centralizador, manejadas sob nítido perfil vertical e formalista, que obstruem a participação e, portanto, são incapazes de captar as demandas provenientes de comunidades ou grupos sociais cujos interesses deveriam estar representando.

Quanto às políticas de combate à pobreza e às desigualdades sociais, o desafio passa a ser o de superar as limitações político-administrativas atuais, caracterizadas

pela existência de organizações isoladas, pouco flexíveis, hipercentralizadas, hostis à participação real, dissimuladoras dos problemas de luta pelo poder, resistentes a acordos, de pouco peso na estrutura pública e desprovidas de carreiras gerenciais orgânicas e de gerentes especializados na questão social. (KLIKSBERG, mar. 1998)

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O CONSENSO EM DESACORDO

É consenso, e está presente em todos os discursos atuais, que o combate à pobreza no Brasil passa, inevitavelmente, pela redistribuição da renda. Nada mais justo, pois há o reconhecimento generalizado de que *o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres*, conforme discurso proferido pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua gestão.

Admitir este fato, por si só, já é um grande passo. Mas é fundamental atentar para um detalhe que vem sendo esquecido - e, por conseguinte, omitido - em todos os discursos: segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o seguinte o significado do verbo *Redistribuir* – v. 1. *alterar a distribuição de, realocar*; 2. *difundir por outras áreas (relativo ao PNB)*. Portanto, essa redistribuição de renda significa, em termos simples, alterar sua atual divisão, retirando ganhos de um ou mais setores para beneficiar um ou mais grupos tradicionalmente menos favorecidos.

Os calorosos debates em torno das reformas propostas pelo Governo Federal, contudo, evidenciam que não há um só grupo econômico ou político no país que esteja disposto a abrir mão dos benefícios a que hoje tem direito, em prol de qualquer que seja o setor econômico, político ou social. Os mais otimistas poderiam salientar que essa resistência já era esperada

Mudanças de cunho individual ou coletivo se chocam com interesses estabelecidos e, invariavelmente, com reações diversas. No caso específico das reformas sociais, políticas ou econômicas, as dimensões culturais e de poder se revelam resistentes às inovações características das novas relações Estado/Sociedade Civil



e que tudo faz parte da luta democrática representativa de tantos interesses distintos.

Mas aqui salta aos olhos a distância entre o discurso e a implementação das políticas públicas sociais. O que é unanimidade quando se trata de intenções, conceitos, discursos e diagnósticos, é motivo de discórdia entre diferentes grupos político-econômicos. O objetivo da *redistribuição* distancia-se do interesse social e é transformado em conceitos intimamente relacionados com interesses específicos. São incentivos e subsídios que não *podem* ser modificados, são *necessidades inerentes* ao crescimento setorial, é a defesa intransigente dos conhecidos *direitos adquiridos*, são corporativismos como obstáculos intransponíveis... enfim, tudo o que for possível para resguardar privilégios existentes, em nome de um interesse nacional subjetivo. E cada um desses interesses específicos se autoconclamando *a razão da justa resistência*, deste ou daquele setor, às perdas intuitivamente pressentidas.

O curioso é que a defesa intransigente de cada um desses interesses extremamente específicos, tão antagônicos e distantes entre si, é feita em caráter patriótico e em nome do interesse maior do Brasil, sempre ao som de vozes entoando o Hino Nacional.

OS NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Longe de ser um modismo intelectual surgido no final do século XX, o debate sobre os conceitos de desenvolvimento buscam ferramentas para enfrentar as graves conseqüências causadas pelos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais. Já nos anos sessenta, as Nações Unidas propunham incluir a variável ambiental no conceito de desenvolvimento.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de Johannesburg e, posteriormente, a Conferência ECO-Rio, em 1992, passam a adotar oficialmente

a definição apresentada pela Comissão Brundtland – grupo designado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1986, foi: Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades, formulação que se constitui no eixo referencial para sua permanente construção. Nessa lógica nova, produto de uma construção histórica ainda em andamento, a melhoria da qualidade de vida das pessoas não é conseqüência direta do crescimento econômico e, sim, um requisito para esse crescimento. (PELEGRINI, 2002)

O crescente número de pessoas consideradas em pobreza absoluta em todo o mundo abre o caminho para a difusão dos novos conceitos de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade. O Estado começa a deixar de ser considerado o único responsável pela solução dos problemas sociais, econômicos e ecológicos, passando a dividir essa responsabilidade com outros atores: o setor privado empresarial e a sociedade civil como um todo.

A redefinição do papel desses atores significa abandonar a visão do Estado, por um lado subjugado aos interesses do setor privado e, por outro, assistencialista e paternalista em relação à sociedade civil, para se concentrar no papel norteador dos desejos da sociedade como um todo e na prestação dos serviços básicos à população. Mas para concretizar esta transformação seria preciso a reorganização do próprio Estado, *sendo necessário adotar critérios de gestão capazes de reduzir custos, buscar maior articulação com a sociedade, definir prioridades democraticamente e cobrar resultados.*¹ Evidentemente, esta mudança drástica de atribuições não pode se dar sem resistências.

O ano de 2003 traz para o país o esforço para substituir a cultura calcada no fisiologismo, clientelismo, burocracia, formalismo e passividade, pela cultura da confiança. *Pois, afinal, para florescer e dar frutos, o capital social precisa de uma cultura de confiança que se traduza na prática cotidiana de cooperação.* (IOSCHPE, 11/09/03) Convenhamos que o Presidente Luis Inácio Lula da Silva terá um árduo trabalho para trazer aos brasileiros a visualização de algo concreto nesse sentido.

CONCLUSÃO

O Brasil sofre, hoje, uma crise de confiança em todas as instituições estabelecidas – públicas, privadas, religiosas, sociais e políticas.² E transformações, estruturais ou não, dependem da confiabilidade, de todos os atores envolvidos, nas instituições e na capacidade dessas instituições de *gerir a execução dos programas de governo de forma eficiente e articulada*. Nesse sentido, de acordo com as diretrizes estabelecidas como bases pelo Governo do Estado da Bahia para os próximos anos, há que

¹ Barros, Marcelo, Secretário da Administração do Estado da Bahia.

² Nas últimas classificações das instituições mais confiáveis para os brasileiros, de acordo com o ranking de confiabilidade apresentado pela pesquisa da Universidade de São Paulo, estão, respectivamente, a Justiça, com apenas 32%; a polícia, com 30%; governos, com 11%; e os partidos políticos, fechando o ranking, em 18ª posição, com apenas 6%. Ver em <http://www.an.com.br/2001/mai/30/0opi.htm>.

avançar cada vez mais na consolidação de uma estrutura administrativa ágil, enxuta, desburocratizada e competente, capaz de executar as ações de forma eficiente, avaliá-las continuamente e redirecioná-las para a rota mais adequada sempre que necessário. (BAHLA, 2003)

Para isso, contudo, é fundamental restabelecer algum grau de confiança nas instituições brasileiras, a começar pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o que, evidentemente, não se consegue em curto prazo nem através de decretos. Requer, sim, uma prática constante de respeito à ética e às regras democráticas existentes. Nesse ínterim, há que se driblar a justa desconfiança da sociedade civil e suas organizações, ampliando ao máximo a transparência e o compromisso com a prestação de contas e com resultados pré-estabelecidos.

Apesar desses conceitos estarem presentes nos discursos e planos governamentais, as resistências às mudanças se fortalecem e se distanciam das práticas dos poderes, integrando o cotidiano da cultura brasileira, tão bem representado por expressões populares como *'sabe com quem está falando'* ou a conhecida *'Lei de Gerson, de levar vantagem em tudo'*, caindo por terra o respeito ao coletivo e à confiabilidade, itens imprescindíveis em qualquer rede de parceria.

Passos estão sendo dados nesta direção. No Estado da Bahia, por exemplo, por parte do Poder Executivo, através da filosofia de Programas como o Faz Cidadão, da atuação da Fundação Luis Eduardo Magalhães e da criação do modelo conceitual da Ouvidoria da Bahia, apresentado pelo ouvidor-geral do Estado durante VIII Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsman, em Gramado, RS, que

significa o marco inicial da implantação da Ouvidoria baiana e pretende torná-la referência nacional em ouvidoria pública. "Cabe à Ouvidoria assegurar ao cidadão a oportunidade de participação na gestão pública do Estado da Bahia, traduzida na capacidade de manifestar suas sugestões, reclamações e denúncias através de canais de contato ágeis e eficazes. (FLEM, 2003)

O setor privado, por sua vez, atua em projetos sociais e dá apoio financeiro a inúmeras instituições locais, que sobrevivem graças a este tipo de comportamento. No Brasil são várias centenas de empresas, associadas de todos os setores e ramos de atividade, que juntas têm uma participação

de cerca de 28% do PIB brasileiro ... (que) querem participar ativamente da discussão sobre a responsabilidade social empresarial no país e no mundo e dar sua contribuição para elevá-la, partilhando experiências, divulgando práticas e projetos e estabelecendo redes. (ETHOS, 2003)

Finalmente, a sociedade civil se mobiliza ativamente através de ações individuais ou integradas em organizações não-governamentais formais com fins públicos e sem fins lucrativos, realizando ações de caráter social - educacional, técnico, político, prestação de serviços e apoio material e logístico - para segmentos da sociedade civil, com o objetivo de expandir o poder de participação desses segmentos e, assim, desencadear transformações sociais locais e/ou sistêmicas.

Nessas novas regras democráticas e participativas, portanto, não há mais lugar para decisões verticalizadas tão características das formas de planejamento e governabilidade dominantes na segunda metade do século XX e que se enfraquecem com a globalização e com o poder de mobilização da sociedade da informação. É bem verdade, no entanto, que a adaptação a esses novos tempos e novas formas de governabilidade se defronta com obstáculos sérios e resistentes.

Historicamente, contudo, existem inúmeros exemplos de que o medo de revoltas e de instabilidades, violentas ou não, levam as elites a aceitar algum grau de redistribuição das riquezas tão desiguais. Afinal, é muito mais aceitável que essa transferência de renda seja feita através de acordos, justiça social, redirecionamento dos benefícios sociais e participação popular organizada do que pela forma como a violência o tem imposto a essas elites.

Formas de transferência ou redistribuição de renda existem muitas, socialmente aceitas ou não. Em seus relatos, um repórter da imparcial e jornalística CNN, por exemplo, disse claramente, referindo-se ao Iraque, após a derrubada de Saddam Hussein, que os saques seriam justificáveis, pois se tratavam de *uma forma de redistribuição de renda após tantos anos de ditadura*.³ Da mesma forma, o

³ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/caixa/cp300420034.htm>.

não há mais lugar para decisões verticalizadas tão características das formas de planejamento e governabilidade dominantes na segunda metade do século XX e que se enfraquecem com a globalização e com o poder de mobilização da sociedade da informação



poder paralelo do narcotráfico ou o jogo clandestino, em bairros de baixa renda no Brasil, também são assim considerados, por uma parte da população que tem, neles, a ocupação remunerada que lhe é negada na sociedade legalmente constituída.

Urge, portanto, mostrar para a grande maioria da população brasileira que existem, sim, outros caminhos. Legais, organizados e, sobretudo, tão ou mais eficazes quanto aqueles que lhes são oferecidos por um número cada vez maior de instituições que atuam à margem da lei. Pelo bem das próprias elites, antes que seja tarde demais.

Referências

BAHIA. Governador Paulo Souto. O Futuro A Gente Faz: Plano Estratégico da Bahia, Salvador, SEPLAN, 2003.

CADERNOS ADENAUER 1: Pobreza e Política Social – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

Dados do IPEA (www.ipeadata.gov.br).

DIAS, José Luciano. O BNDE e o Plano de Metas 1956-1961. Projeto Memória do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Departamento de Relações Institucionais, Brasília, junho 1996.

FADUL, Elvia M. Cavalcanti. Construindo uma Sociedade Solidária, Políticas Sociais – Instrumentos de Justiça Social, Cadernos da Fundação Luis Eduardo Magalhães, Salvador, FLEM, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO, sábado, 30 de agosto de 2003, pg A5.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Pobreza e Desigualdade no Brasil: Do Discurso Hegemônico e Medição Espúria às Raízes da Questão. Pobreza e Desigualdades Sociais. Série Estudos e Pesquisas. SEI, Salvador, 2003.

http://www.ethos.org.br/docs/institucional/oq_ethos.shtml.

<http://www.flem.org.br/>.

IOSCHPE, Evelyn Berg. O Novo Brasil de Sempre. Folha de São Paulo, 11/09/03, pg A3.

KLIKSBERG, Bernardo. A Modernização do Estado para o Desenvolvimento Social. Bahia Análise & Dados, SEI, v.7, n.4, Salvador, BA, Mar, 1998.

PELLEGRINI, Elisa *et al.* Desenvolvimento Local sustentável e Combate à Pobreza. Pobreza e Desigualdades Sociais, Série Estudos e Pesquisas, Salvador, SEI, 2002 (Grifo nosso).



Experiências internacionais em políticas públicas: alguns casos de agências de fomento

Atualmente as experiências internacionais em políticas de desenvolvimento regional têm atraído a atenção de formuladores de políticas públicas no Brasil. Disto se destacam as novas características das políticas de desenvolvimento regional, principalmente da Europa, como mudança de escala, de instrumentos e de paradigma. Este fato também decorre da mudança do foco de interesse dos formuladores de políticas públicas que, agora, estão preocupados com a renovação da dinâmica espacial da economia brasileira (JACCOUD, 2001).

Observa-se que o novo padrão de desenvolvimento econômico da economia brasileira, nos últimos tempos, tem proporcionado, como consequência, o crescimento das desigualdades regionais do país. Assim, as experiências internacionais têm permitido ampliar o debate atual, bem como ampliar o horizonte de perspectivas sobre as políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Diante disso, as agências de fomento aparecem como promotoras do desenvolvimento endógeno, a fim de buscar garantir a fixação territorial dos investimentos e ampliar o conceito de desenvolvimento no que se refere às questões sociais.

Segundo Jaccoud (2001), as políticas de desenvolvimento regional têm como objetivo primordial garantir um nível

mínimo de ‘coerência espacial’ quanto ao ritmo de crescimento econômico, assegurando, assim, certa paridade em relação aos níveis de crescimento em partes do território nacional. Essas políticas tendem a acompanhar as visões macroeconômicas e de desenvolvimento de longo prazo.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências internacionais européias em políticas públicas no que se refere às desigualdades regionais, com destaque para a Itália e Canadá, com ênfase nas agências de fomento, além de contextualizar a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), agora Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste), como órgão responsável para tentar reduzir as desigualdades regionais da região Nordeste do país.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: BREVE RELATO TEÓRICO CONTEMPORÂNEO

O debate atual da teoria econômica tradicional reconhece que as ‘falhas de mercado’ impedem a alocação ótima dos recursos. Entre essas falhas, destacam-se a geração e difusão de tecnologia e informações, a educação e a qualificação profissional, bem como o papel das infra-estruturas, que assumem uma importância crucial no desempenho econômico do país.

Conforme Cavalcanti (2001), apud Giambiagi e Além, a existência de bens públicos e de monopólios naturais (externalidades positivas e negativas), desemprego, inflação e os mercados incompletos têm sido indicadores da necessidade de intervenção estatal através de ações que visem ao fornecimento de bens públicos (função alocativa), a promoção de ajustes na distribuição de renda (função distributiva) e o alcance de metas de crescimento econômico e níveis de emprego e de preços (função estabilizadora). Dessa forma, a concessão de crédito de longo prazo pelas entidades governamentais consiste em uma das respostas às ‘falhas de mercado’, para tentar promover o desenvolvimento econômico regional.

Por outro lado, são necessárias novas formas de atuação de políticas que gerem menor distorção nos incentivos

* ¹ Economista, bacharel em direito, especialista em Comércio Internacional e mestranda em Análise Regional pela Unifacs. É Auditora Fiscal da SEFAZ-BA e bolsista FAPESB. elisia@sefaz.ba.gov.br

** Economista e mestranda em Análise Regional pela Unifacs. É pesquisadora e bolsista da FAPES. robertasouza@sei.ba.gov.br



de mercado. Assim, a geração de informações e tecnologias, educação e construção de infra-estrutura, fazem parte de uma gama de políticas com a finalidade de formar estratégias adequadas ao desenvolvimento econômico (BARROS; RAPOSO, 2002). Destaca-se, ainda, que é imprescindível a cooperação entre os agentes públicos e privados para que a estratégia de desenvolvimento se torne eficiente. Disto pode-se observar que, atualmente, a nova proposta denominada PPP – Parceria Público Privada, tem como objetivo unir as forças, através das instituições públicas e privadas, para promover o crescimento e desenvolvimento econômico nos diversos segmentos/agentes da economia.

Segundo Barros e Raposo (2002), as novas políticas de desenvolvimento regional estão com uma ampla área de atuação e disponibilidade financeira para que, através da intervenção estatal (órgãos de desenvolvimento), possam criar um ambiente econômico eficiente e competitivo internacionalmente. Por fim, enfatiza que essa nova tendência internacional de políticas regionais mostra que o desenvolvimento de *clusters* com base regional ou local e os investimentos em pequenas e médias empresas constituem estratégias que podem promover uma maior geração de renda e efeitos multiplicadores sobre outras atividades econômicas.

Loyola (2003) enfatiza que a convergência na direção das medidas de apoio ao desenvolvimento regional é condição *sine qua non* para as políticas públicas. Segundo a autora, a interpretação neoshumpeteriana de tal postulado estaria intrínseca nas medidas de apoio ao desenvolvimento tecnológico nas regiões, bem como a atuação combinada e integrada dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Destaca, ainda, que as intervenções através de políticas públicas devem ser de caráter perene, bem como devem ser revistas e os resultados avaliados permanentemente.

nova dinâmica regional veio a romper o paradigma anterior, de produção de massa e fordista e, principalmente, de intervenção ativa do Estado, através da formulação de um conjunto de teorias baseadas na flexibilização produtiva, no impulso inovador, na competitividade sistêmica e na prevalência da lógica dos mercados

Já para Galvão (1997), é consenso que não é mais factível formular e articular iniciativas eficientes a partir de uma perspectiva das macrorregiões nacionais, o que significa que existe a necessidade de valorizar instâncias político-administrativas estaduais e municipais, associadas à adoção de formas ou cortes especiais sub-regionais, para assegurar o tratamento adequado dos problemas regionais.

Com as mudanças estruturais ocorridas na economia mundial nos últimos anos, pôde-se observar uma significativa transformação nas dinâmicas regionais. Segundo Amaral Filho (2001), há pelo menos cinco fatores determinantes da nova dinâmica regional, a saber: crise do planejamento e da intervenção regionais centralizadores; reestruturação do mercado; forte tendência à metropolização, com emergência de megaproblemas urbanos; globalização e abertura econômica; e o uso mais intensivo da tecnologia da informação e da telecomunicação. Segundo o autor, essa nova dinâmica regional veio a romper o paradigma anterior, de produção de massa e fordista e, principalmente, de intervenção ativa do Estado, através da formulação de um conjunto de teorias baseadas na flexibilização produtiva, no impulso inovador, na competitividade sistêmica e na prevalência da lógica dos mercados.

Contudo, a partir das indagações teórico-empíricas da questão do desenvolvimento econômico regional, na atualidade, no âmbito internacional, analisar-se-á uma das formas de intervenção estatal que tendem a promover o desenvolvimento, as agências de fomento.

POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS: CASOS DE AGÊNCIAS DE FOMENTO

Com o objetivo de retratar algumas experiências internacionais em políticas públicas, com ênfase nas estruturas institucionais de fomento para o desenvolvimento regional, para se obter possíveis lições aplicáveis à realidade brasileira, optou-se por analisar os casos da Itália e do Canadá. Assim, procurou-se identificar estratégias de atuação de órgãos especializados no desenvolvimento regional, como as agências de fomento, verificando até que ponto poderiam ser incorporadas as políticas regionais brasileiras.

Esses países foram selecionados para a análise, pois seus órgãos de fomento participam de forma direta na viabilização de soluções das principais demandas de cunho social e econômico.

O CASO DA ITÁLIA

Contextualizando as políticas regionais na Europa, verifica-se que, desde a década de 1930, com a grande crise, essa preocupação já estava aflorando, principalmente com as evidências de desemprego e desníveis da atividade econômica. Mas, após a Segunda Guerra Mundial, essa preocupação tornou-se mais evidente, quando, inicialmente, alguns países europeus (França, Itália, Alemanha e Bélgica) consolidaram ações que tentavam reduzir as desigualdades regionais em seus territórios. Como destaca Jaccoud (2001), os problemas regionais mostraram-se presentes desde os anos de 1930, mas as políticas regionais só foram consolidadas a partir de 1950.

As políticas regionais de âmbito nacional desenvolveram-se na Europa de forma independente e autônoma, até que o avanço da política de integração econômica reconheceu o problema regional na esfera da União Européia. As novas políticas regionais foram derivadas da preocupação com a coesão das economias nacionais e regionais integrantes do Mercado Comum Europeu. Diante disso, dois principais problemas vieram à tona: de um lado, a unificação dos mercados ameaçava as regiões mais pobres à exposição da forte concorrência das regiões mais ricas e, por outro lado, o progresso da moeda comum deveria impor, aos países menos desenvolvidos, ônus financeiros.

Dessa forma, a política regional na Europa se intensificou nos anos de 1975, com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Assim, essas políticas expandiram-se e progrediram, especialmente, no âmbito da Comunidade Européia.

A Itália possui uma superfície vinte e oito vezes menor que o Brasil, correspondente ao estado do Rio Grande do Sul. É dividida em 20 regiões e cada uma tem um estatuto que, de acordo com a Constituição e com as leis da República, estabelece as normas relativas à organização interna da região. As regiões constituem-se em entidades autônomas com poderes e funções próprias, segundo os princípios fixados na Constituição. À Sicília, à Sardenha, ao Trentino - Alto Adige, ao Friuli - Venezia Giulia e ao Vale D'Aosta são atribuídas formas e condições particulares de autonomia, segundo estatutos especiais adotados com leis constitucionais.

A Itália ocupa o quarto lugar na Europa por número de habitantes: cerca de 57 milhões. A densidade média da população é de 190 habitantes por km². Algumas regiões, porém, alcançam valores de densidade mais elevados: a Campania (425 habitantes por km²), a Ligúria (305 habitantes por km²) e algumas cidades

chegam a 1.000 habitantes por km². Nas últimas décadas verificou-se um forte processo de urbanização, estritamente ligado ao desenvolvimento industrial do país. Atualmente, a população urbana representa cerca de 80% da população total.

Compreende-se que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na região. Partindo destes mesmos pressupostos, Putnam (1996) estudou os aspectos que condicionaram as diferenças regionais encontradas entre o norte e o sul da Itália. Uma de suas mais importantes conclusões é a percepção de que “Na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico” (Putnam, 1996, p. 162).

Para entender a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento, Putnam (1996) utiliza a evolução de duas regiões italianas: Emila-romagna, ao norte, e Calábria, ao sul. Assim, nos primeiros anos deste século, as regiões tinham padrões de desenvolvimento bastante semelhantes. Recentemente, criou-se uma desigualdade bastante acentuada entre estas regiões, tornando-se a Emila-romagna, de grande participação política e solidariedade social, uma das mais prósperas regiões da Europa; e a Calábria, com características feudais, fragmentada e isolada, a região mais atrasada da Itália.

Comparando tanto o civismo, quanto o desenvolvimento sócioeconômico nas duas regiões, nas décadas de 1900 e de 1970, Putnam (1996), concluiu que as tradições cívicas e a capacidade de organização social revelaram-se um poderoso determinante das disparidades de desenvolvimento sócioeconômico encontradas atualmente entre as duas regiões. Assim o autor declara que

(...) quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento sócioeconômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é, na verdade, muito melhor prognosticador do desenvolvimento sócioeconômico do que o próprio desenvolvimento (Putnam, 1996, p. 166).

Na Itália há um sério problema de desigualdade regional, intrínseco nas raízes históricas. A região sul do país tem níveis de renda *per capita* inferior ao resto do país, embora se tenha feito diversas tentativas para tentar reduzir. A Itália possui diversos bancos regionais que têm atuação em cidades específicas. Esses bancos desempenham um papel importante na política regional do país, contribuindo para o desenvolvimento com base local. Também interagem com a Banca D'Itália para obter recursos financeiros para crédito local.



Nesse contexto, o governo italiano criou, em 1999, uma agência de desenvolvimento regional, a Sviluppo (BARROS; RAPOSO, 2002). Apesar de não ter natureza institucional de um banco regional de desenvolvimento, possui objetivos semelhantes no que diz respeito ao desenvolvimento de uma localidade ou região.

A Sviluppo – Itália é uma agência de fomento pública direcionada para o desenvolvimento regional, com atuação direcionada para a região do Mezzogiorno (sul da Itália) e outras regiões menos desenvolvidas. Esta agência tem como função fomentar as atividades econômicas e promover a redução das desigualdades regionais. Mas não lhe cabe a provisão de crédito para tais fins, na verdade, funciona como interlocutora entre instituições creditícias e os agentes econômicos demandantes de recursos financeiros (BARROS; RAPOSO, 2002).

Esta agência tem como objetivo geral a racionalização das intervenções governamentais para a promoção do desenvolvimento regional, além de fortalecer o território, através de transferência de *know-how*, bem como identificando trajetórias de desenvolvimento, clusters, instrumentos e recursos financeiros com a finalidade de garantir o desenvolvimento sócio-econômico. Cabe também a promoção da cultura de financiamento de projetos pelas autoridades locais. Além da atuação nacional, esta agência oferece assistência aos governos multilaterais e organismos internacionais em programas de desenvolvimento local.

Entre as estratégias de atuação destacam-se três atividades principais, a saber: concessão de recursos financeiros através da participação acionária em empresas, com recursos destinados para o desenvolvimento regional; provisão de informações visando fomentar novos negócios nas áreas prioritárias, com o objetivo de integrar cadeias produtivas e torná-las mais eficientes; provisão de liderança junto aos setores e órgãos governamentais para agregar agentes de forma a promover o desenvolvimento. Contudo, tem como função apoiar empresas e segmentos com tecnologia operacional e de produção que elevem os padrões de qualidade, com vistas à competitividade internacional (BARROS; RAPOSO, 2002).

A Sviluppo – Itália não tem a função de captar e nem de prover crédito, apenas administra os fundos governamentais alocados para o desenvolvimento regional, mas desempenha uma função semelhante a da Sudene, que até recentemente tinha o papel de administrar o Fundo de Investimento do Nordeste.

O CASO DO CANADÁ

O Canadá integra o seletor grupo das sete maiores potências do globo (G7), localizado no extremo norte da América do Norte. É um dos países mais ricos do mundo em quantidade e variedade de recursos naturais, cujo correto aproveitamento possibilitou o desenvolvimento de uma grande e diversificada produção industrial, além das exportações desses recursos naturais realizadas em larga escala, principalmente para os Estados Unidos e países da América Latina (principalmente para os países do MERCOSUL).

O processo industrial se deu antes da Primeira Guerra Mundial, mas somente a partir da Segunda Guerra é que o país implantou as bases de seu grande e dinâmico parque industrial. Embora seja uma economia forte e dinâmica, é altamente dependente dos EUA, de quem recebe vultosos investimentos e para onde se destina a maior parte de suas exportações.

É um país de alta renda *per capita*, em torno de US\$ 22.700 (em 2000), possuindo um dos melhores indicadores de qualidade de vida do mundo no que diz respeito à distribuição de renda e igualdade social, com o maior índice de desenvolvimento humano (IDH), tendo facilidade de ajustar sua estrutura institucional a partir dos novos desenvolvimentos ideológicos predominantes no país. Essa conformação permite que suas instituições tendam a apresentar formatos modernos e atualizados.

Contudo, Quebec é uma província do Canadá que historicamente manteve um crescimento defasado quando comparado ao restante do país, a ponto de pôr em questão a própria unidade do país. Suas características principais, além da desigualdade regional, se comparada com as demais províncias do país, se fundam nas sérias diferenças culturais e até mesmo de idioma, já que esta província foi uma colônia francesa durante boa parte de sua história e, por abrigar 1/3 da população francesa do país, tem reivindicado autonomia em relação ao restante da nação.

Política Regional no Canadá

A política regional adotada no Canadá para minimizar o nível de desigualdade entre Quebec e o resto do país, que estava comprometendo a unidade do país, tomou por base: a geração de informações; a promoção de cooperação entre os agentes; a redução da restrição creditícia; e a criação de uma agência pública de desenvolvimento voltada para atuar nas regiões do Quebec.



A natureza dessa agência é a de uma instituição pública, com ações voltadas para o fomento de atividades econômicas localizadas. Sua função é prover crédito para o financiamento de projetos, centros de pesquisas e de atrações turísticas e tem como objetivo geral implementar políticas e programas para o desenvolvimento nas áreas de baixa renda e promover o crescimento econômico, tendo sempre em vista a maximização dos benefícios sociais das regiões do Quebec.

As estratégias de atuação foram definidas para impulsionar os setores de alta tecnologia, comunicação, meio ambiente e aqueles com potencial de crescimento, procurando sempre reforçar as vantagens competitivas das regiões. Essas estratégias contemplaram no primeiro objetivo aumentar o volume das informações, estimular o estabelecimento de empresas estratégicas, estimular o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas e estimular, também, o desenvolvimento das pequenas empresas e as de âmbito local e regional.

Ao programas estão direcionados para as pequenas e médias empresas localizadas em qualquer setor da economia, desde que sediadas na região e demonstre a viabilidade e importância do projeto. Os recursos para esse projeto são provenientes do Tesouro Nacional do Canadá.

Segundo BARROS e RAPOSO (2002), foi feito um estudo para aferir o impacto de longo prazo dos investimentos da agência na sustentabilidade do nível de emprego e seus resultados evidenciaram que a maior parte dos empregos, criados há mais de três anos, ainda existe. Além disso, verificou-se um aumento no número médio de empregados por empresa.

A Agência de Desenvolvimento Econômico do Canadá produz e repassa, aos agentes, informações sobre os mercados e tecnologias disponíveis que possam elevar a produtividade deles. No caso específico de tecnologia, ela ainda dispõe de instrumentos que facilitem o desenvolvimento e absorção de tecnologias pelas empresas do Quebec.

Uma outra área de atuação dessa agência é a de crédito. Facilmente surgem restrições creditícias injustificadas, devido a informações imperfeitas e assimétricas. O Canadá, bem como a província de Quebec, já dispõem de uma infra-estrutura relativamente mais desenvolvida do que a que se encontra em países como o Brasil, nas suas regiões mais atrasadas, o que diminui a possibilidade de obtenção de externalidades através da cooperação, tendo uma cultura mais cooperativa, com a sociedade

dispondo de uma forte organização. Neste caso, a promoção de mais cooperação não é uma área de fragilidade relativa, que se torne tão importante na região.

BRASIL: O CASO DA SUDENE

As políticas públicas regionais no Brasil se intensificaram a partir dos anos de 1930, com os incentivos à modernização das atividades produtivas, principalmente com a industrialização, seguindo o modelo latino-americano proposto pela CEPAL de substituição de importações. Esse modelo de desenvolvimento foi direcionado para a região centro-sul do país. Por outro lado, o pós Segunda Guerra Mundial, para o país, foi extremamente desgastante, tendo em vista o completo desgaste do seu parque industrial, sem a possibilidade imediata de substituir essas máquinas e equipamentos devido à situação econômica das grandes potências mundiais.

A partir dos anos de 1950, os diversos governos direcionaram esforços (políticas regionais) para tentar promover o desenvolvimento através do fortalecimento do Estado, também denominado como Estado-empresa. Isto ocorreu mais pela falta de alternativas do que pela falta de estratégia de desenvolvimento bem estruturada (FURTADO, 1999). Nesse período foi criado o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que depois se tornou o atual BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), que consiste em um banco regional de desenvolvimento.

Mas foi no governo de Juscelino Kubitschek, com o 'Plano de Metas', que se intensificaram os estudos para identificar os 'pontos' de estrangulamento que retinham o crescimento econômico do país. Na indústria, esses 'pontos' foram localizados na indústria de base (transporte, energia e alimentação). Essa política de desenvolvimento, apesar de alcançar resultados favoráveis, gerou alguns desequilíbrios financeiros, além do aumento da inflação e desajuste no balanço de pagamentos. A política de proteção da indústria nacional, principalmente a nascente, com a viabilização da implantação da indústria automobilística e de bens duráveis em geral, proporcionou ao país elevadas taxas de crescimento do PIB (8% a 10% a.a.).

Kubitschek também direcionou seus esforços para a região Nordeste do país, haja vista as discrepantes desigualdades regionais em relação à região Centro-Sul,



visto que o Nordeste (área populosa e com níveis de renda *per capita* muito baixos) não acompanhava o crescimento econômico e social acelerado do Sul e Sudeste. Diante disso, foi elaborado o documento 'Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste', pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e coordenado pelo economista Celso Furtado. Esse documento do GTDN ofereceu os argumentos técnicos que se somaram aos fatos políticos para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse diagnóstico contemplou análises socioeconômicas e históricas da região.

O economista Celso Furtado, coordenador do GTDN e primeiro superintendente da Sudene, contemplou o I Plano Diretor da Sudene (1961-1963) através de investimentos infra-estruturais de transportes (energia elétrica, rodovias e portos), estudos de hidrologia e hidrogeologia, aproveitamento das bacias dos açudes, modernização da indústria têxtil, aproveitamento do artesanato, modernização da pesca, investimentos em saúde pública e educação de base, levantamentos cartográficos e colonização do noroeste do Estado do Maranhão (DUARTE, 2003). Foram liberados, nesse período, incentivos fiscais e créditos especiais para o setor privado para o financiamento de novos projetos industriais e agrícolas no Nordeste.

O objetivo geral da Sudene foi implementar a industrialização na região Nordeste e tentar resolver os problemas agrícolas, agravados pela ocorrência da seca. Para promover a industrialização da região foi criado um sistema de incentivos fiscais, consolidado no FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste. Para os problemas agrícolas, formularam-se os seguintes programas: colonização das terras despovoadas no Maranhão e Oeste da Bahia, aproveitamento das bacias dos açudes e irrigação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, aproveitamento dos tabuleiros costeiros do Nordeste e reorganização fundiária do Semi-árido e da Zona da Mata.

Na década de 1960, com o golpe militar de 1964, a Sudene passou por um processo de mudança estrutural e de suas prioridades, passando por um processo de esvaziamento político e orçamentário, restringindo suas atividades à administração do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e das frentes de trabalho, quando da ocorrência de uma seca. Em 2001, o governo de FHC extinguiu a Sudene, o que constituiu um erro gravíssimo de estratégia de desenvolvimento regional e nacional.

Nesse mesmo ano, foi criada a ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste) que substituiu a Sudene, subordinada ao Ministério da Integração Nacional, ampliando também a área de abrangência, incluindo os estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e o norte do Estado de Minas Gerais. A ADENE tem como missão a promoção do crescimento e a integração inter e intra-regional do Nordeste, bem como a inserção e o progresso social, com base na disseminação do desenvolvimento sustentável na sua área de atuação.

No Brasil, as agências de fomento têm sua atuação regulamentada pela Resolução 2.828, de 30/03/01, do Banco Central, que regulamenta a constituição e funcionamento dessas agências sob controle acionário dos estados que tem como objeto social financiar o capital fixo e de giro associado a projetos nos respectivos estados. Além disso, são facultadas às agências de fomento as prestações de garantias, de serviços de consultoria e de agentes financeiras, bem como serviços de administrador de fundos de desenvolvimento. Em contrapartida, as agências de fomento não têm acesso às linhas de assistência financeira e de redesconto e a conta reserva do Banco Central, além de lhes ser vedada a captação de recursos junto ao público e a contratação de depósitos interfinanceiros. Contudo, essas restrições não obstruem a sua atuação na promoção do desenvolvimento regional, desde que o façam atendendo a critérios de equilíbrio financeiro e sustentabilidade no longo prazo (CAVALCANTE, 2001). Assim, essas agências constituem um instrumento poderoso de promoção do desenvolvimento regional ajustado à nova realidade econômica do país. Entretanto, as agências de desenvolvimento são caracterizadas por um escopo limitado de atuação no que se refere aos instrumentos direcionados para a criação e manutenção de infra-estrutura, cabendo-lhe o papel de articuladora de ações.

Recentemente, a ADENE reivindicou ao Ministério da Integração Nacional e à Inventariança da extinta SUDENE a transferência para sua responsabilidade da administração dos Incentivos Fiscais Complementares, passando a análise de pleitos e concessão de redução de 75% do Imposto de Renda de empreendimentos que apresentem projeto de instalação, ampliação, modernização ou diversificação e, ainda, benefício fiscal de redução de 37,5% do Imposto de Renda para empreendimentos que já foram beneficiados anteriormente com a redução dos 75%. A mesma parceria permite que os projetos do antigo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) sejam fiscalizados para que seja possível a liberação dos recursos restantes (ADENE, 2003).



A ADENE concluiu os termos de referência à construção de uma proposta técnica para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, tendo como objetivo a formulação de diretrizes políticas e estratégias de ação, que tenham como foco as transformações sócioeconômicas que se pretende operar para a região. Ainda assim, estão sendo elaborados estudos de conjuntura econômica, de gestão e promoção de arranjos produtivos, de cenários sócioeconômicos, planejamento e gestão do desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos para o planejamento. Quanto às ações de Gestão de Desenvolvimento Local, estão sendo programadas atividades de apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação e da inovação tecnológica em cadeias produtivas, desenvolvimento e implantação da piscicultura em áreas selecionadas, apoio à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural, ao turismo e a pequenas empresas produtivas (ADENE, 2003).

Contudo, Loyola (2003) destaca que os próprios rebatimentos regionais de todas as transformações empreendidas pela Sudene, e que foram resultando, gradativamente, em mudança de patamar da economia nordestina, estiveram longe da preocupação daqueles que formulavam e decidiam sobre as políticas públicas regionais. Disto decorre que, se a visão de desenvolvimento regional desconhece as especificidades regionais e a articulação inexorável entre os espaços regionais e o nacional, as políticas recomendadas para a correção de desequilíbrios regionais, na sua maioria, são inócuas ou paliativas. Loyola (2003) enfatiza que as evidências parecem indicar que as visões compartilhadas e despolitizadas sobre a questão regional e a falta de percepção da lógica estruturante dos setores da economia não ensejaram a compreensão dos fenômenos reais. Assim, faz-se necessário rever essa lógica para formatar políticas de desenvolvimento efetivas para o Nordeste. Também vale ressaltar que os fatores macropolíticos não esgotam o conjunto de elementos que condicionam e determinam as possibilidades de sucesso de políticas de desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo contemporâneo vem enfrentando transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais, decorrentes da intensificação da globalização da economia e da sociedade. Esse é um fenômeno que resulta no aumento da concorrência entre empresas e na formação de uma nova divisão internacional do trabalho, em uma nova

organização do sistema de cidades e regiões, contribuindo para o crescimento da pobreza no mundo.

Nessa conformação, surge a necessidade da reformulação das formas de fomentar o desenvolvimento regional, buscando sempre aproveitar as experiências modernas bem sucedidas de políticas regionais. Nesse contexto, foram identificados países que, à semelhança do Brasil, têm-se utilizado de uma estrutura institucional de fomento ao desenvolvimento regional. É importante ressaltar que, no caso do Brasil, já na década de 1960 fundaram-se as bases de toda a política regional brasileira.

Foi nessa época que foi criada a Superintendência de Desenvolvimento Regional (Sudene) com o objetivo de promover o desenvolvimento do Nordeste e, por conseguinte, reduzir as desigualdades regionais. Contudo, essas políticas de cunho intervencionista, foram sendo modificadas ao longo do tempo, passando à fase das políticas neoliberais registradas na década de 1980 e que, diante da sua inviabilidade, redefiniram-se novas formas de intervenção.

É sabido que, em muitos países em desenvolvimento, o fenômeno da globalização levou à crise do Estado desenvolvimentista, à sua retração em amplos setores e a um início de reformulação das suas formas de atuação. As novas tendências internacionais de políticas de desenvolvimento regional vêm consistindo na intervenção do Estado através dos órgãos de desenvolvimento, tomando por base o regional e o local, com foco em investimentos, sobretudo em pequenas e médias empresas.

Portanto, as experiências bem sucedidas ocorridas na Itália e no Canadá, têm muito a contribuir para o desenvolvimento do Brasil, pelas disparidades registradas em algumas regiões em relação ao resto do país, já

rebatimentos regionais de todas as transformações empreendidas pela Sudene, e que foram resultando, gradativamente, em mudança de patamar da economia nordestina, estiveram longe da preocupação daqueles que formulavam e decidiam sobre as políticas públicas regionais



comentado. Já no caso da Itália, especificamente, a região do sul do país onde se registram níveis de renda per capita bem inferior às do resto do país, a desigualdade tem suas raízes na história das guerras ocorridas. É um país que instituiu a agência de desenvolvimento regional com atuação, muitas vezes, em cidades específicas, visando à correção das desigualdades. Essa agência racionalizou a intervenção do governo em prol do desenvolvimento local, regional e nacional, fortalecendo, por conseguinte, o território.

As estratégias definidas envolveram a concessão de recursos financeiros, a provisão de informação com vista ao formato de novos negócios nas áreas prioritárias e à provisão de liderança junto a setores e órgãos governamentais. O outro caso bem sucedido foi o do Canadá, mais especificamente na Província de Quebec. As desigualdades de desenvolvimento registradas no Quebec, em relação ao resto do país, à semelhança do Brasil, eram tão acentuadas que chegaram a colocar em questão a própria unidade do país.

Nessa conformação, a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Canadá, instituição pública com ação voltada para o formato de atividades econômicas localizadas, teve como objetivo implementar políticas e programas para o desenvolvimento das áreas de baixa renda e crescimento econômico, com vista à maximização dos benefícios.

As estratégias utilizadas buscaram impulsionar setores estratégicos e com potencial de crescimento, procurando sempre reforçar as vantagens competitivas das regiões. Assim, a atuação da agência de fomento é, também, uma das formas de atenuar a crescente demanda financeira para o estabelecimento de centros de pesquisas e de atrações turísticas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Disponível em: <www.adene.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2003.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27º, Belém, 7 a 10 dez. 1999. Anais... Belém: ANPEC, 1999.
- BARROS Alexandre; RAPOSO, Isabel. Experiências internacionais recentes de políticas de desenvolvimento regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: ETENE, v. 33, n. 4, out./dez. 2002.
- BARQUEIRO, Antônio Vazquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280 p.
- CARVALHO, Fernanda; SANTOS, Valdeci. A Sudene e as novas teorias de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 15º. Anais... Corecon, 2003. Disponível em: <www.coreconrs.org.br/anais>. Acesso em: 10 nov. 2003.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Agências de fomentos estaduais: por um novo modelo de apoio ao desenvolvimento regional. Salvador: Desenhahia, set. 2001. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/publicacoes_artigos.asp>. Acesso em: 15 nov. 2003.
- DUARTE, Renato. A necessidade da Sudene. Recife: Fundaj, 2003. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/>>. Acesso em: 15 nov. 2003.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n.21, jun. 2000.
- FURTADO, Milton Braga. Síntese da economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- GALVÃO, Antônio; VASCONCELOS, Ronaldo. Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. Brasília: IPEA, ago, 1999. (Texto para Discussão, n. 665).
- _____. Desenvolvimento regional: uma nova política para novos tempos. Rumos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: ABDE, n.35, p.18-20, abr. 1997.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- JACCOUD, Luciana. Experiências internacionais em política regional: o caso da França. Brasília: IPEA, ago 2001. (Texto para Discussão, n. 815).
- LOYOLA, Elisabeth. Desenvolvimento regional e as políticas públicas: o caso do nordeste brasileiro. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: ETENE, v. 34, n. 2, abr./jun. 2003.
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.



INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS TOTALIZAM CERCA DE R\$ 22 BI

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2003-2007, totalizaram um volume da ordem de R\$ 22 bilhões agregando 424 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 51% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 11,3 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume ultrapassa R\$ 10,5 bilhões, representando 48% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais deverão gerar aproximadamente 71 mil postos de trabalho, depois de iniciadas as operações das unidades industriais. Destacam-se os complexos Calçados/Têxtil/Confecções e Agroalimentar que absorverão, respectivamente, 22% e 21% do total dos empregos diretos previstos.

Ao analisar esses investimentos quanto ao complexo de atividade econômica verificou-se que 67% encontram-se alocados nos complexos Atividade Mineral e Beneficiamento (15%), Complexo Madeireiro (42%) e Químico e Petroquímico (17%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 16,5 bilhões e 110 projetos de empresas de médio e grande porte, o que representa 26% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais

complexos agregam um volume da ordem de R\$ 5,5 bilhões.

No que se refere à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 89% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 19,6 bilhões. Esses eixos agregam 251 projetos de investimentos, representando 59% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,5 bilhões, representando 11% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose, Caoa Montadora de Veículos (Hyundai), Moinho Dias Branco.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2003 - 2007

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	953.084	59
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.313.382	26
Calçados/Têxtil/Confecções	989.594	42
Complexo Madeireiro	9.354.531	17
Eletroeletrônico	620.578	59
Metal-mecânico	1.506.280	66
Outros	395.292	5
Químico-Petroquímico	3.828.844	66
Transformação Petroquímica	1.067.792	84
TOTAL	22.029.377	424

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/03.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2003 - 2007

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	97.092	6
Chapada Norte	75.356	12
Chapada Sul	7.229	4
Extremo Sul	9.196.647	13
Grande Recôncavo	769.717	53
Mata Atlântica	630.262	52
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.360.216	238
Nordeste	22.817	5
Oeste do São Francisco	485.186	13
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.185	17
A Definir	53.830	8
TOTAL	22.029.377	424

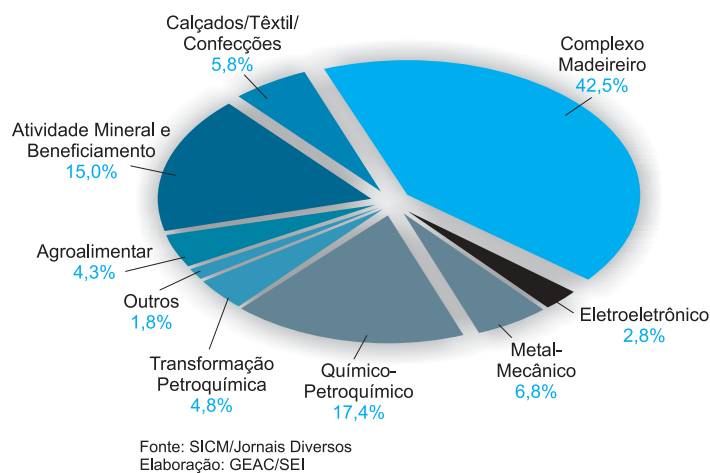
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/03.



Investimentos Previstos para a Bahia - 2003 / 2007
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

UNIDADE DA SOL, EM CAMAÇARI, VAI AUMENTAR A SUA PRODUÇÃO

A Sol Embalagens vai incrementar em 25% a sua produção de sacolas plásticas na unidade industrial de Camaçari, na Bahia, a partir de maio. Nesse mês, entra em operação o novo maquinário adquirido pela empresa, que investiu R\$ 6 milhões em equipamentos de extrusão, corte/solda e impressão. Inaugurada em 2000, a fábrica atingiu capacidade plena no ano passado, quando produziu o total de 10,8 mil toneladas, com média de 900 toneladas por mês e um faturamento de R\$ 50 milhões.

A expectativa de crescimento econômico para este ano motivou os novos investimentos da Sol em Camaçari. Depois do freio em 2001, devido à crise energética, a unidade baiana só expandiu sua produção de embalagens plásticas flexíveis. No comparativo do resultado do ano passado com 2002, o aumento foi de 30%, o que provocou a geração de mais 80 empregos com a implantação do quinto turno de trabalho. Atualmente a companhia mantém 260 postos de trabalho, mas, quando começar a operação do novo maquinário com o aumento da produção, Sanchez calcula que mais 40 novas vagas surgirão.

Embora com foco no mercado nordestino, a Sol Camaçari desde o ano passado exporta 20% de sua produção de sacolas plásticas para os Estados Unidos. Na avaliação de Tadeo Sanchez, com a ampliação da capacidade instalada o volume das vendas externas pode chegar a um terço da produção baiana.

Produção da Sol crescerá 25% em Camaçari. Gazeta mercantil, 27/01/2004.

BELPASSO TAMBÉM SE INSTALA NA BAHIA

Próxima empresa a integrar-se ao pólo calçadista baiano, a Calçados Belpasso Ltda, com sede em Paraí (RS), terá financiamento de R\$ 1,76 milhão da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). Os recursos acabam de ser aprovados e serão aplicados na compra de máquinas e em capital de giro. A nova fábrica da empresa, primeira fora de seu estado de origem, está em fase final de instalação no município de São Francisco do Conde, e tem inauguração prevista para o final de fevereiro.

O financiamento aprovado pela Desenbahia corresponde a 70% do total do investimento realizado pela Belpasso na unidade baiana, da ordem de R\$ 2,42 milhões. A empresa vai produzir tênis com suas marcas Skiboo, em versões masculina e feminina, e Dudabell, para bebês.

Nos primeiros meses de operação serão fabricados 1,5 mil pares/dia, volume que deverá chegar a 8 mil pares diários quando a unidade estiver funcionando plenamente. O número de empregos diretos gerados deverá sair de 150 iniciais para cerca de 1 mil, também durante a operação a plena capacidade da fábrica, de acordo com o planejamento divulgado pela diretoria da Belpasso.

Este é o segundo financiamento aprovado pela Desenbahia para o segmento cobreiro/calçadista, em pouco mais de um mês. Antes da Belpasso, a Brespel, curtime instalado há 25 anos em Alagoinhas, teve aprovado um empréstimo de R\$ 1,016 milhão para a implantação de sua nova estação de tratamento de efluentes.

Belpasso também instala-se na Bahia. Gazeta Mercantil, 14/1/2004.



PRODUTORES PAULISTAS IRÃO INVESTIR R\$ 18 MILHÕES NA AGRICULTURA BAIANA

O secretário da Agricultura, Pedro Barbosa, recebeu no dia 27/01, a visita de produtores paulistas que vão investir R\$ 18 milhões na implantação de um projeto agrícola de 12 mil hectares na região oeste do estado, voltado para a produção de grãos. A estimativa é que o projeto gere 800 empregos diretos, além de contribuir para capacitação de mão-de-obra e incorporação de novas tecnologias à atividade agrícola do estado.

O grupo, formado por 15 produtores, integra a Associação do Produtores do Itaí e Região (Aprir) formado há 20 anos no sudoeste de São Paulo, do qual fazem parte alguns dos principais nomes da agricultura daquele estado.

Estiveram com o secretário o vice-presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, e o diretor do Crea paulista, José Levi Pereira Montebelo, ambos produtores ligados ao projeto. “Há muitos anos, estamos procurando terras para tocar esse projeto. Na Bahia, encontramos finalmente um proprietário que aceitou nos arrendar os 12 mil hectares por um período de 20 anos, que consideramos muito bom para o desenvolvimento da nossa atividade”, afirmou Montebelo. As terras a serem arrendadas ficam no município de Cocos.

Segundo Montebelo, as condições de clima e localização foram fundamentais para decisão do grupo de investir no estado. A cada ano serão incorporados 3 mil ha ao projeto que se chamará Agrobases - Aprir Agropecuária Ltda. E a cada agricultor caberá um lote de aproximadamente 800 ha. Queremos começar produzindo soja, mas com o tempo podemos incorporar outras culturas como o milho a farinha e alguma cultura irrigada “afirmou o Levi Montebelo”.

Agricultores vão investir R\$ 18 milhões. Tribuna da Bahia, 28/01/2004.

BAHIA PRODUZIRÁ FOGOS TIPO EXPORTAÇÃO

As empresas Brazilian Fire Works, Bahia Fire Works e Big Fire Works passarão a operar no Condomínio Industrial Fênix (Cofênix), em Santo Antônio de Jesus, compondo o Pólo de Fogos de Artifício do município. O protocolo de intenções foi assinado no dia 28/01 pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, e pelo presidente do consórcio Brazilian Fire Works Import & Export Company, Fernando Antônio dos Santos Júnior, garantindo a instalação das três plantas, que começarão a produzir ainda este ano.

Como toda a infra-estrutura industrial já está pronta, com os galpões construídos, o grupo, que possui 12 fábricas de fogos em Santo Antônio do Monte (MG), vai precisar investir apenas R\$ 150 mil. Serão gerados 90 empregos diretos numa primeira etapa, podendo chegar a 310 vagas quando o projeto estiver concluído, dentro de dois anos.

O empresário acredita que mais 200 trabalhadores serão absorvidos em atividades terceirizadas, como a fabricação de artefatos não explosivos, gráfica, cartonagem, manutenção de equipamentos (oficinas mecânicas), alimentação e fabricação de bancadas de madeira (marcenarias), entre outras.

Segundo Fernando Antônio, as três empresas comporão a maior planta de fogos da América Latina, superando a Fogos Imbrasil, de sua propriedade, instalada no município mineiro, hoje com 280 empregados. A primeira das Fire Works a entrar em operação será a Bahia, antes mesmo das festas juninas deste ano, apta a produzir anualmente 20 milhões de traques e igual quantidade de estalos de salão.

Cofênix vai fabricar fogos tipo exportação este ano. Diário oficial, 29/01/2004.



FÁBRICA DA MARATÁ AMPLIA SUA PRODUÇÃO NA BAHIA

Há quatro décadas no mercado e com três anos de atuação na Bahia, a companhia sergipana Café Maratá vai ampliar sua participação no estado, com a inauguração de uma nova unidade dentro de dois meses. Com 4 mil metros quadrados de área e investimentos de R\$5 milhões, o empreendimento será instalado em Vitória da Conquista, gerando em torno de 120 empregos diretos. A nova Maratá baiana fará o beneficiamento do café (purificação e seleção dos melhores grãos) adquirido totalmente de produtores locais.

De acordo com o diretor-presidente do Café Maratá, Frank Reis Vieira, a nova empresa, que estará em pleno

funcionamento até o final do próximo mês de março, deverá beneficiar cerca de um milhão de sacas por ano, contra as 400 mil sacas ao ano beneficiadas pela unidade atual, instalada desde 2000 nos antigos Armazéns Gerais da Coimex, em Vitória da Conquista.

Do volume total do café beneficiado hoje na empresa baiana da Maratá, conta Vieira, 30% é direcionado para exportação, enquanto o restante é utilizado para torrefação e moagem nas Unidades Industriais Maratá de Itaporanga (SE) e depois distribuído para o mercado interno. “Com o funcionamento da nova fábrica da Bahia, a Maratá estará atendendo a todo o Norte-Nordeste, ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Goiás”, comemora.

Maratá investe R\$5 milhões em unidade no interior. Correio da Bahia 30/01/2004.

INDICADORES

ARRECADAÇÃO DA RECEITA FEDERAL TEM QUEDA NA BAHIA

Na Bahia, a Receita Federal registrou queda na arrecadação em 2003, que totalizou R\$ 4,314 bilhões. No comparativo com o ano anterior, a retração foi de 18,5%, em termos nominais. É que em 2002 houve um incremento substancial de R\$ 942 milhões apenas com recolhimentos atípicos, como depósitos judiciais de contribuintes que perderam na Justiça questionamento de tributos, além da remessa de recursos ao exterior (rendimento de capital), no qual incidiu a cobrança de imposto de renda. Uma única instituição financeira, por exemplo, enviou em setembro R\$ 354 milhões para fora do País.

De acordo com o responsável pela Divisão de Administração Tributária da 5ª Região Fiscal da Superintendência da Receita Federal, Antônio Lázaro Andrade, no ano passado, alguns tributos contribuíram mais que outros para uma queda na arrecadação. Foi o caso do IPI (Imposto sobre Produtos industrializados) veiculado à importação, que apresentou uma retração de 27,5% por conta da elevação da taxa de câmbio. O IPI industrial também teve uma queda de 30,9% em 2003 com a redução da importação de veículos e na alíquota do imposto para o setor químico.

Outro fator que teve impacto negativo nas contas da Receita Federal na Bahia no ano passado foi a redução no recolhimento de tributos pelas instituições financeiras. Isso aconteceu principalmente pela transferência para São Paulo da sede administrativa do Banco Bilbao Viscaya (BBV). “Mesmo a mudança tendo acontecido em outubro de 2003, o impacto no recolhimento de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e IR sobre grandes capitais afetou a arrecadação”, explica Andrade, observando que a participação do BBV na arrecadação do Estado era bastante representativa, sem revelar a percentagem.

Apesar de ainda não ter sido avaliada a previsão de arrecadação de impostos para 2004, o que só deve acontecer em fevereiro, a expectativa da Receita na Bahia é recuperar a curva de crescimento. Segundo Antônio Andrade, o Estado vinha apresentando uma expansão média na arrecadação de 8%. “A queda em 2003 já era esperada pois 2002 foi um ano atípico”, justifica. Por conta desta particularidade, a arrecadação baiana em 2002 foi 29% superior a 2001. Em nível nacional, o aumento foi de apenas 9% no mesmo período.

Houve queda na Bahia. A Tarde, 16/1/2004.

COMPLEXO PORTUÁRIO DA BAHIA TEM MOVIMENTAÇÃO RECORDE

O complexo portuário da Bahia, - formado pelos portos de Aratu, Salvador, e Ilhéus – movimentou, no ano de 2003, 9 milhões de toneladas, 15 milhões a mais que em 2002. O porto de Aratu, o maior do estado e responsável pelas exportações do Pólo Petroquímico de Camaçari – e também pelas importações de matérias primas para o centro produtor – atingiu 5,4 milhões de toneladas movimentadas.

Já no porto de Salvador, segundo mais importante da Bahia, as exportações da unidade baiana da Ford foram uma dos maiores impulsos, com 54 mil veículos, incremento de 233% sobre 2002. As remessas externas de produtos siderúrgicos também foram determinantes

para o bom desempenho, com salto de 56,6%, de 207 mil para 340 mil toneladas. Outra força importante veio do segmento de frutos, sucos e polpas, que teve incremento de 10,3%, de 114 mil para 125 mil toneladas. A movimentação de contêineres cresceu nada menos que 25%, de 135 mil para TEUs para 169 mil TEUs. Em Ilhéus, a carga total chegou a 893 mil toneladas, contra 625 mil no ano anterior.

“Devemos a performance no complexo essencialmente às exportações e à crescente contêinerização de carga no Brasil, devido à atratividade cada vez maior do modal marítimo, até, 50% mais barato que o rodoviário”, avalia o presidente da Companhia Docas da Bahia, Jorge Medavar,

Carga contêinerizada puxa recorde no Nordeste. Gazeta mercantil, 30/01/2004.

AÇÃO GOVERNAMENTAL

BAHIA JÁ TEM UM CENTRO DE DESIGN

Despertar o uso do design entre os micro e pequenos empresários baianos para que com isso eles possam melhorar o desempenho de seus empreendimentos é uma das funções do Centro Bahia Design, que foi inaugurado no dia 08 de janeiro de 2004, pelo governador Paulo Souto, no Terreiro de Jesus.

O Centro Bahia Design é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, e apoio do Sebrae e do Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia. A unidade integra a Rede Bahia Design, formada ainda pelo Núcleo de Inovação e Design em Moda, Artesanato, Produtos Plásticos, Fibras Sintéticas e Moveleira.

Todos esses setores serão beneficiados com a iniciativa, que procura sensibilizar os micro e pequenos empresários para a importância do design, que não tem só uma função estética, mas pode ser uma ferramenta para melhorar a produtividade.

O Centro Bahia Design vai disponibilizar consultorias para o pequeno empresário que quiser melhorar seu produto, o que inclui aperfeiçoamento de embalagens, criação de marca e folheteria, layout do empreendimento, disposição do mobiliário e outros itens. Se for em grupo, os empresários entram com 50% da consultoria e se for individual, ele paga apenas 30% do total.

A unidade vai também incorporar valores locais ao design feito na Bahia e trabalhar com as potencialidades dos pólos industriais do Estado, ampliando assim a competitividade dos produtos locais nos mercados interno e externo.

Bahia já tem um centro de design. Promo Web – PromoNews, 16/01/2004.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.924, de 19 de dezembro de 2003 – Dá nova redação aos arts. 159 e 161 do decreto n.º 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e altera o dispositivo da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi, aprovada pelo decreto n.º 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

Decreto n.º 4.937, de 29 de dezembro de 2003 – Regulamenta o art. 4º da lei n.º 10.742, de 06 de outubro de 2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos.

Decreto n.º 4.940, de 29 de dezembro de 2003 – Reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico incidente sobre as correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinadas à formulação de gasolina ou diesel.

Decreto n.º 4.954, de 14 de janeiro de 2004 – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre isenção de vistos em passaportes comuns, de 23 de novembro de 2000.

Decreto n.º 4.955, de 15 de janeiro de 2004 – Altera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os produtos que menciona.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 161 de 21 de janeiro de 2004 – Acresce o art. 1º-A à lei n.º 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório interpretativo n.º 01, de 20 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre a exclusão de base de cálculo do PIS/Pasep e da confins, dos valores globais em faturas emitidas contra planos de saúde.

Ato declaratório n.º 01, de 20 de janeiro de 2004 (Coordenação Geral de Administração Aduaneira) – Especifica os requisitos técnicos e formais para implantação de sistema de controle informatizado em estabelecimentos habilitados a operar com os regimes aduaneiros especiais de Depósito Afiançado e de Depósito Especial.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 380, de 30 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a Declaração do imposto de Renda retido na fonte (Dirf) e dá outras providências.

Instrução normativa n.º 381, de 30 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços.

Instrução normativa n.º 387, de 20 de janeiro de 2004 – Institui o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon).

PORTARIAS

Portaria n.º 2.096, de 30 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre a renumeração de Mandados de Procedimento Fiscal relativos aos tributos sobre o comércio exterior na situação em que especifica.

Portaria n.º 87, de 20 de janeiro de 2004 – Divulga os valores de arrecadação realizada no quarto trimestre de 2003, para fins de avaliação institucional e cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDAT).

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Carta circular n.º 3.114, de 31 de dezembro de 2003

– Divulga esclarecimentos quanto ao cálculo do depósito prévio para participação nas seções diárias da Centralizadora da Compensação de Cheques e outros papéis – Compe, de que trata a circular 3.103 de 28 de março de 2003.

Carta circular n.º 3.116, de 15 de janeiro de 2004 (Diretoria de normas e organização do Sistema Financeiro)

– Esclarece sobre a prestação de informações de que trata a circular 2.894, de 1999, com as alterações introduzidas pela circular 3.217, de 2003, relativos ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro, em moedas estrangeiras e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3.162, de 15 de janeiro de 2004 – Revoga regulamentação sobre a utilização de recursos da Unidade Orçamentária Operações Oficiais de Crédito, destinadas à cobertura e ao financiamento de despesas com a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários.

Resolução n.º 3.163, de 15 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre renegociação de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÕES

Instrução n.º 40, de 29 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre os registros de negociação e de distribuição pública de Certificação de Potencial Adicional de Construção – CEPAC.

Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário, e revoga a instrução CVM n.º 13, de 30 de

dezembro de 1980, e a instrução CVM n.º 88, de 03 de novembro 1988.

Deliberação n.º 467, de 21 de janeiro de 2004 – Altera a deliberação CVM n.º de 24 de setembro de 2002, que dispõe sobre parcelamento de débitos junto à comissão de valores mobiliários.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.882, de 20 de janeiro de 2004 – Procede à alteração n.º 51 ao regulamento do ICMS, e dá outras providências.

Decreto n.º 8.883, de 20 de janeiro de 2004 – Altera o art. 4º do regulamento da lei n.º 6.569, de 17 de janeiro de 1997, que disciplina a política florestal no Estado da Bahia, aprovado pelo decreto n.º 6.785, de 23 de setembro de 1997.

Decreto n.º 8.890, de 21 de janeiro de 2004 – Regulamenta a lei n.º 8.647, de 29 de julho de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais, revoga os decretos n.ºs 7.007 e 7.008, de 14 de novembro de 1997, e dá outras providências.

Decreto n.º 8.897, de 23 de janeiro de 2004 – Aprova a programação da execução orçamentária e financeira dos órgãos, das entidades e dos fundos do Poder Executivo, para o exercício 2004, e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 8.979, de 22 de janeiro de 2004 – Declara de utilidade pública a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – FUNDIPESCA, com sede e foro no município de Salvador

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 50, de 23 de janeiro de 2004 – Faz saber o resultado da 2ª etapa da 2ª fase da campanha “Sua nota é um Show de Solidariedade”, e dá outras providências.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Janeiro/2004

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Jan/02	Jan/03	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
1. Alimentos e Bebidas	2,25	1,03	1,03	8,90	325.546,6	218,24
2. Habitação e Encargos	1,00	0,16	0,16	9,55	528.187,1	422,37
3. Artigos de Residência	-0,10	0,18	0,18	13,20	268.117,3	224,10
4. Vestuário	1,57	0,55	0,55	4,22	285.954,1	167,82
5. Transporte e Comunicação	3,93	-0,02	-0,02	9,19	493.004,1	533,54
6. Saúde e Cuidados Pessoais	0,98	2,73	2,73	14,71	520.356,6	277,23
7. Despesas Pessoais	2,69	2,07	2,07	10,43	584.594,1	335,21
8. Geral	2,07	0,90	0,90	9,37	404.558,7	281,90

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M.



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	115.149	-1,2	24.553	24.721	0,7
Algodão Herbáceo	179.971	276.337	53,5	2.391	3.223	34,8
Alho	13.167	13.903	5,6	8.451	8.345	-1,3
Amendoim	4.452	7.576	70,2	957	1.291	34,9
Arroz Total	39.543	31.120	-21,3	1.467	1.727	17,7
Arroz Sequeiro	nd	23.758	—	nd	1.464	—
Arroz Irrigado	nd	7.362	—	nd	4.106	—
Batata-inglesa	91.020	114.510	25,8	29.042	29.234	0,7
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.566.742	2,7	55.321	55.096	-0,4
Cebola	134.723	147.522	9,5	24.087	22.640	-6,0
Feijão Total	373.979	362.803	-3,0	493	510	3,4
Feijão 1ª Safra	nd	134.577	—	nd	394	—
Sequeiro	nd	79.055	—	nd	409	—
Irrigado	nd	2.200	—	nd	1.467	—
Caupi	nd	53.322	—	nd	363	—
Feijão 2ª Safra	nd	228.226	—	nd	586	—
Sequeiro	nd	192.172	—	nd	532	—
Irrigado	nd	32.817	—	nd	2.413	—
Caupi	nd	3.237	—	nd	229	—
Fumo	9.947	11.229	12,9	890	898	0,9
Mamona	64.957	73.656	13,4	591	588	-0,5
Mandioca	4.088.788	3.908.276	-4,4	12.571	11.821	-6,0
Milho Total	849.743	1.451.694	70,8	1.657	2.134	28,8
Milho 1ª Safra	nd	1.195.144	—	nd	3.251	—
Sequeiro	nd	1.053.904	—	nd	3.060	—
Irrigado	nd	141.240	—	nd	6.088	—
Milho 2ª Safra	nd	256.550	—	nd	808	—
Sequeiro	nd	246.504	—	nd	781	—
Irrigado	nd	10.046	—	nd	5.807	—
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	74.055	119,2	1.144	1.504	31,5
Tomate	237.763	211.750	-10,9	44.860	40.768	-9,1
Tomate de Mesa	nd	196.360	—	nd	39.902	—
Tomate para Indústria	nd	16.390	—	nd	55.000	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	749.945	-1,8	15.156	14.666	-3,2
Cacau	110.205	110.392	0,2	225	227	0,9
Café	169.310	130.095	-23,2	1.142	914	-20,0
Castanha-de-cajú	5.445	5.444	0,0	283	279	-1,4
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	705.311	-3,5	9.646	7.328	-24,0
Dendê	167.581	nd	—	4.019	nd	—
Guaraná	2.680	2.320	-13,4	456	391	-14,3
Laranja	923.056	770.275	-16,6	18.195	15.937	-12,4
Mamão	783.600	810.060	3,4	46.284	51.063	10,3
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	—	13.093	nd	—
Pimenta-do-reino	2.443	2.715	11,1	2.264	2.386	5,4
Sisal	163.458	176.728	8,1	852	853	0,1
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2002-2003

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾	Variação (%)	2002 ⁽²⁾	2003 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.658	-1,9	4.747	4.658	-1,9	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.303	14,7	75.264	85.744	13,9	0	559
Alho	1.558	1.666	6,9	1.558	1.666	6,9	0	0
Amendoim	4.649	5.869	26,2	4.649	5.869	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	18.018	-33,1	26.940	18.018	-33,1	0	0
Arroz Sequeiro	nd	16.225	—	nd	16.225	—	—	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	—	nd	1.793	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	3.917	25,0	3.134	3.917	25,0	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	82.887	3,1	80.387	82.887	3,1	0	0
Cebola	5.593	6.516	16,5	5.593	6.516	16,5	0	0
Feijão Total	821.961	798.358	-2,9	758.485	730.940	-3,6	21.225	67.418
Feijão 1ª Safra	nd	406.907	—	nd	341.799	—	—	65.108
Sequeiro	nd	256.544	—	nd	193.216	—	—	63.328
Irrigado	nd	1.500	—	nd	1.500	—	—	0
Caupi	nd	148.863	—	nd	147.083	—	—	1.780
Feijão 2ª Safra	nd	391.451	—	nd	389.141	—	—	2.310
Sequeiro	nd	363.555	—	nd	361.405	—	—	2.150
Irrigado	nd	13.602	—	nd	13.602	—	—	0
Caupi	nd	14.294	—	nd	14.134	—	—	160
Fumo	11.164	12.498	11,9	11.164	12.498	11,9	0	0
Mamona	118.964	125.188	5,2	109.800	125.188	14,0	2.245	0
Mandioca	345.376	335.414	-2,9	325.251	330.614	1,6	0	4.800
Milho Total	705.592	800.957	13,5	512.758	685.206	33,6	61.054	115.751
Milho 1ª Safra	nd	481.803	—	nd	367.657	—	—	114.146
Sequeiro	nd	458.603	—	nd	344.457	—	—	114.146
Irrigado	nd	23.200	—	nd	23.200	—	—	0
Milho 2ª Safra	nd	319.154	—	nd	317.549	—	—	1.605
Sequeiro	nd	317.424	—	nd	315.819	—	—	1.605
Irrigado	nd	1.730	—	nd	1.730	—	—	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	58.991	99,3	29.506	49.241	66,9	100	9.750
Tomate	5.300	5.194	-2,0	5.300	5.194	-2,0	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.896	—	nd	4.896	—	0	0
Tomate para Indústria	nd	298	—	nd	298	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	51.136	1,5	0	405
Cacau	576.875	495.123	-14,2	487.791	486.285	-0,3	0	8.838
Café	153.748	144.103	-6,3	148.169	142.289	-4,0	8.141	1.814
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	96.246	22,3	75.800	96.246	27,0	2.411	0
Dendê	41.690	nd	—	41.690	nd	—	0	—
Guaraná	5.883	5.938	0,9	5.873	5.938	1,1	0	0
Laranja	50.750	48.332	-4,8	50.731	48.332	-4,7	104	0
Mamão	16.938	15.864	-6,3	16.930	15.864	-6,3	0	0
Maracujá	9.625	nd	—	9.603	nd	—	22	—
Pimenta-do-reino	1.096	1.138	3,8	1.079	1.138	5,5	0	0
Sisal	204.103	207.274	1,6	191.693	207.274	8,1	0	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2003 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia – 2003

Em %

Classes e Gêneros	Nov 03/Out 03 ¹	Nov 03/Nov 02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	-6,0	-20,4	-0,9	0,0
Indústria Extrativa Mineral	0,3	4,8	1,0	1,0
Indústria de Transformação	-6,8	-24,0	-1,3	-0,2
Minerais não-metálicos	-13,1	4,4	0,5	1,8
Metalurgia	-11,6	13,3	6,1	7,8
Mat. Eletr. e de Comunicações	-10,0	-7,1	-6,6	-5,0
Papel e Papelão	-4,5	-27,7	-4,8	-3,5
Borracha	23,2	124,5	11,4	11,2
Química	-8,1	-33,5	-2,0	-1,2
Perf. Sabões e Velas	-4,9	14,8	16,0	12,6
Prod. Matérias Plásticas	11,6	6,9	-18,9	-12,9
Têxtil	-4,9	15,2	15,0	12,0
Produtos Alimentares	7,6	-16,8	-5,3	-2,7
Bebidas	4,1	-11,9	-21,2	-19,2

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: Novembro 2002 – Novembro 2003

Ano/Mês	No Mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Novembro	6,9	4,5	-0,9	-0,7
Dezembro	2,3	10,3	0,1	0,1
2003				
Janeiro	-6,6	-0,9	-0,9	-0,4
Fevereiro	-11,3	-9,8	-5,2	-1,2
Março	15,0	5,2	-1,7	-0,7
Abril	-1,4	9,5	1,1	0,8
Maio	-3,5	21,5	4,7	4,3
Junho	2,2	6,9	5,1	5,4
Julho	-0,5	-9,6	2,6	3,7
Agosto	-1,8	-12,5	0,5	1,0
Setembro	7,3	9,7	1,5	2,4
Outubro	-6,8	-1,1	1,2	2,3
Novembro	-18,3	-24,0	-1,3	-0,2

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe**

Classe	Nov 03/Out 03	Nov 03/Nov 02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	-11,8	9,3	11,2	12,3
Residencial	2,2	5,6	10,5	12,1
Industrial ⁽¹⁾	-3,1	-4,8	-1,9	-0,4
Comercial	4,6	3,8	8,2	9,2
Utilidades Públicas ⁽²⁾	0,6	3,8	9,2	12,3
Setor Público	1,4	6,3	15,5	17,4
Concessionária	3,8	5,2	5,8	5,9
Total	-1,4	-0,7	3,1	4,5

Fonte: COELBA/CO – CTM

Elaboração: SEI – GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio – PMC****Variação no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Nov 03/Out 03	Nov 03/Nov 02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	-2,9	-2,1	-6,8	-6,9
Combustíveis e Lubrificantes	-8,4	4,8	-5,3	-5,6
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-2,3	-7,5	-9,3	-9,4
Hipermercados e Supermercados	-9,3	-5,9	-11,7	-11,9
Tecidos, Vestuário e Calçados	1,2	-11,7	-9,9	-9,2
Móveis e Eletrodomésticos	7,9	9,1	-4,6	-4,7
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-0,7	0,8	-1,9	-1,9
Veículos, Motos e Peças	-22,2	32,5	11,1	10,6

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1. Dados deflacionados pelo IPCA.

2. Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Outubro 2002 - Setembro 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maiο	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Dezembro 2002 – Dezembro 2003

%

Mês	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2002						
Dezembro	15,5	3,7	-12,2	5,7	-3,7	0,5
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	-8,2	-10,8	-18,6	-16,9
Março	2,6	-2,7	-6,5	-6,3	-20,9	-18,2
Abril	-3,5	-15,3	-8,7	5,6	-18,5	-18,2
Maiο	0,2	-10,0	-9,0	-0,5	-14,6	-17,6
Junho	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxas de Desemprego e de Participação Dezembro – 2003

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	26,0	25,5	28,4
Desemprego Aberto	15,1	14,6	17,7
Desemprego Oculto	10,9	11,0	10,8
Participação (PEA/PIA)	62,9	63,9	59,0

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação Dezembro 1997 – Dezembro 2003

%

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Dezembro 1997	12,0	11,7	60,3	61,2
Dezembro 1998	13,6	13,0	60,5	60,6
Dezembro 1999	15,0	14,2	60,5	61,3
Dezembro 2000	13,7	13,2	60,4	61,6
Dezembro 2001	16,7	16,3	62,0	63,1
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Dezembro 1997 – Dezembro 2003**

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²			
Dezembro 1997	1.380	105,2	1.082	103,4	298	111,9	908	99,2	60,3	21,6	2.835
Dezembro 1998	1.422	108,4	1.078	103,1	344	129,3	929	101,5	60,5	24,2	2.895
Dezembro 1999	1.461	111,4	1.067	102,0	394	148,2	954	104,3	60,5	27,0	2.956
Dezembro 2000	1.500	114,3	1.128	107,8	372	139,7	984	107,5	60,4	24,8	3.018
Dezembro 2001	1.582	120,6	1.148	109,8	434	163,0	970	106,0	62,0	27,4	3.082
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Mai	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4		111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Mai	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Varição Mensal Dez-03/Nov-03		-0,7		0,4		-3,7		1,8	-0,9	-3,0	
Varição no Ano Dez-03/Nov-02		2,7		3,8		-0,5		3,5	3,5	-0,3	
Varição Anual Dez-03/Dez-02		3,4		4,2		1,4		1,7	0,6	-1,9	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.

Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Dezembro 1997 – Dezembro 2003

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Dezembro 1997	8,6	5,5	17,8	30,8	24,6	11,1	1,6
Dezembro 1998	7,6	5,6	17,4	30,3	26,1	10,6	2,4
Dezembro 1999	7,9	5,3	15,0	32,1	27,2	11,2	1,3
Dezembro 2000	8,2	6,3	16,4	32,8	24,9	10,4	1,0
Dezembro 2001	8,1	5,8	16,4	32,6	25,2	10,9	1,0
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32,0	26,9	10,2	1,1

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão;

Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais Diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Dezembro 1997 – Dezembro 2003

%

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Dezembro 1997	54,8	29,4	10,2	15,1	25,1	20,1	5,0	4,4	11,1	4,7
Dezembro 1998	57,0	30,9	11,0	15,1	23,9	19,9	3,9	4,3	10,6	4,2
Dezembro 1999	58,3	30,9	11,9	15,5	23,8	18,1	5,6	3,9	11,2	2,8
Dezembro 2000	60,5	33,5	12,6	14,2	22,6	18,4	4,1	4,0	10,4	2,6
Dezembro 2001	60,7	34,9	11,9	13,9	22,0	18,2	3,9	3,7	10,9	2,6
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Mai	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Mai	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Novembro 1997 – Novembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Novembro 1997	755	378	95,3	864	489	95,1
Novembro 1998	747	387	94,3	833	466	91,7
Novembro 1999	698	358	88,1	796	438	87,6
Novembro 2000	711	375	89,7	773	436	85,1
Novembro 2001	691	370	87,2	770	457	84,7
Janeiro 2002	710	366	89,6	777	439	85,5
Fevereiro	727	368	91,8	787	449	86,6
Março	723	365	91,2	798	449	87,9
Abril	723	364	91,3	795	458	87,5
Maio	705	360	88,9	785	435	86,4
Junho	726	360	91,6	802	454	88,3
Julho	722	360	91,1	815	461	89,7
Agosto	705	355	89,0	798	454	87,9
Setembro	670	351	84,5	763	445	84,0
Outubro	653	348	82,4	732	436	80,5
Novembro	647	344	81,7	718	436	79,0
Dezembro	646	336	81,5	719	419	79,1
Janeiro 2003	629	330	79,4	709	411	78,1
Fevereiro	631	323	79,6	711	416	78,2
Março	604	319	76,2	690	405	75,9
Abril	604	316	76,3	676	402	74,4
Maio	595	315	75,1	665	382	73,2
Junho	629	329	79,4	707	406	77,8
Julho	652	330	82,3	739	409	81,3
Agosto	664	339	83,8	750	410	82,5
Setembro	631	340	79,7	717	409	78,9
Outubro	613	331	77,4	705	407	77,6
Novembro	601	331	75,9	703	402	77,4
Variação Mensal Nov-03/Out-03	-2,0	-0,1	-2,0	-0,2	-1,1	-0,2
Variação no Ano Nov-03/Dez-02	-6,9	-1,5	-6,9	-2,2	-4,0	-2,2
Variação Anual Nov-03/Nov-02	-7,2	-3,8	-7,2	-2,1	-7,8	-2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusivo os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusivo os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Novembro - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾**Região Metropolitana de Salvador - Bahia****Novembro 1997 – Novembro 2003****Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Novembro 1997	243	368	527	995	2.251
Novembro 1998	242	337	540	906	2.371
Novembro 1999	243	331	438	836	2.240
Novembro 2000	254	344	444	838	2.225
Novembro 2001	239	321	457	800	2.142
Janeiro 2002	227	336	451	821	2.207
Fevereiro	236	347	432	813	2.205
Março	215	337	413	797	2.154
Abril	220	333	419	785	2.192
Maio	212	334	431	767	2.225
Junho	223	338	466	772	2.332
Julho	236	333	459	764	2.288
Agosto	250	325	449	760	2.238
Setembro	251	332	423	738	2.106
Outubro	256	331	411	734	2.030
Novembro	238	324	428	717	2.028
Dezembro	235	314	427	717	2.039
Janeiro 2003	208	300	429	688	2.071
Fevereiro	209	300	403	677	2.112
Março	197	286	386	654	2.041
Abril	207	295	387	650	1.992
Maio	196	301	389	638	1.871
Junho	216	306	405	644	1.951
Julho	227	314	404	667	1.951
Agosto	253	322	396	686	1.983
Setembro	252	327	377	683	1.894
Outubro	248	316	370	675	1.904
Novembro	243	308	382	658	1.845

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Novembro - 2003.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Novembro 1997 – Novembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Novembro 1997	712	1.054	590	664	824	369
Novembro 1998	704	887	582	696	807	383
Novembro 1999	649	784	467	663	752	370
Novembro 2000	627	874	492	617	725	353
Novembro 2001	640	872	525	627	730	365
Janeiro 2002	646	822	554	644	741	358
Fevereiro	663	804	547	680	754	378
Março	675	818	548	695	769	389
Abril	678	864	521	693	770	391
Maio	659	836	506	671	748	391
Junho	675	844	535	675	763	404
Julho	674	820	512	685	760	408
Agosto	660	774	519	668	751	383
Setembro	637	763	476	655	724	374
Outubro	617	745	480	627	705	350
Novembro	602	785	456	605	687	353
Dezembro	603	725	493	614	679	378
Janeiro 2003	588	734	512	586	655	391
Fevereiro	603	732	523	612	665	415
Março	588	800	481	577	663	366
Abril	582	747	456	581	649	373
Maio	567	753	460	551	637	346
Junho	586	820	454	578	659	363
Julho	615	906	461	595	698	364
Agosto	616	875	454	603	698	365
Setembro	596	783	469	589	670	363
Outubro	584	770	472	573	655	361
Novembro	581	758	464	570	653	361

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Novembro - 2003.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Novembro 1997 – Novembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Novembro 1997	95	189	378	804	1.891	189	268	489	947	1.895
Novembro 1998	123	200	387	777	1.709	200	278	466	892	1.863
Novembro 1999	114	196	358	722	1.609	196	262	438	858	1.734
Novembro 2000	120	202	375	781	1.552	202	273	436	807	1.609
Novembro 2001	125	224	370	740	1.497	224	276	457	841	1.570
Janeiro 2002	122	221	366	735	1.553	220	271	439	831	1.603
Fevereiro	122	220	368	736	1.589	220	290	449	853	1.609
Março	122	219	365	733	1.584	219	286	449	854	1.702
Abril	121	220	364	732	1.585	220	289	458	851	1.701
Maio	120	240	360	724	1.561	219	277	435	845	1.691
Junho	120	239	360	720	1.674	239	287	454	851	1.794
Julho	119	239	360	717	1.662	239	287	461	864	1.794
Agosto	118	237	355	712	1.641	234	286	454	831	1.781
Setembro	116	233	351	703	1.524	232	287	445	815	1.662
Outubro	116	232	348	696	1.492	229	281	436	803	1.606
Novembro	114	229	344	688	1.393	225	280	436	784	1.509
Dezembro	111	224	336	672	1.376	224	274	419	777	1.491
Janeiro 2003	108	220	330	648	1.321	220	270	411	756	1.431
Fevereiro	108	215	323	647	1.328	215	266	416	756	1.492
Março	106	212	319	634	1.278	212	259	405	730	1.432
Abril	105	211	316	633	1.279	211	253	402	730	1.460
Maio	104	211	315	625	1.267	211	253	382	721	1.372
Junho	104	246	329	627	1.438	246	260	406	771	1.542
Julho	102	246	330	671	1.536	246	268	409	819	1.587
Agosto	102	244	339	695	1.535	244	285	410	818	1.629
Setembro	102	242	340	644	1.511	242	276	409	795	1.535
Outubro	100	241	331	610	1.323	241	276	407	733	1.506
Novembro	100	240	331	604	1.305	240	279	402	753	1.500

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Novembro - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Flutuação Mensal do Emprego Bahia – 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2000	37.298	8.184	-3.429	11.644	17.843
Janeiro	4.199	477	1.579	2.247	-285
Fevereiro	1.338	311	896	291	-470
Março	4.475	489	1.385	167	1.805
Abril	9.297	2.689	-65	904	3.525
Maio	3.536	775	-1.339	1.485	1.098
Junho	3.787	639	-1.424	1.191	2.830
Julho	1.975	1.410	-835	787	1.111
Agosto	3.360	1.788	-1.076	724	1.514
Setembro	5.837	1.449	-61	1.008	2.854
Outubro	1.300	-147	-561	1.024	1.093
Novembro	3.139	-635	-212	1.552	3.172
Dezembro	-4.945	-1.061	-1.716	264	-404
Jan-Nov/2003	34.393	9.694	-1.737	7.844	9.830
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dez02-Nov03	29.448	8.633	-3.453	8.108	9.426

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS – 2002/2003

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2002	16.401	2.001	-2.243	3.067	13.511
Janeiro	1.238	37	1.180	614	-538
Fevereiro	-59	72	92	4	-80
Março	2.142	23	550	-215	1.651
Abril	1.962	28	-559	99	2.373
Maio	274	342	-1.042	420	537
Junho	2.205	300	-826	156	2.620
Julho	126	350	-618	-115	479
Agosto	553	423	-1.023	172	798
Setembro	4.046	520	305	656	2.564
Outubro	1.336	192	-8	530	588
Novembro	3.779	152	264	602	2.855
Dezembro	-1.201	-438	-558	144	-336
Jan-Nov/2003	7.739	839	-1.950	2.448	6.327
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dez02-Nov03	6.538	401	-2.508	2.592	5.991

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	371.972.480	64.661.962	17,4	313.059.010	84,2	58.913.470
Receita Tributária	110.013.569	109.965.260	18.827.713	17,1	94.998.008	86,4	14.967.252
Receita de Contribuições	223.407.791	223.813.495	38.469.675	17,2	181.591.881	81,1	42.221.614
Receita Patrimonial	10.369.925	10.369.957	2.278.537	22,0	10.669.044	102,9	(299.087)
Receita Agropecuária	24.079	24.079	3.799	15,8	17.040	70,8	7.039
Receita Industrial	368.897	368.897	60.296	16,3	294.538	79,8	74.359
Receita de Serviços	16.636.604	16.628.437	3.361.003	20,2	16.619.757	99,9	8.680
Transferências Correntes	213.624	217.012	36.043	16,6	179.964	82,9	37.048
Outras Receitas Correntes	10.585.225	10.585.343	1.624.897	15,4	8.688.778	82,1	1.896.565
Receitas de Capital	142.281.544	142.481.953	45.531.723	32,0	118.016.742	82,8	24.465.211
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	109.636.416	15.261.215	13,9	62.902.144	57,4	46.734.272
Alienação de Bens	3.769.642	3.767.757	25.671	0,7	2.085.029	55,3	1.682.728
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.039.074	1.890.160	17,1	11.153.262	101,0	(114.188)
Transferências de Capital	65.991	65.991	10.039	15,2	34.526	52,3	31.465
Outras Receitas de Capital	17.972.715	17.972.715	28.344.638	157,7	41.841.781	232,8	(23.869.066)
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	514.454.433	110.193.685	21,4	431.075.752	83,8	83.378.681
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	514.454.433	110.193.685	21,4	431.075.752	83,8	83.378.681

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	398.799.054	62.418.672	15,7	288.484.220	72,3	110.314.834
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	77.949.387	11.735.055	15,1	61.492.554	78,9	16.456.833
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.710.284	12.752.621	13,6	49.427.415	52,7	44.282.869
Outras Despesas Correntes	223.972.448	227.139.383	37.930.996	16,7	177.564.251	78,2	49.575.132
Transf. a Estados, DF e Municípios	75.108.197	76.586.858	11.965.388	15,6	62.649.720	81,8	13.937.138
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.353.717	97.353.023	17.769.494	18,3	79.906.257	82,1	17.446.766
Demais Despesas Correntes	51.510.534	53.199.502	8.196.114	15,4	35.008.274	65,8	18.191.228
Despesas de Capital	81.473.394	102.422.017	16.911.021	16,5	60.982.05	59,5	41.439.959
Investimentos	14.180.170	14.412.490	543.397	3,8	1.179.204	8,2	13.233.286
Inversões Financeiras	24.376.291	27.351.825	2.587.458	9,5	10.312.459	37,7	17.039.366
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	42.916.933	60.657.702	13.780.166	22,7	49.490.395	81,6	11.167.307
Reserva de Contingência	20.521.773	18.277.174	—	—	—	—	18.277.174
Subtotal das Despesas (I)	496.657.907	519.498.245	79.329.693	15,3	349.466.278	67,3	170.031.967
Superávit (II)	—	—	—	—	81.609.474	—	—
Total (I+II)	496.657.907	519.498.245	79.329.693	15,3	431.075.752	83,0	170.031.967

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar
			Bim. Set/Out	%	Até o Bimestre	%	
Receitas Correntes	9.919.493	10.170.610	1.694.225	16,7	8.392.107	82,5	1.778.503
Receita Tributária	5.895.690	5.979.941	1.083.079	18,1	5.193.274	86,8	786.667
Impostos	5.724.753	5.780.854	1.046.803	18,1	5.038.827	87,2	742.028
Taxas	170.937	199.087	36.276	18,2	154.448	77,6	44.639
Receita de Contribuições	965.364	1.018.228	173.605	17,0	861.931	84,7	156.298
Contribuições Sociais	865.364	894.212	147.587	16,5	738.655	82,6	155.557
Contribuições Econômicas	100.000	124.016	26.018	21,0	123.276	99,4	740
Receita Patrimonial	194.445	196.855	28.554	14,5	157.720	80,1	39.135
Receitas Imobiliárias	26.348	26.552	491	1,8	2.147	8,1	24.404
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	40.001	1	0,0	3.590	9,0	36.411
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	2.633	428	16,3	2.345	89,0	289
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	127.669	27.634	21,6	149.638	117,2	(21.969)
Receita Agropecuária	1.698	1.698	1	0,1	7	0,4	1.691
Receita da Produção Vegetal	47	47	1	1,6	7	15,1	40
Receita da Produção Animal e Derivados	751	751	—	—	—	—	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	900	—	—	—	—	900
Receita Industrial	90	90	—	—	—	—	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	—	—	—	—	90
Receita de Serviços	264.987	269.237	26.475	9,8	120.142	44,6	149.095
Receita de Serviços	264.987	269.237	26.475	9,8	120.142	44,6	149.095
Transferências Correntes	2.934.611	2.929.556	443.784	15,1	2.457.720	83,9	471.836
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	2.701.208	438.185	16,2	2.418.639	89,5	282.568
Transferências de Instituições Privadas	507	607	27	4,4	37	6,0	570
Transferências do Exterior	492	688	1	0,1	224	32,6	463
Transferências de Convênios	224.074	227.053	5.571	2,5	38.820	17,1	188.233
Outras Receitas Correntes	578.905	691.302	98.124	14,2	402.798	58,3	288.504
Multas e Juros de Mora	100.644	116.644	23.801	20,4	76.955	66,0	39.689
Indenizações e Restituições	51.711	51.712	1.452	2,8	5.266	10,2	46.446
Receita da Dívida Ativa	6.196	6.196	1.363	22,0	4.964	80,1	1.232
Receitas Correntes Diversas	420.354	516.750	71.508	13,8	315.613	61,1	201.137
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(916.297)	(159.397)	17,4	(801.485)	87,5	(114.812)
Receitas de Capital	1.009.629	1.077.902	64.665	6,0	394.517	36,6	683.386
Operações de Crédito	606.885	615.932	59.049	9,6	303.063	49,2	312.869
Operações de Crédito Internas	195.178	175.221	12.932	7,4	52.447	29,9	142.731
Operações de Crédito Internas	195.178	175.221	12.932	7,4	52.447	29,9	122.774
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito Externas	411.707	440.711	46.117	10,5	250.616	56,9	190.095
Alienação de Bens	140.477	142.314	862	0,6	3.039	2,1	139.275
Alienação de Bens Móveis	139.697	139.697	947	0,7	1.253	0,9	138.444
Alienação de Bens Imóveis	780	2.617	(85)	(3,2)	1.786	68,2	831
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	186	6,2	1.454	48,5	1.546
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	186	6,2	1.454	48,5	1.546
Transferências de Capital	259.252	275.713	4.567	1,7	86.754	31,5	188.959
Transferências Intragovernamentais	—	6.000	—	—	—	—	6.000
Transferências Intergovernamentais	20.650	27.565	1.051	3,8	57.157	207,4	(29.592)
Transferências de Instituições Privadas	98	98	—	—	—	—	98
Transferências do Exterior	421	676	—	—	—	—	676
Transferências de Convênios	238.083	241.374	3.516	1,5	29.597	12,3	211.777
Outras Receitas de Capital	15	40.942	—	—	206	0,5	40.736
Outras Receitas	15	40.942	—	—	206	0,5	40.736
Subtotal das Receitas (I)	10.929.122	11.248.512	1.758.890	15,6	8.786.624	78,1	2.461.888
Saldos de Exercícios Anteriores (II)					226.138		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	11.248.512	1.758.890		9.012.762		2.461.888
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	10.929.122	11.248.512	1.758.890		9.012.762		2.461.888

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Set/Out	No Exercício	Bim. Set/Out	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	167.361	9.002.470	1.441.836	7.072.882	1.442.956	6.967.649	2.034.821
Pessoal e Encargos	4.569.112	5.429	4.574.541	737.639	3.667.177	737.513	3.661.281	913.261
Juros e Encargos da Dívida	576.873	(43.500)	533.373	98.210	505.486	98.211	505.356	28.017
Outras Despesas Correntes	3.689.123	205.432	3.894.555	605.988	2.900.219	607.233	2.801.013	1.093.543
Despesas de Capital	2.075.434	153.393	2.228.827	297.848	1.459.977	300.329	1.432.375	796.452
Investimentos	1.125.505	174.550	1.300.055	20.342	598.373	22.822	570.771	729.284
Inversões Financeiras	340.218	(55.657)	284.561	123.952	227.769	123.953	227.769	56.792
Amortizações da Dívida	609.711	34.500	644.211	153.554	633.835	153.554	633.835	10.376
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	609.711	34.500	644.211	153.554	633.835	153.554	633.835	10.376
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	18.579	(1.364)	17.216	—	—	—	—	17.216
Subtotal das Despesas (I)	2 10.929.12	319.391	11.248.512	1.739.685	8.532.859	1.743.286	8.400.024	2.848.489
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	612.738	—
Total (I+II)	10.929.122	319.391	11.248.512	1.739.685	8.532.859	1.743.286	9.012.762	2.848.489

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Mai	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Julho	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Agosto	422.288	465.528	43.420	55.112	465.708	520.640
Setembro	451.985	491.119	39.479	63.031	491.464	554.150
Outubro	464.967	497.479	28.897	31.450	493.863	528.929
Novembro	493.509		23.570		517.079	
Dezembro	469.677		64.450		534.127	
Total	4.950.531		432.583		5.383.114	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	515.863	512.125	26.180	47.194	542.043	559.319
Fevereiro	516.914	507.564	38.090	38.609	555.004	546.173
Março	452.799	446.242	38.029	40.673	490.828	486.914
Abril	488.880	486.172	49.377	35.623	538.258	521.794
Mai	532.862	453.233	33.006	48.564	565.869	501.797
Junho	498.571	463.563	48.994	48.339	547.565	511.902
Julho	486.145	473.752	53.113	58.617	539.258	532.370
Agosto	522.989	472.463	53.775	55.933	576.763	528.396
Setembro	545.351	493.268	47.634	63.307	592.984	556.575
Outubro	538.331	497.479	33.455	31.450	571.787	528.929
Novembro	539.863		25.783		565.646	
Dezembro	500.293		68.651		568.944	
Total	6.138.862		516.088		6.654.950	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de outubro/03 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia: janeiro de 2002 a outubro de 2003

(R\$ 1.000)

Ano e Mês	Receitas									
	FPE ¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Mai	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	7.109	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	30.407	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	49.887	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	68.600	6.301	52.807	167.488	760.967
Mai	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	93.612	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	112.046	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	131.874	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	151.871	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	169.560	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	185.872	6.301	90.613	160.896	1.792.296

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação – LC 87/96 – MP 1579⁽²⁾ Deduzidos 15% para o FUNDEF⁽³⁾ Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Set-Out/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan-Out/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.231.729	178.061	14,5	930.895	75,6	300.834
Receita Tributária	484.550	485.017	66.786	13,8	355.790	73,4	129.227
Impostos	394.500	394.500	58.749	14,9	298.671	75,7	95.829
Taxas	90.050	90.517	7.790	8,6	56.579	62,5	33.938
Contribuição de Melhoria	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Tributárias	—	—	247	—	540	—	(540)
Receita de Contribuições	21.850	32.550	6.788	20,9	41.531	127,6	(8.981)
Contribuições Sociais	21.850	32.550	6.605	20,3	26.358	81,0	6.192
Contribuições Econômicas	—	—	183	—	15.173	—	(15.173)
Receita Patrimonial	61.571	61.756	6.414	10,4	36.049	58,4	25.707
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	326	14,1	1.828	79,1	482
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	5.077	27,7	31.139	169,7	(12.789)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	39.096	995	2,5	3.039	7,8	36.057
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	16	0,8	43	2,2	1.957
Receita Agropecuária	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Vegetal	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Animal e Derivados	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	—	—	—	—	—	—	—
Receita Industrial	—	—	16	—	274	—	(274)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	—	—	16	—	274	—	(274)
Receita da Indústria de Construção	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.020	12,1	16.276	49,0	16.946
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.020	12,1	16.276	49,0	16.946
Transferências Correntes	553.777	555.126	83.242	15,0	426.084	76,8	129.042
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.580	81.724	16,6	417.036	84,8	74.544
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	67	—	(67)
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	(16)	—	—	—	—
Transferências de Convênios	62.267	63.546	1.534	2,4	8.981	14,1	54.565
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	10.795	16,9	54.891	85,7	9.167
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	5.756	25,6	28.159	125,2	(5.659)
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	1.702	42,6	6.071	151,8	(2.071)
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	3.020	10,4	18.810	64,9	10.190
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	317	3,7	1.851	21,6	6.707
Receitas de Capital	72.321	123.058	8.196	6,7	44.945	36,5	78.113
Operações de Crédito	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	220	0,5	456	—	43.544
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	—	—	—
Alienação de Bens	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	—	—	—	—	2.300
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Capital	55.899	76.636	7.976	10,4	44.489	58,1	32.147
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	—	—	—	—	3.950
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	51.949	72.686	7.976	11,0	44.489	61,2	28.197
Outras Receitas de Capital	122	122	—	—	—	—	122
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	—	—	—
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de Capital Diversas	122	122	—	—	—	—	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	975.840	72,0	378.947
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal (III) = (I+II)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	1.066.620		
Déficit (IV)					—		
Total (III+IV)	1.287.349	1.354.787	186.257	13,7	1.066.620		

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Alterações Orçamentárias			Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesas					Saldo (c-g)
		Suplemen- tações (I)	Anula- ções (II)	Total (b) = (I - II)		Empenhadas		Liquidadas			
						Set-Out/ 2003 (d)	Jan-Out/ 2003 (e)	Jul-Ago/ 2003 (f)	Set-Out/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	230.539	169.554	60.985	1.131.348	172.263	939.485	179.467	858.355	75,9	272.993
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	32.328	20.399	11.929	416.739	64.849	358.031	68.847	334.071	80,2	82.668
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	3.410	—	3.410	67.410	15.102	62.003	11.280	56.249	83,4	11.161
Outras Despesas Correntes	601.553	194.801	149.155	45.646	647.199	92.312	519.451	99.340	468.035	72,3	179.164
Despesas de Capital	207.986	120.464	56.664	63.800	271.786	44.801	175.039	38.773	154.224	56,7	117.562
Investimentos	151.976	115.464	53.254	62.210	214.186	33.791	123.082	31.199	111.611	52,1	102.575
Inversões Financeiras	5.010	5.000	—	5.000	10.010	10	6.272	206	5.668	56,6	4.342
Amortização da Dívida	51.000	—	3.410	(3.410)	47.590	11.000	45.685	7.368	36.945	77,6	10.645
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	—	3.410	(3.410)	47.590	11.000	45.685	7.368	36.945	77,6	10.645
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	9.000	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	351.003	226.218	124.785	1.412.134	217.064	1.114.524	218.240	1.012.579	71,7	399.555
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	—	—	54.041	—	—
Total (I+II)	1.287.349	351.003	226.218	124.785	1.412.134	217.064	1.114.524	218.240	1.066.620	75,5	399.555

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.

